



Italo Papi da Costa

O USO DE EXPRESSÕES ANAFÓRICAS E A DEFINIÇÃO DE NORMA(S) O CASO DE MOÇAMBIQUE

Dissertação de Mestrado em Português como Língua Estrangeira e Língua Segunda, orientada pela Doutora Maria Conceição Carapinha Rodrigues e coorientada pela Doutora Isabel Maria Almeida Santos, apresentada ao Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2017



• U • C •

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FACULDADE DE LETRAS

O USO DE EXPRESSÕES ANAFÓRICAS E A DEFINIÇÃO DE NORMA(S) O Caso de Moçambique

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	O USO DE EXPRESSÕES ANAFÓRICAS E A DEFINIÇÃO DE NORMA(S) - O CASO DE MOÇAMBIQUE
Autor/a	Italo Papi da Costa
Orientador/a	Doutora Maria Conceição Carapinha Rodrigues
Coorientador/a	Doutora Isabel Maria Almeida Santos
Identificação do Curso	Mestrado em Português como Língua Estrangeira e Língua Segunda
Área científica	Linguística Aplicada
Data da defesa	04/10/2017
Classificação final	15 valores
Elementos do júri	Presidente: Dra. Ana Cristina dos Santos; Vogais: Dra. Maria da Conceição Carapinha Rodrigues (orientadora) e Dra. Ana Paula de Oliveira Loureiro (arguente)

RESUMO

O objetivo principal desta pesquisa é analisar, nas produções escritas de estudantes universitários moçambicanos falantes de português como L1 ou L2, o uso de expressões anafóricas, mais precisamente de elipses (ou anáforas zero) e de anáforas resumativas (de natureza pronominal e adverbial). Interessa, pois, avaliar a forma como estes falantes geram cadeias referenciais ao longo do texto e o tipo de expressões anafóricas utilizadas, sobretudo tendo em conta que são oriundos de um espaço geográfico em que a variedade linguística é imensa e em que o português constitui uma variedade não nativa.

Os dados que sustentam a análise foram produzidos por sessenta informantes, distribuídos por quatro grupos distintos, sendo um deles o grupo de controle, e resultam de um estímulo escolhido especificamente para a obtenção de uma narrativa geradora de cadeias referenciais.

Algumas das constatações que a análise dos dados nos permitiu foram que não existe uma grande diferença no uso das anáforas zero pelos falantes de português de Moçambique frente aos falantes de português europeu e que os casos de desvio / ambiguidade são poucos e apenas presentes no uso de elipses.

Observamos, também, que os falantes de português europeu produziram mais anáforas resumativas. Este mesmo grupo de voluntários utilizou uma maior variedade de estruturas de retoma, além de ser o único grupo que produziu anáforas resumativas adverbiais. Veremos ainda que, de acordo com os dados obtidos, os voluntários de género masculino produziram mais elipses. Por outro lado, os dados apontam que ambos os géneros produzem quase a mesma quantidade de anáforas resumativas pronominais e nenhum caso de anáfora resumativa adverbial.

Palavras-chave: português como língua segunda, anáfora resumativa, elipse, português em Moçambique, linguística textual.

The use of anaphorical expressions and the definition of norm(s)

The Mozambican case

The main goal of this research is to analyse, in the written productions of the L1 or L2 Portuguese speaking Mozambican university students, the usage of anaphorical expressions, more precisely of ellipsis (or zero anaphor) and of resumptive anaphors (of pronominal and adverbial nature). It is in our interest, then, to evaluate the fashion in which these speakers produce referential chains through the text and the kind of anaphorical expressions used, above all ensuring that they originate from a geographic space where the linguistic variability is immense and that the Portuguese language constitutes a non-native variety.

The data that sustains the analysis were produced by sixty volunteers, distributed in four different groups, one of them being the control group. This same data_results from a stimulus specifically designed to obtain a narrative that will generate referential chains.

Data analysis suggests that there is not a significant gap in the usage of the zero anaphor by the Mozambican Portuguese speakers compared to the European Portuguese speakers, and that cases of deviation / ambiguity are few and were generally concerned with ellipsis.

It was shown that the European Portuguese speakers produced more resumptive anaphors, being the only group that presented adverbial resumptive anaphors. The same volunteer group used a bigger variety of retrieval structures. We also saw that, per the data obtained, the male gender volunteers produced more ellipsis. On the other hand, however, the data suggests that both genders produce almost the same amount of pronominal resumptive anaphors and no cases of adverbial resumptive anaphors.

Keywords: portuguese as second language, resumptive anaphor, ellipsis, Mozambican Portuguese, textual linguistics.

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação de mestrado não poderia ter sido concluída sem as mulheres fortes pelas quais estou constantemente rodeado.

Agradeço a minha avó, Lenita Falcão Papi. Sem seu carinho e apoio não teria chegado aqui.

Agradeço a minha esposa, Anne Blandine Barbier, que sempre acreditou em minhas capacidades e que durante todo este processo me forneceu apoio incondicional.

Agradeço as minhas orientadoras, Dra. Conceição Carapinha e Dra. Isabel Santos, além da equipe de professoras do MPEELS. Vosso profissionalismo, orientação e apoio foram fundamentais para esta dissertação e minha formação.

Finalmente, agradeço a todos(as) os voluntários(as) que disponibilizaram seu tempo para fazer parte deste projeto.

A todas(os) o meu eterno Kanimambo!

ÍNDICE DE FIGURAS, TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1: Línguas de Moçambique	17
Figura 1: Classificação das línguas bantu segundo Doke: zona sul-este.	26
Gráfico 1: Número de palavras por grupo e género.	39
Gráfico 2: Cadeias anafóricas por grupo e género.	40
Gráfico 3: Percentual de cadeias anafóricas por palavras produzidas.	40
Gráfico 4: Percentual de expressões anaforizantes frente ao número de palavras.	41
Gráfico 5: Elipses por grupo e género.....	42
Gráfico 6: Elipses com antecedentes dispersos por grupo e género.	43
Gráfico 7: Percentual de elipses com antecedentes dispersos.	43
Gráfico 8: Anáforas resumativas pronominais por grupo e género.	44
Gráfico 9: Percentual de anáforas resumativas pronominais relativamente ao total das anáforas recenseadas.	45
Tabela 2: Lista de ocorrências pronomes e advérbios em anáforas resumativas.....	46
Gráfico 10: Casos de desvio que não envolvem ambiguidade em elipses por grupo e género... ..	47
Gráfico 11: Percentual de desvios que não envolvem ambiguidade nos casos de elipse.	47
Gráfico 12: Casos de ambiguidade em elipses por grupo e género	50
Gráfico 13: percentual de casos de ambiguidade.	51

ÍNDICE

Introdução (objetivos e estrutura)	1
II Aspectos de Enquadramento	5
1. Texto e textualidade	6
1.1. Texto	6
1.1.1. Propriedades do texto	6
1.1.1.1. Coerência	7
1.1.1.2. Coesão.....	8
1.1.1.2.1. Anáfora	11
1.1.1.2.1.1. Anáfora Zero	12

1.1.1.2.1.2. Anáfora resumativa	13
2. A língua portuguesa como língua pluricêntrica	14
2.1. Variação e norma	14
2.2. O português não europeu	15
3. Situação (socio)linguística de Moçambique	16
3.1. Panorama linguístico de Moçambique	16
3.2. A implementação do português e sua situação atual.....	17
3.3. Alguns aspetos do português de Moçambique hoje	19
3.3.1. Línguas em contacto	19
3.3.2. Processo de nativização e definição de uma variedade nacional	21
3.4. Línguas bantu em Moçambique.....	24
4. Construção de texto em LNM: uma área crítica (uma nova norma)?	27
III. Metodologia.....	29
1. AMOSTRA: estrutura e critérios de constituição	30
1.1. Informantes: falantes moçambicanos	30
1.2. Informantes: falantes portugueses (grupo de controle)	31
2. Dados	31
2.1. Protocolo e procedimentos de recolha dos dados	31
2.2. Corpus	33
2.2.1. Tratamento dos dados.....	33
2.2.2. Critérios de inclusão/exclusão dos dados.....	34
IV Análise dos dados	37
1. Análise quantitativa e qualitativa	38
1.1. Produção de anáforas: dados por grupos de informantes	38
1.2. Anáforas resumativas: análise qualitativa	45
2. Os casos de desvio	46
2.1. Casos de desvio que não envolvem ambiguidade	46
2.1.1. Desvios no uso de elipse: análise dos casos que não geram ambiguidade.....	48
2.2. Consequências semânticas dos desvios: os casos de ambiguidade	50
V Conclusão.....	53
Referências bibliográficas	i
Webgrafia.....	iii

Anexos.....v

Introdução (objetivos e estrutura)

O objetivo principal desta pesquisa é analisar, nas produções escritas de falantes moçambicanos de português, o uso de expressões anafóricas. Este é, portanto, um domínio central no presente trabalho, pelo que teremos de contextualizar e esclarecer devidamente os conceitos a ele associados. Por outro lado, estando em causa um contexto sociolinguístico em que o português tem um estatuto particular e em que se coloca a questão da estabilização de uma variedade e da definição de uma norma (real), também os temas da norma e variação da língua portuguesa serão aqui equacionados.

Pesquisadores como Ângela Marina Bravin dos Santos (2010: 27-39), Feliciano Chimbutane (1998: 116-168) e Mavangu (2013) já trataram de algumas questões relacionadas ao uso de anáforas em produções textuais, em português, por falantes moçambicanos. Este último realizou uma pesquisa acerca das anáforas diretas, nominal e pronominal, em textos escritos, em português, por falantes do mesmo tipo. Em seu trabalho, o pesquisador chega à conclusão de que existem desvios de concordância gramatical e semântica entre o termo anafórico e seu antecedente ao nível da pronominalização, como ocorre no exemplo retirado da pesquisa do autor (Mavangu, 2013: 68-69): “A minha reflexão incidirá no tema acima referido, na tentativa de abordar **esta questão** nas vertentes em que **elas** são completamente diferentes.” No que se refere à anáfora nominal, o autor, em uma de suas conclusões, observou que a repetição nominal ocorre, com frequência, sem que haja a definitivização do determinante artigo indefinido, fenómeno habitual no PE, quando, após a introdução de uma entidade nova no universo textual (através de um SN indefinido), a retoma dessa entidade através de um SN obriga ao uso de um determinante definido (ou de um determinante demonstrativo). Mavangu também ressaltou que os casos de desvio frente ao português europeu são o resultado de um processo normal de aprendizagem de uma L2, por parte de aprendentes inseridos em um contexto onde falantes proficientes da língua-alvo são pouco numerosos (Mavangu, 2013: 59-60).

Na medida em que havia ainda um amplo leque de tipos de anáfora por explorar neste contexto sociolinguístico, decidimos então, abordar o uso das elipses e das anáforas resumativas que não envolvem o recurso ao nome, ou seja, das anáforas que compendiam ou sintetizam um certo conteúdo proposicional previamente expresso (Lopes e Carapinha, 2013: 70), por adverbialização e por pronominalização.

Assim, concretamente, vamos estudar estruturas e usos ainda não observados nas investigações conhecidas. Para isso, depois de encontrar, nas produções escritas de falantes moçambicanos de português, mecanismos de construção referencial que envolvam anáforas, vamos, num momento posterior, analisar em que medida essas expressões anafóricas são usadas (ou não) de forma divergente relativamente à norma do português europeu (doravante PE). Procuraremos ainda avaliar de que modo é que as eventuais não convergências (desvios), pela sua regularidade/expressividade, poderão indiciar um novo padrão do português falado em Moçambique. Um outro aspeto, certamente relevante neste contexto multilingue, mas que aqui não será desenvolvido, prende-se com a hipotética influência das línguas bantu locais no uso das estruturas em análise.

Para tal, proceder-se-á a análises comparativas de textos produzidos por falantes moçambicanos de português como língua materna (doravante LM), falantes moçambicanos de uma seleção específica de línguas bantu como língua materna e de português como língua segunda (doravante BL1) e falantes que possuem tanto uma língua bantu como português como língua materna, ou seja, bilingues (doravante PBL1). Os dados serão depois cruzados com os obtidos em produções textuais de falantes de português europeu como língua materna (doravante PEL1), o grupo de controle. Com efeito, esperamos perceber se existem diferenças significativas entre o tipo de construções anafóricas usadas por cada um destes grupos e, caso existam, apontar quais são estas diferenças. Informações mais detalhadas acerca da produção e elaboração do *corpus* serão apresentadas no capítulo sobre a metodologia do presente trabalho. Esperamos trazer, no fim do projeto, respostas a cada uma destas questões.

Além desta introdução, o trabalho apresenta outros 4 capítulos. O segundo capítulo começará por definir o conceito de texto, passando para a definição de coesão e coerência. Seguiremos explicando a noção de coesão referencial e algumas de suas possíveis manifestações, nomeadamente a anáfora zero e a resumativa, pois estes dois últimos elementos são centrais nesta pesquisa.

Para melhor entendermos os resultados deste trabalho, precisamos igualmente de compreender a situação sociolinguística de Moçambique. Assim, ao descrevermos este cenário,

veremos que a elucidação dos conceitos de línguas em contato e interferência/transferência linguística é fundamental, devido à quantidade de línguas presentes no território de Moçambique. Também é nesta descrição que serão apresentados aspetos da implantação da língua portuguesa neste território e discutida a dificuldade de estabelecer uma variedade nativa.

Além disso, e ainda nesse capítulo, far-se-á uma breve apresentação das línguas bantu e da sua distribuição na região sul do território de Moçambique. Explicaremos, também, por que, dentro de uma multiplicidade de línguas bantu, decidimos limitar o estudo a falantes de algumas poucas e de poucas províncias.

No terceiro capítulo, relativo à metodologia, será apresentado o estímulo utilizado, bem como justificada a sua escolha, serão descritos os procedimentos de recolha de dados, será feita a descrição dos informantes e serão discutidos os critérios de inclusão e exclusão de dados.

O quarto capítulo apresenta a análise dos dados recolhidos, onde evidenciamos, entre outros resultados, a maior presença de elipses frente ao número de anáforas resumativas, uma baixa ocorrência de desvios e um número muito aproximado de cadeias anafóricas, em todos os grupos de voluntários.

O último capítulo apresenta as conclusões alcançadas com os dados obtidos. Nesse capítulo, abordaremos as diferenças e similaridades entre o comportamento verbal dos grupos de voluntários.

II Aspetos de Enquadramento

1. Texto e textualidade

1.1. Texto

No âmbito desta pesquisa, trabalharemos com o quadro teórico proposto pela linguística textual, que nos permite a análise do texto escrito e oral. A distinção entre o oral e o escrito, muitas vezes associada à distinção entre 'discurso' e 'texto', perde pertinência, na ótica de alguns autores (Fonseca, 1992: 105), uma vez que os dois termos podem ser usados como sinónimos para designar qualquer segmento linguístico produzido por qualquer falante, quer sob a modalidade oral quer sob a modalidade escrita. No âmbito desta investigação, adotaremos o termo 'texto' para designar os dados que vamos analisar e que foram produzidos sob a forma escrita.

Um texto diferencia-se de um conjunto de frases ou de palavras justapostas de forma aleatória ou sem sentido. Isto ocorre porque um texto deve constituir uma unidade significativa e deve ser adequado a um contexto, ou seja, deve ter uma unidade semântica e relevância pragmática. O tamanho de um texto, em termos de coesão e coerência, não o define, mas sim a sua relevância relativamente ao seu contexto de ocorrência. Sendo o texto, prototipicamente, constituído por um conjunto de frases ou sequência de enunciados (Lopes e Carapinha, 2013: 15), nosso objeto de estudo é, portanto, mais amplo do que a frase. Por isso, para bem analisar um texto, precisamos de utilizar as ferramentas que transcendam o plano meramente frásico como meio de análise, uma vez que um texto se organiza num plano não apenas local (ou micro), mas também global (macro). Uma cadeia referencial, isto é, um conjunto de expressões que remetem para a mesma entidade ao longo do texto, tais como as anáforas, permite configurar um tópico discursivo e evidencia a necessária articulação entre o plano micro e macro na produção do texto.

1.1.1. Propriedades do texto

São sete as propriedades de um fragmento que possamos apelidar de texto. São elas a intencionalidade (a intenção de um locutor ao produzir um texto organizado e com sentido); a aceitabilidade (o trabalho de interpretação de um texto, como entidade significativa, levado a cabo pelo interlocutor); a informatividade (o conjunto de informações novas, para o interpretante, organizadas a fim de combinar-se com informações previamente conhecidas); a situacionalidade (a adequação do texto ao seu contexto); a intertextualidade (a relação de filiação, proximidade – ou rutura – semântica que um texto mantém com outros de mesma temática, da mesma tipologia e/ou tipologias diferentes, da mesma época, do mesmo gênero); a coerência e a coesão (Lopes e Carapinha, 2013: 17). Os dois últimos parâmetros são os mais relevantes neste projeto, uma vez que dizem respeito à forma como o texto se organiza internamente, de modo a constituir-se como unidade semântica e, portanto, carecem aqui de definição.

1.1.1.1. Coerência

A coerência existe quando somos capazes de desvendar, no texto, um tema que evolui consistentemente e que funciona de maneira integrada, como um todo. Fonseca (1992: 36) diz, também, que a continuidade de sentido é o elemento que unifica a mensagem distribuída ao longo das unidades frásicas que compõem um texto. Ou seja, um texto é coerente se funcionar como um todo do ponto de vista semântico. Conforme o mesmo autor, para construirmos um texto coerente, precisamos obedecer (pelo menos) a três princípios: o de não tautologia (ou seja, o texto não deve conter redundâncias excessivas e deve conter informação realmente nova para o interpretante); o de não contradição (o texto não deve apresentar informações que digam o contrário de ou algo incompatível com aquilo que foi dito anteriormente); o de relevância (o texto deve apresentar situações e informações cuja relação seja epistemicamente acessível ao interpretante, através de relações de causa/consequência, meio/finalidade, contraste, sequência cronológica ou qualquer outro nexos de sentido que permita articular essas situações). “Muitas dessas conexões não são explicitamente marcadas, sendo então implícitas, suportadas por inferências e assunções” (Fonseca, 1992: 40-41).

Esses princípios configuram a coerência microestrutural do texto (Fonseca, 1992:41) porque permitem ao interpretante relacionar as informações provenientes dos enunciados presentes no texto. Já a macroestrutura do texto, na perspectiva de Fonseca (1992: 41), refere-se à totalidade de significação intendida pelo locutor, à mensagem que este pretende passar, através das informações fornecidas pelo texto.

Segundo Lopes e Carapinha (2013: 108), a coerência é o resultado do processo interpretativo levado a cabo pelo interpretante. É o leitor quem precisa de estabelecer a continuidade de sentido de um texto (buscando elementos no plano da coerência microestrutural e no plano macroestrutural e buscando restabelecer nexos onde eles faltam), a fim de validar o texto como coerente. As autoras supracitadas afirmam que o estabelecimento de relações entre diferentes informações no interior de um texto é um processo cognitivo crucial para que o leitor possa verificar o estado de coerência do texto (isto é, compreendê-lo integralmente).

1.1.1.2. Coesão

A coesão é o modo como organizamos as frases, os períodos e os parágrafos que compõem um texto, isto é, todo o tecido textual, estabelecendo relações semânticas entre esses segmentos de modo a criar uma totalidade significativa. Ou seja, a coesão é uma rede semântica que constitui um fator importante na construção do sentido de um texto, rede essa que funciona através da articulação de elos visíveis – os elementos coesivos – que auxiliam na organização interna do texto e facilitam a tarefa interpretativa, permitindo dele deduzir um sentido. Esses elos visíveis, os mecanismos de coesão, são o suporte que assegura o todo significativo e são elementos linguísticos lexicais e gramaticais (estes últimos, apesar de serem elementos em foco nesta obra, também englobam os conectores e a expressão da temporalidade, que não serão aqui abordados) que ajudam na construção da coerência textual.

Lopes e Carapinha (2013: 32) afirmam: “Sendo a coesão um traço muito presente na maior parte dos textos/discursos que produzimos, encontramos aqui um forte argumento a favor da sua importância na comunicação linguística: se ela constitui um recurso efetivo para os

falantes, é porque ela é responsável por grande parte das relações de sentido que se geram entre as várias partes que compõem o texto e que o tornam uma rede de interdependências textuais.”

Os mecanismos de coesão constituem, pois, importantes apoios à construção do sentido global do texto, isto é, à sua coerência. No entanto, um escasso número de mecanismos coesivos, em um texto, não compromete, necessariamente, a sua coerência, uma vez que os interpretantes ativam inferências quando esbarram em descontinuidades ou rupturas semânticas. Em contrapartida, podemos dizer, também, que a existência destes elos coesivos, por sua vez, não representa necessariamente uma garantia de coerência. Observemos os exemplos que correspondem a cada um destes casos:

(1) Pedro acidentou-se. Maria foi ao hospital. Estamos muito preocupados.

Esse é um texto com poucos elos coesivos (na verdade só a temporalidade e, mais exatamente os tempos verbais, que permitem ordenar sequencialmente as situações apresentadas, bem como a inferência baseada em conhecimento do mundo de que um acidente pode conduzir alguém ao hospital e pode gerar a preocupação de familiares e amigos é que seriam os nexos coesivos mais evidentes), mas é coerente, uma vez que é possível interpretar as três frases através de um nexo de causa/consequência/conclusão).

(2) Eu vou à igreja todo domingo porque sou cristão. O cristianismo, que é minha religião, apesar de ser a mais praticada no mundo, teve queda de fiéis de 35% para 32%. Esta religião sofreu dos horrores das cruzadas. Elas foram expedições militares religiosas, organizadas pelo mundo cristão.

Esse é um texto com elos coesivos, nomeadamente com expressões anafóricas e, ainda assim, apresenta um grau de coerência mínimo, pois não parece possuir um rumo discursivo congruente.

Através destes exemplos, podemos observar que o funcionamento da coesão textual está subordinado a condições de coerência. Os elos coesivos de um texto até podem funcionar a nível intrafrasal, mas, no âmbito textual, as frases, ainda que internamente coesas, podem perder sua

relevância, seu propósito, quando não são observadas questões de organização semântica no plano macrotextual.

Para Halliday e Hasan (1976), os mecanismos coesivos, isto é, os elementos cuja função é a de construir, formalmente, a tessitura semântica de um texto, encontram-se divididos em cinco categorias: *Reference*: “an item, instead of being interpreted semantically in their own right, make reference to something else for its own interpretation”; *substitution*: “replacement of one item by another”; *ellipsis*: “substitution of one item by zero”; *conjunction*: “they express certain meanings which presuppose the presence of other components in the discourse”; *lexical cohesion*: “the cohesive effect caused by the selection of vocabulary” (Halliday e Hasan, 1976: 31, 88, 142, 226, 274). Estes conceitos, apresentados pelos autores supracitados, recobrem os que, atualmente, são estudados sob o rótulo de mecanismos de coesão. Em trabalhos posteriores, de outros autores, estes mecanismos estão sistematizados da seguinte forma:

- Coesão lexical (reiteração e substituição lexicais)
- Coesão referencial (diferentes tipos de anáfora e catáfora)
- Coesão interoracional e interfrásica (conectores)
- Coesão temporal (ordenação correlativa dos tempos verbais e dos adjuntos adverbiais temporais)

Esta pesquisa irá, então, concentrar-se na análise de alguns mecanismos de coesão referencial, mais especificamente na análise da anáfora.

A coesão referencial é um dos mecanismos de coesão textual e garante a continuidade semântica ao nível das entidades referidas ao longo do texto (Lopes e Carapinha, 2013: 55), sendo a anáfora o mecanismo mais relevante. Ainda nos apoiando nas palavras das autoras supracitadas, devemos estabelecer a relação entre a coesão referencial e a coerência, a fim de melhor esclarecermos a diferença entre estes conceitos. Para as autoras, as cadeias referenciais são elementos fundamentais para a construção de informações sequenciadas, necessárias para a manutenção de sentido em um texto. As cadeias de referência não são a única ferramenta a contribuir para a coerência e construção de um campo temático integrado; porém, ajudam a manter elos semânticos através de sua capacidade de referenciar as mesmas entidades ao longo

do texto, configurando, dessa forma, um tópico textual. Em um texto narrativo (gênero textual alvo de estudo neste trabalho), a história é uma sequência de fatos sobre personagens que são participantes ou observadores das ações. Os personagens são entidades repetidamente referidas ao longo do texto.

1.1.1.2.1. Anáfora

A anáfora é um processo de retoma, total ou parcial, do valor semântico-referencial de outra expressão, o antecedente anafórico. Através deste processo é que construímos as chamadas cadeias de referência anafóricas (Lopes e Carapinha, 2013: 55).

Existem diversas classificações de anáfora (Riegel, Pellat e Rioul, 1994; Kleiber, 2001, entre outros) e cada uma dessas classificações propõe diferentes tipos de anáfora. No entanto, o nosso interesse neste projeto são as anáforas diretas (correferenciais) que constituem casos em que o termo anafórico retoma por inteiro o valor semântico-referencial do antecedente, gerando correferência. Convém explicitar que os conceitos de ‘anáfora’ e ‘correferência’ não se recobrem necessariamente. Com efeito, a expressão anafórica define-se pelo facto de, e para ser corretamente interpretada, exigir a localização (textual) exata do antecedente, bem como a identificação do respetivo referente; por outro lado, falamos de correferência quando duas ou mais expressões designam o mesmo referente, a mesma entidade de mundo (Lopes e Carapinha, 2013: 56). Ora, os dois conceitos podem não coincidir, uma vez que a relação anafórica é uma relação assimétrica – entre o termo anafórico e o seu antecedente – ao passo que o fenómeno da correferência designa uma relação simétrica de identidade referencial (Corblin, 1985: 178). Veja-se o caso da anáfora associativa, por exemplo, em que há uma expressão anafórica que não é correferencial relativamente ao antecedente (embora a ele possa estar concetualmente ligada), pois ela introduz uma nova entidade no universo textual.

Apesar de ser pertinente salientar esta distinção, o processo anafórico é comumente ilustrado através de expressões que são correferentes.

Dentro do conjunto de anáforas correferenciais ou diretas proposto por Riegel, Pellat e Rioul (1994), na literatura de referência¹ classificadas como anáfora nominal (por repetição, por substituição), anáfora pronominal e anáfora adverbial, este trabalho irá concentrar-se, especificamente, na análise da anáfora zero (elipse) e no caso da anáfora resumativa, por adverbialização e por pronominalização.

1.1.1.2.1.1. Anáfora Zero

A elipse é “um fenómeno sintático que consiste na omissão de um ou mais itens lexicais que podem ser recuperados” (Matos, 2013: 2351) e que não seria comunicativamente útil repetir, uma vez que são, até certo ponto, redundantes. Segundo Marques (2009: 38), a elipse é o mecanismo de coesão textual que permite a omissão de informações pedidas pelos predicadores verbais sem tornar uma frase agramatical ou incoerente. No contexto aqui em análise, a elipse, também conhecida como anáfora zero, corresponde à omissão de um termo anafórico que, no nosso estudo, desempenha a função de sujeito. Como a língua portuguesa possui um sistema flexional de concordância morfológicamente rico, este fenómeno – a omissão – ocorre com frequência, já que é uma língua de sujeito nulo.

Em outros termos, Bechara (2009: 491) define elipse como “a omissão de um termo facilmente subentendido por faltar onde normalmente aparece, ou por ter sido anteriormente enunciado ou sugerido, ou ainda por ser depreendido pela situação, ou contexto.”

Como afirma o autor brasileiro, o material linguístico elidido pode ser recuperado quer a partir do discurso anterior (o caso em estudo) quer a partir do contexto situacional. Há muitos tipos de expressões linguísticas que podem ser omitidas no discurso. Segundo Matos (2013: 2359-2361), são várias as estruturas gramaticais que podem ser sujeitas a omissão (SV, SN, SPrep e orações) e são diferentes os contextos linguísticos em que cada uma destas possibilidades pode ocorrer.

¹ Lopes e Carapinha, 2013: 60.

Limitaremos o nosso estudo à análise da elipse do sujeito, isto é, à omissão de um constituinte (normalmente um pronome) que desempenha a função sintática de sujeito na frase em que está omissa e que é recuperável a partir da flexão verbal e, em simultâneo, a partir da frase anterior, como é visível no enunciado seguinte:

(3) Eles saíram de casa, mas \emptyset não foram à escola.

1.1.1.2.1.2. Anáfora resumativa

Este tipo de anáfora retoma sempre uma situação, ou melhor, um conteúdo proposicional anteriormente expresso. Mendes (2013: 1709) chama-lhe anáfora resumativa, mas também, como alternativa, anáfora concetual. O termo ‘resumativa’ foi originalmente proposto por Maillard (1974: 55-71), mas ‘concetual’ é também a designação usada por Riegel, Pellat e Rioul (1994), que a definem como constituindo o resumo do conteúdo de uma frase, de um parágrafo, de um fragmento ou de uma parte do texto precedente. Segundo Lundquist, Minel e Couto (2012: 365-389), este tipo de anáfora tem outra particularidade: ela gera um novo referente discursivo (com base em informação prévia) e, portanto, pode fazer progredir o texto e a informação que ele contém.

Tipicamente, essa expressão anafórica é um SN que sintetiza (‘encapsula’ é também um termo recorrentemente usado para designar essa síntese) o conteúdo informativo anterior e que até pode conter uma vertente axiológica forte, veiculando uma avaliação subjetiva dessa informação. Veja-se o exemplo:

(4) Ele fez compras na internet e nunca recebeu o produto. **Esta fraude** é cada vez mais comum.

No entanto, o nosso foco de atenção centrar-se-á nas anáforas resumativas de natureza adverbial e pronominal, isto é, naquelas que sintetizam um conteúdo anteriormente explicitado através de um advérbio (como ‘assim’) ou de um pronome (como ‘isso’).

i) Adverbialização resumativa

O advérbio, em português, pode realizar a dupla função de compendiar e retomar um certo conteúdo proposicional previamente expresso, função esta realizada com frequência pelo advérbio “assim” (Lopes e Carapinha, 2013). Observemos o exemplo:

(5) A empresa contornará os problemas através de medidas de austeridade severas. Somente **assim** conseguirá manter-se competitiva.

ii) Pronominalização resumativa

Lopes e Carapinha (2013) afirmam que os pronomes demonstrativos invariáveis podem funcionar como termos anafóricos que retomam, de forma sintética, conteúdos proposicionais expressos no discurso anterior. Vejamos o exemplo:

(6) “Mudou a estrutura familiar, os filhos e as filhas têm cada vez menos tempo para cuidar de pessoas que não produzem, e os idosos são os que mais sofrem com **isto**.”²

2. A língua portuguesa como língua pluricêntrica

2.1. Variação e norma

Mateus e Cardeira (2007: 80) definem variação como um fenómeno presente em todas as línguas naturais, vistas como sistemas vivos, dinâmicos. As línguas podem variar no tempo (variação diacrónica), no espaço (variação diatópica), na sociedade (variação diastrática) e segundo as modalidades expressivas (variação diafásica).

A variação linguística resulta da atuação quer de fatores internos, quer de fatores externos (Mateus e Cardeira, 2007: 43). Entre os fatores externos, o relacionado com as situações de contacto de línguas tem uma particular importância e, aliás, explica muitas das particularidades de línguas faladas fora de seu território de origem, como é o caso do português.

² CETEM, público. *In* Macário Lopes, Ana Cristina & Carapinha, Conceição. *Texto, Coesão e Coerência*. Edições Almedina, Coimbra, 2013. Pág. 71.

Embora objetivamente idênticas, as variedades linguísticas não têm o mesmo estatuto social. Assim, Mateus (2003: 34) afirma que uma variedade dialetal é geralmente adotada como padrão e, por isso, as variantes podem ser contrastadas em relação ao padrão escolhido, embora, do ponto de vista linguístico, uma variedade não possa ser considerada mais ou menos correta que outra. Logo, a norma corresponde a uma das variedades de uma determinada língua; essa é a variedade socialmente prestigiada e veiculada pela escola. Ao ser considerada norma (norma-padrão), a variedade de referência tende a fossilizar-se e a caracterizar os falantes que a usam como os que falam a língua “corretamente”. No português europeu, a norma corresponde à variedade usada pelos falantes das classes cultas da região Lisboa-Coimbra (Cunha e Cintra 1984: 10 *apud* Segura, 2013: 86).

Numa outra perspetiva, Mateus e Cardeira (2007: 30) afirmam que a história de construção da norma está ligada ao conceito de nacionalismo, que se baseia no reconhecimento de elementos definitórios da comunidade, como a religião, a cultura ou a língua. Uma vez elaborada, codificada e difundida, a norma adquire uma função de “língua franca”. A partir deste ponto, a norma passará a ser encarada como representante da unidade nacional.

2.2. O português não europeu

Como já referido, o português é um idioma que apresenta variedades também fora do território onde historicamente se constituiu. Assim, no seu caso (e no caso de outras línguas ex-coloniais), a variação assume uma configuração particular, já que envolve espaços geograficamente descontínuos e com autonomia política. O carácter transnacional do português torna-o, então, uma língua pluricêntrica (Baxter, 1992), ou seja, uma língua com vários centros de irradiação.

Por razões sociais, culturais, económicas ou históricas a língua portuguesa foi, como sabemos, transportada para fora do seu espaço geográfico de origem e se desenvolveu em estreito contacto com outras línguas presentes neste novo espaço. O português é, na verdade, uma língua com larga história de expansão mundial e de mobilidade de seus falantes nativos e,

ao longo desse processo, constituíram-se variedades não nativas (doravante VNN), já que o português foi aprendido como L2 em contextos prototipicamente multilingues.

No presente, essas variedades encontram-se em fases muito diferentes de nativização e de estabilização / normalização. Assim, além da norma nacional portuguesa, podemos falar da(s) norma(s) do português do Brasil (doravante PB); no entanto, noutros espaços, como em Moçambique, temos variedades linguísticas nacionais em formação e, portanto, é ainda complexo aplicar, aí, o conceito de norma.

3. Situação (socio)linguística de Moçambique

3.1. Panorama linguístico de Moçambique

O censo populacional de 2007, de acordo com o INE (2010), mostra Moçambique com 15.670.424 de moçambicanos, de 5 ou mais anos de idade, falantes de cada uma das 23 línguas distribuídas pelas 11 províncias do país.³ Para além do português, a língua oficial, são faladas (como já dissemos) mais de 20 línguas bantu (Ngunga, 2014: 56-57). Nenhuma destas línguas tem estatuto majoritário, ou seja, nenhuma é utilizada por uma maioria populacional.

Segundo Ngunga e Bavo (2011: 56), as línguas faladas, como LM, em Moçambique encontram-se distribuídas, percentualmente, da seguinte forma:

Língua Materna	Porcentagem de falantes	Província onde se fala
Macua	26,1	Cd, Np, Ns, Sf, Zb
Português	10,8	Todas
Changana	10,5	Gz, Mp, Ns, Mc, Ib
Sena	7,8	Mn, Sf, Tt, Zb
Lomwe	7,2	Np, Ns, Zb
Nyanja	5,8	Ns, Tt, Zb
Chuwabu	4,8	Np, Sf, Zb
Ndau	4,5	Mn, Sf
Tshwa	4,4	Gz, Ib, Mp, Sf
Nyungwe	2,9	Mn, Tt

³ Cf. <http://www.ine.gov.mz/>.

Yaawo	2,2	Cd, Ns
Copi	1,9	Gz, Ib, Mp, Sf
Makonde	1,7	Cd
Tewe	1,7	Mn
Rhonga	1,5	Gz, Mp, Mc, Ib
Tonga	1,5	Gz, Mp, Mc, Ib
Manyika	0,9	Mn
Cibalke	0,7	Mn
Mwani	0,5	Cd
Koti	0,4	Np
Shona	0,2	Tt
Swahili	0,1	Cd
Lgs de Sinais	0,05	Todas
outras LMs ⁴	2,0	Todas

Tabela 1: Línguas de Moçambique

Legenda: Cd – Cabo Delgado; Ns – Niassa; Np – Nampula; Tt – Tete; Zb – Zambézia; Mn – Manica; Sf – Sofala; Ib – Inhambane; Gz – Gaza; Mp – Maputo; Mc – Maputo cidade.

Como se observa, o português L1 tem apenas 10,8% de falantes moçambicanos, de 5 ou mais anos de idade. No entanto, dados de 2007 mostram que, como L2, a língua portuguesa apresentou 33% de falantes sobre uma população total de cerca de 20 milhões de habitantes (Gonçalves, 2010: 26). Destes falantes (PL1 e PL2), 72,4% viviam nas áreas urbanas.

3.2. A implementação do português e sua situação atual

A história da língua portuguesa no território de Moçambique é dividida por Gonçalves (2010: 34-35) em três momentos:

- 1ª Fase ou Fase Preparatória (1498-1918): o português encontra-se muito pouco difundido, não havendo bases sociais e políticas para uma presença efetiva e estável dos colonos portugueses por todo o território. Moçambique ocupava uma posição periférica dentro dos territórios ocupados por Portugal e esta colónia foi mesmo governada a partir da Índia, e não diretamente por Portugal, até 1752 (Gonçalves, 2013: 158).

⁴De acordo com o sítio *web* www.ethnologue.com, incluem-se nesta categoria várias línguas estrangeiras (chinês, grego, coreano, russo, alemão padrão, hindi, urdu ou guzerate).

- 2ª Fase ou Fase de Difusão (1918-1975): somente com a promulgação do Ato Colonial (1930) é criado um instrumento legal da política colonial para a educação, estabelecendo a língua portuguesa como única língua de ensino. O governo colonial lança, então, as bases sociais para a difusão do português de Moçambique. É definida uma política educacional e linguística e também é criada uma rede escolar com cobertura nacional. Em Moçambique, o sistema de ensino do português (e a escola tem de ver a língua quer como objeto de estudo, quer como sistema de comunicação) optou pela variedade normativa do PE. Foi adotado o modelo “assimilacionista” francês, ditando que a língua colonial seria a única no sistema de ensino, mas reservando as línguas bantu para a instrução religiosa. De acordo com Gonçalves (2010), o português em Moçambique apresenta uma quantidade reduzida de falantes de PL1 precisamente por ter havido uma definição tardia de uma política educacional para as colónias portuguesas. Este atraso na difusão do português promove o desconhecimento desta língua pela maioria da população, especialmente nos meios rurais (Gonçalves, 2013: 159-160). Ao mesmo tempo, as línguas bantu locais continuaram a ser transmitidas de geração em geração sob a modalidade oral, enquanto o português como L2 era adquirido através da instrução formal e pela exposição a um *input* estruturado, com materiais escritos nesta língua.

No entanto, apesar da criação de uma rede escolar com cobertura nacional nos anos 40, apenas nas décadas de 60-70 foi registado um crescimento considerável de escolas dos vários graus de ensino (primário, secundário e técnico profissional) (Gonçalves, 2010: 30). O número de escolas primárias em 1945 era de 92 e, em 1973, esse número era já de 4037; a uma escola secundária, em 1945, correspondem 28, em 1973 e de 8 escolas de ensino técnico profissional, em 1945, passa-se para 20, em 1973 (dados de Dalina Mateus, 1999, *apud* Gonçalves, 2010: 30).

- 3ª Fase ou Fase de Implantação (de 1975 até à atualidade): esta é uma fase de ampla difusão e valorização social do português. O português é visto como língua de prestígio. Esta visão é reforçada porque o português envolveu-se num novo quadro ideológico, que o promoveu e adotou como símbolo de unidade nacional e como língua oficial (Gonçalves, 2013: 159).

A difusão da língua portuguesa, ainda que restrita, não foi a única razão para torná-la língua oficial. De acordo com Firmino (2015), o português em Moçambique foi adotado como

língua oficial por, além de ser uma língua já em uso em contextos institucionais, ser também um símbolo de unidade nacional, uma língua de prestígio das elites e uma língua facilitadora do contacto com o exterior e do acesso à ciência e tecnologia.

Lucchesi e Baxter (2009: 101) afirmam que o conceito de «transmissão linguística irregular» (Thomason e Haufman, 1988, *apud* Gonçalves, 2010: 35-36) designa os processos históricos de contacto maciço entre povos falantes de línguas tipologicamente diferenciadas. A língua do grupo dominante se impõe, de modo que os falantes das outras línguas, em sua maioria adultos, são forçados a adquiri-la em condições bastante adversas de aprendizado. As variedades de segunda língua que se formam nessas condições acabam por fornecer os modelos para aquisição da língua materna para as novas gerações de falantes, na medida em que os grupos dominados vão abandonando as suas línguas nativas. Todavia, por sua história, em Moçambique a população local não teve de adquirir uma L2 rapidamente, fosse por razões de relações comerciais e/ou escravidão, e, portanto, a população local não esteve, com a intensidade verificada noutros locais, exposta a um *input* heterogéneo e degenerado, típico de quadros de pidginização/crioulização. Por essa razão, a aquisição do português não ocorreu no quadro de uma transmissão linguística irregular e, assim, não terão ocorrido mudanças muito radicais relativamente ao PE.

Isto difere do caso do português do Brasil, onde a população adquiriu a língua alvo (PE), por um processo de transmissão irregular, levando a uma aquisição imperfeita (Silva, 2013: 147-148). Este fator levou a um maior distanciamento entre o português brasileiro e o português europeu (Silva, 2013: 148) do que aquele que se operou em Moçambique.

Moçambique partilha, no entanto, aspetos com o Brasil, sendo estes a sua imensidão territorial e consideráveis desequilíbrios socioeconómicos e socioculturais. Não obstante esta afinidade, o modo de transmissão linguística que, tipicamente, ocorreu em Moçambique pode vir a gerar, aqui, uma variedade de português mais próxima da europeia.

3.3. Alguns aspetos do português de Moçambique hoje

3.3.1. Línguas em contacto

Hoje, a única língua franca reconhecida em Moçambique é o português que, mesmo não conhecido por todos, é o único idioma com falantes distribuídos por todas as províncias. O português continua sendo um símbolo de unidade nacional. Continua, também, a ser uma língua essencialmente urbana, associada às elites, embora em expansão. Ao longo do tempo, a quantidade de falantes adquirindo o PE como língua materna vem crescendo. Em 1980, 1,2% da população falava português, mas este número aumentou para 6,5% em 1997 e depois para 10,7% em 2007 (Gonçalves, 2013: 160). Trata-se de um aumento de quase dez vezes em trinta anos.

Há razões para pensar que, em Moçambique, as variantes dos centros urbanos socioeconomicamente mais influentes, localizados no sul do país (províncias de Maputo e Gaza e Inhambane), sejam as que têm mais possibilidades de chegar a uma situação de estabilidade (Timbane, 2014). Gonçalves (2010: 34) diz, ainda, que nos centros urbanos, as classes mais favorecidas usam, entre si, quase exclusivamente português (ainda que não seja sua L1), caracterizando-o como a língua escolhida para transmitir às novas gerações. É nos centros urbanos que se encontram os polos de saber, as empresas e é também aí que encontramos cidadãos provenientes de todas as províncias do país. O acesso às universidades e a instituições administrativas do governo depende do conhecimento da língua portuguesa. O seu extenso uso nos centros urbanos pode levar, então, à padronização de uma variedade falada e escrita para uso em domínios “altos” (ensino superior ou comunicação em órgãos públicos a nível nacional, por exemplo). Esta variante constrói-se, portanto, no contacto com as línguas bantu changana, ronga e tsonga (shangana-tsonga)⁵, que são faladas nas províncias do sul do país.

Neste contexto multilingue, a variedade do português que se fala em Moçambique apresenta particularidades⁶ que se podem dever ao contacto com as línguas nacionais africanas (Gonçalves, 2010: 13). Tratar-se-á, portanto, de fenómenos de transferência linguística no âmbito da pronúncia, do vocabulário, da estruturação de frases, bem como no plano cultural (pragmático).

⁵ De acordo com Gonçalves, (2010: 62), podemos observar que são as mais faladas nestas províncias.

⁶ O contato com línguas autóctones que não estão presentes em Portugal gerou mudanças fonéticas, sintáticas, morfossintáticas e lexicais (Gonçalves, 2010: 41-59).

A transferência⁷ é um dos principais fatores conducentes à interlíngua. Fala-se de interlíngua para designar um sistema intermediário, de transição, que resulta, principalmente, da transferência da língua materna ou de outras línguas conhecidas e da quantidade / qualidade de *input* a que o aprendente é exposto (Selinker, 1972). A interlíngua pode constituir-se durante o processo de aprendizagem de uma língua não-materna e pode vir a perdurar até depois de o falante alcançar seu potencial máximo de aprendizado. Segundo alguns autores (Gass e Selinker, 2008: 395, 487), a esta dificuldade em eliminar desvios no uso da língua alvo, comum em aprendentes de uma língua não-materna, chama-se fossilização.

Todas as línguas aprendidas depois da aquisição da língua materna podem apresentar reflexos de transferência e de fossilização. Estes fenómenos ocorrem em situações de aprendizagem formal ou em situações “naturais” de exposição (Gass e Selinker, 2008: 7).

3.3.2. Processo de nativização e definição de uma variedade nacional

Para Gonçalves (2010: 81-82), as VNN «divergem das gramáticas dos falantes nativos dos padrões europeus», ainda que de forma menos radical que os Pidgins e Crioulos, e são instáveis. Quando existe uma grande quantidade de falantes de VNN e poucos falantes nativos que produzam *input* de acordo com o modelo europeu, difundem-se novas estruturas linguísticas e, nessas circunstâncias, a VNN aí constituída apresenta sinais de que se encontra num processo de nativização. Este termo pressupõe, então, a difusão de uma nova variedade como língua materna.

Segundo Kachru (1982; in Firmino, 2012: 1), a nativização é “um processo de aculturação através do qual uma língua europeia se aproxima do contexto sociocultural de um país pós-colonial. Além disso, ela desenvolve inovações linguísticas que ganham significado comunicativo e social no contexto destas novas funções.”

⁷ Este fenómeno tem lugar em situações de contacto linguístico, não apenas entre línguas distintas (como acontece em Moçambique), mas também entre variedades regionais e/ou sociais de uma mesma língua.

Por outro lado, Gonçalves (2010: 13,14), lembra o número de falantes de português como L1 em Moçambique – na altura 6% – defendendo que, por isso, não se pode considerar que este idioma representa uma variedade não nativa para toda a comunidade. Timbane (2014: 11) diz, também, que “a nativização da LP em Moçambique aumenta à medida que os falantes da LP aumentam, incentivados pelo prestígio social e político, por ser língua nacional e internacional”.

Devido a questões de ordem histórica, geográfica, sociocultural e à complexidade da situação de contacto de idiomas, o português falado dentro do território de Moçambique não se apresenta ainda como uma variedade estável, com contornos precisos. O PM é uma variedade que está em processo contínuo de mudança, quer em razão do não respeito das regras gramaticais do PE, quer em razão do surgimento de novos aspetos fonológicos e fonéticos (Gonçalves, 2010: 42-55) ou de um novo léxico, vindo de empréstimos de outras línguas que convivem neste cenário da África austral (línguas, bantu, línguas asiáticas, inglês) (Menezes, 2010: 2).

Para Gonçalves (1998:1), “a interação do português com línguas de tipo muito distinto, as línguas bantu, contribui fortemente para o desencadeamento quer de fenómenos de flutuação entre diversas opções gramaticais, quer mesmo de casos de mudança linguística, em que certas formas tendem a prevalecer sobre outras com as quais competem e alternam.” Logo, podemos concluir que o português de Moçambique, seja por estar em contato com línguas de tipologia diferente, seja por sua implementação ainda recente no sistema de ensino ou até mesmo pelo tamanho do país e suas diferentes culturas exercendo influência sobre ele, encontra-se hoje numa fase de «variância não consolidada» (Carvalho, 1991).

Assim, as referidas interferências das LB podem determinar as características do português falado nas diferentes regiões. Menezes (2010) defende a hipótese de que existe uma relação de um para um entre o número de línguas moçambicanas tipologicamente semelhantes e as variantes moçambicanas da língua portuguesa. Ou seja, afirma que cada grupo de línguas bantu presente em Moçambique pode vir a gerar uma nova variedade da língua portuguesa, formando um português diferente em cada região do país.

Um bom exemplo do resultado de contacto com as línguas bantu é aquele que gerou os chamados “moçambicanismos”. Estes podem ser exemplificados através de palavras como *machimbombo* (o equivalente a *autocarro*), *maningue* (equivalente a *muito*), *awena* (expressão de surpresa) e *kanimambo* (equivalente a *obrigado*) (Firmino, 2002; Gonçalves, 2010; Mariani, 2011). Estes itens lexicais são empréstimos de línguas autóctones e, de acordo com Firmino (2009:16-17), estas palavras são conhecidas/empregues por muitos falantes do PM, mesmo quando estes desconhecem as línguas locais, manifestando-se assim, traços lexicais de nativização. Este fenómeno ocorre porque as palavras entram na língua por adoção, pelos falantes, não por imposição. São os utentes que, através dos tempos, têm descoberto maneira de usar expressões, palavras, de acordo com as suas necessidades / realidades, nalguns casos imbuindo-as de novos significados. (Gomes e Cavacas, 2004: 24).

O fenómeno de contacto no PM não envolve apenas as línguas bantu. A língua inglesa (língua de fronteira), apesar de ser claramente considerada língua estrangeira, também influencia o PM, sobretudo, em expressões⁸ (léxico) utilizadas pelos jovens. Temos, por exemplo, *maningue nice* (equivalente a *muito bom*). Estas palavras são, mais uma vez, exemplos de léxico largamente aceito e utilizado pela população local, revelando assim, um processo de nativização lexical.

A língua árabe também exerce influência no português falado em Moçambique. Timbane (2014: 18) observou, em sua pesquisa, que “As expressões e as palavras provenientes do árabe correspondem a 86,8% (de todas as expressões e palavras provenientes de línguas estrangeiras) e todas ocorrem na província de Nampula. Curiosamente, a província de Maputo não apresentou nenhum caso de palavra ou expressão árabe.”

Neste cenário, a questão de qual variedade geográfica moçambicana se deverá assumir como nacional não é o único problema da questão acerca da padronização do PM. As opiniões quanto às opções que deverão orientar o estabelecimento da norma de Moçambique estão

⁸ De acordo com Gonçalves (2010:60-61), a maior parte dos estudos acerca do PM pertence à área do léxico. A autora refere-se à necessidade de explorar outras áreas, tais como estratégias retóricas e discursivas. Este trabalho pretende, precisamente, buscar respostas acerca do uso de anáforas zero e resumativas no PM, área ainda não explorada.

igualmente divididas. Lopes (*apud* Gonçalves, 2010: 60) defende que é a variedade culta e educada (mais próxima da norma europeia) que deve ser institucionalizada, por ser relativamente estável e adequada aos usos formais. Já Firmino (*apud* Gonçalves, 2010: 60) considera que o importante é identificar as formas específicas do uso do português. Por seu turno, H. Dias opina que as condições para estabelecer um padrão “aceitável” do PM estão criadas, por haver um conjunto de autoridades (professores, órgãos de comunicação, revisores linguísticos associados a órgãos governamentais) que diferenciam os usos certos dos usos errados (*apud* Gonçalves, 2010: 60).

De qualquer modo, qualquer decisão implica o conhecimento profundo da realidade e, até ao momento, faltam dados para proceder a descrições sistemáticas, uma vez que ainda não foi realizado um estudo que tomasse como base um *corpus* representativo (da variedade educada) a nível nacional. Na verdade, a maior parte dos estudos disponíveis toma como base produções de falantes do sul de Moçambique. Por isso, não é possível determinar, de maneira segura, as características gramaticais e as estratégias discursivas partilhadas a nível nacional. Mesmo sendo importante estabelecer um padrão culto típico do português moçambicano, não temos, ainda, informação básica que permita o desenvolvimento deste processo com a objetividade, precisão e rigor necessários (Gonçalves, 2010: 61). As autoridades moçambicanas consideram prematuro discutir a questão da variedade moçambicana do português e, conforme referimos, a variedade moçambicana do português é tida como não consolidada e instável. Mesmo assim Timbane (2014:19) diz que, “[h]oje o português é uma língua nacional e é de fato, uma língua moçambicana de origem europeia, com falantes nativos e responde prontamente às necessidades comunicativas dos moçambicanos.”

3.4. Línguas bantu em Moçambique.

De acordo com a classificação de Greenberg (1963; in Ngunga, 2014:32), as quatro grandes famílias linguísticas africanas são: **afro-asiática** (subfamílias: semítica, egípcia, cushítica, berber, chádica); **ailo-sahariana** (subfamílias: songhai, sahariana, maban, fur, chari-nilo, koman); **congo-kordofaniana** (subfamílias: níger-congo e kordofaniana); **khoi e san** (subfamílias: khoi,

san, sandawe, iraqw, hatsa). As línguas bantu dos voluntários que participaram desta pesquisa pertencem à família **congo-kordofaniana** e à subfamília níger-congo.

A palavra *bantu* significa ‘pessoas’, ‘gente’ e, neste contexto, refere-se a um grupo de cerca de 600 línguas faladas por mais de 220 milhões de pessoas numa vasta região da África, incluindo os seguintes países: África do Sul, Angola, Botswana, Burundi, Camarões, Comores, Congo, Gabão, Guiné Equatorial, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Moçambique, Namíbia, Quênia, República Democrática do Congo, Ruanda, Suazilândia, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue.

Doke (1945; in Ngunga, 2014:43) organizou as línguas bantu com base em quatro critérios. Um deles é o que se refere às zonas de implantação (agregados de línguas faladas, em espaços geograficamente próximos, que, tendo uma certa uniformidade linguística, não são necessariamente inteligíveis entre si). As zonas são divididas em grupos de idiomas com traços fonéticos e gramaticais comuns e tão similares que chegam a ser mutuamente inteligíveis (Cole, 1961: 81; in Ngunga, 2014: 43). Esses grupos, por sua vez, são divididos em línguas ou conjunto de dialetos e estes últimos são, finalmente, subdivididos em dialetos.⁹ Embora existam outras classificações das línguas bantu, como, por exemplo, a de Guthrie (1967), decidimos usar a classificação de Doke porque este autor se concentrou na classificação das línguas bantu do sul da África, onde a região sul de Moçambique se encontra.

Em Moçambique, as línguas autóctones, da família bantu, associam-se a diferentes regiões do país e nenhuma delas cobre todo o território nacional (Firmino, 2015:126). Por outro lado, assumem funções simbólicas importantes que o português não regista, como, por exemplo, a indicação de identidades étnicas e/ou regionais.

As mais de 20 línguas bantu moçambicanas, segundo a classificação de Doke (1945), estão distribuídas por 5 zonas: zona oriental, zona sul-este, zona norte-este, zona este-centro e zona

⁹ De acordo com Ngunga (2014: 43), Cole (1961) diz sobre os dois últimos elementos da classificação de Doke que “não há uma definição clara da linha de demarcação entre a Língua e o Dialeto e que nem sequer existem critérios satisfatórios que permitam estabelecer sua distinção.”

sul-central. A zona sul-este contém o grupo de línguas shangana-tsonga e abarca as línguas ronga, changana e tshwa, como podemos ver, a seguir, na figura 1.

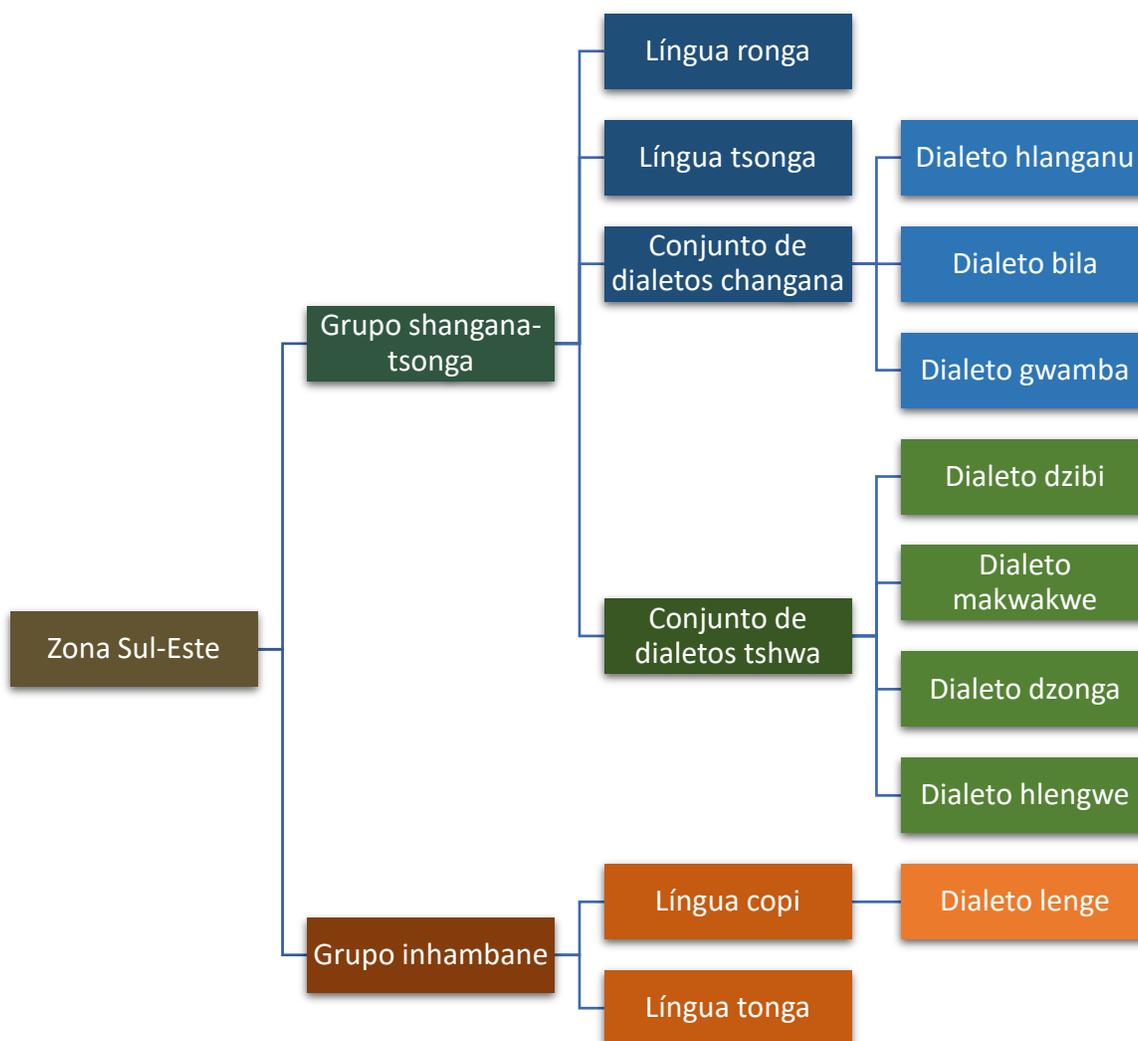


Figura 1: Classificação das línguas bantu segundo Doke: zona sul-este.

Tshwa, ronga e changana são as duas línguas e o grupo de dialetos bantu mais faladas nas três províncias do sul do país e pertencem ao mesmo grupo de línguas (shangana-tsonga), segundo diferentes autores (Doke e Guthrie; in Ngunga, 2014: 47; 53). Os falantes de qualquer uma das línguas do grupo Shangana-Tsonga percebem sem dificuldades e sem necessidade de se

submeter a um processo de aprendizagem específica qualquer outra do mesmo grupo (Ngunga, 2014: 50).

O Tshwa, o ronga e o changana são, então, falados nas províncias de Maputo, Gaza e Inhambane. Note-se que, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística, 72,4% dos falantes de português vivem precisamente nas áreas urbanas e que este valor resulta da “maior proporção de pessoas com educação formal no setor urbano”.¹⁰ Xai-xai e Inhambane, capitais, respetivamente, das províncias de Gaza e Inhambane, são, juntamente com Maputo, os maiores centros urbanos da região sul do país. A língua changana, por exemplo, é falada por cerca de 1.682.438 habitantes do sul de Moçambique e da província de Niassa (Ngunga e Simbine, 2012: 18).

As línguas maternas dos autores dos textos (Bantu Língua 1 e Português e Bantu Língua 1) recolhidos para este trabalho pertencem, precisamente, ao grupo shangana-tsonga. Trata-se de falantes provenientes não somente de Maputo, mas também das províncias mais próximas.

4. Construção de texto em LNM: uma área crítica (uma nova norma)?

Em Moçambique, o sistema de ensino adotou o PE como variedade a ser ensinada. Logo, todo registo textual que apresente características que se desviam deste padrão (em situações formais, onde a norma padrão do PE deve ser obedecida) coloca uma questão fundamental: que estruturas resultam de uma aquisição (individual) imperfeita da língua portuguesa (e da sua variedade de referência) e que estruturas / usos, não convergindo com a variedade alvo e podendo, numa perspetiva normativa, serem consideradas erros¹¹, revelam, no entanto, alguma difusão e estabilidade, assim sugerindo um processo de fixação no português falado em Moçambique?

¹⁰ Cf. <http://www.ine.gov.mz/>.

¹¹ Sirio Possenti (1996: 78) diz que “a noção mais corrente de erro é a que decorre da gramática normativa: é erro tudo aquilo que foge à variedade que foi eleita como exemplo de boa linguagem”. Porém, dois tipos de gramática (descritiva e internalizada) consideram erro apenas o que o falante produz sistematicamente em sua língua materna. Logo, o erro / desvio em língua será o que for incompreensível para o entendimento entre falantes de uma mesma língua (Júnior, Pinto e Santana, 2011: 9).

Evitando o termo/conceito de ‘erro’, Peres e Mória (1995:16) falam de áreas críticas para referir “estruturas/construções que resistem à convergência com determinada estrutura/construção alvo.” Segundo estes autores, pode “tratar-se de prenúncios de uma nova norma ou representar simples desvios, indiciando dificuldades por parte dos falantes.”

A constituição de uma nova norma estará, no entanto, ligada à estabilização e ao reconhecimento social de outras gramáticas ou estruturas linguísticas, inicialmente “desviantes” (Peres e Mória, 1995: 16) e, na verdade, estudos, ainda que escassos, que foram realizados em diferentes áreas do PM já apontaram especificidades fônicas, lexicais, sintáticas e morfossintáticas¹² que tendem para a estabilização (Gonçalves, 2010: 43). Assim, através do *corpus* selecionado para nossa análise, pretendemos averiguar se estruturas eventualmente não convergentes com o PE na área proposta neste projeto podem ser consideradas como simples desvios individuais ou permitem captar padrões diferentes de uso que, reunidas determinadas situações, se poderão fixar e difundir.

¹² Gonçalves (2010) exemplifica: tendência para estabelecer a sequência consoante-vogal como estrutura típica da sílaba, neologismos, “transitivização” de verbos intransitivos e o uso da forma dativa do pronome pessoal átono quando no PE temos a forma acusativa.

III. Metodologia

1. AMOSTRA: estrutura e critérios de constituição

1.1. Informantes: falantes moçambicanos

São 60 os textos de falantes moçambicanos de português utilizados como *corpus* neste projeto. Os textos foram produzidos por alunos da Universidade Eduardo Mondlane, de diversos cursos, e nascidos depois da independência de Moçambique (1975). Este último aspeto é importante pelo facto de, então, o ensino de português se encontrar já mais bem estabelecido¹³.

Os informantes foram divididos em 3 grupos, com igual número de indivíduos: falantes de PL1, falantes de Bantu L1 e falantes bilingues de Português e Bantu. Desta forma, as estruturas analisadas poderão mostrar características específicas de cada perfil linguístico. As línguas maternas dos falantes dos dois últimos grupos pertencem, precisamente, ao grupo shangana-tsonga. Trata-se de indivíduos provenientes não somente de Maputo, mas também das províncias mais próximas. Estes dois critérios (serem falantes de línguas do grupo shangana-tsonga e serem provenientes das províncias acima referidas) permitirão, previsivelmente, analisar um *corpus* onde as influências provenientes das línguas bantu serão mais homogêneas.

Dentro de cada uma daquelas categorias foram selecionados 10 voluntários de sexo masculino e 10 de sexo feminino. A subdivisão dos grupos por género poderá nos revelar comportamentos que reflitam a dinâmica sociocultural de Moçambique. Isto porque, segundo Silva (2007: 62), “a cultura tradicional está assente em estereótipos fortes e de dominação masculina”, existindo igualmente uma tendência gradual de diminuição da presença de mulheres nos níveis mais altos de escolarização¹⁴ (não obstante a semelhança nas taxas de insucesso de homens e mulheres em todos os níveis de ensino). Isto pode significar que as raparigas não desistem da escola por terem piores resultados que os seus colegas do sexo masculino¹⁵, mas por fatores alheios ao seu desempenho, fruto da dominação masculina (Silva, 2007: 65-66). Além

¹³ Ver capítulo “A situação linguística atual de Moçambique.”

¹⁴ Estatística da Educação: Levantamento escolar. República de Moçambique, 2014. pág. 24,36.

¹⁵ De acordo com o levantamento estatístico do Ministério da Educação, o número de raparigas repetentes é menor na educação primária e secundária. Estatística da Educação, Levantamento escolar. República de Moçambique, 2014, pág. 24,36.

disso, Silva (2007: 104-105) afirma que os próprios professores e diretores de escola têm preconceitos sobre as capacidades intelectuais das mulheres e têm interiorizados fortes estereótipos que os levam a desvalorizar o seu trabalho e a ignorá-las na sala de aula. Tendo estes aspetos em consideração, a divisão do grupo em géneros poderá mostrar se esta realidade social apresenta impactos relevantes na produção textual em português.

1.2. Informantes: falantes portugueses (grupo de controle)

Como o PE é a variedade alvo ensinada no sistema educativo moçambicano, e uma vez que a variedade nacional moçambicana ainda se encontra em processo de formação, outros 20 textos foram recolhidos junto de estudantes universitários portugueses (falantes de PEL1), com perfil académico idêntico, da Universidade de Coimbra.

A decisão de inclusão de um grupo de controle foi tomada a fim de verificar se os comportamentos linguísticos que vamos observar são específicos dos textos produzidos por falantes moçambicanos. Dessa forma, veremos também (no capítulo onde apresentaremos os resultados) de que modo os dados obtidos darão indícios de especificidades do PM. Finalmente, tendo em consideração que as condições socioeconómicas e sócio-históricas de Portugal (razão para a análise comparativa dos comportamentos entre géneros) são outras, os textos do grupo de controle não foram subdivididos em função do género do respetivo autor.

2. Dados

2.1. Protocolo e procedimentos de recolha dos dados

Para a obtenção dos dados, aos voluntários foi apresentado um conjunto de imagens relativas a uma sequência de eventos ¹⁶ que os informantes deviam converter em texto escrito.

¹⁶ A história sequencial utilizada retrata uma senhora sendo assaltada na rua. Um policial aparece para intervir, mas resolve não fazer nada pois conhece o bandido. A senhora efetua uma denúncia na esquadra, o caso vai a julgamento em tribunal, que, por sua vez, resulta infrutífero. O juiz é amigo do policial e do ladrão. A quantidade de personagens e suas interações em diferentes espaços estão muito bem definidas. História retirada de: Coral – Corpus Oral de Português L2 (CELGA / FLUC).

Induziu-se, assim, a produção de uma narrativa, pelo que podemos considerar que este estímulo foi usado para coletar um “*staged communicative event*” (Himmelmann, 1998). Um *staged* (ou *elicited*) *communicative event*, ao contrário dos *observed communicative events*, é um evento comunicativo que só teve lugar porque um professor/investigador o induziu. No entanto, e porque a produção da narrativa prescinde da interferência direta do professor/investigador, podemos considerar que os resultados obtidos constituem dados relativamente autênticos, *condição sine qua non* numa análise como a que efetuamos nesta dissertação.

Os voluntários foram instruídos a escrever uma narrativa sem o recurso ao diálogo (alguns terminaram por escrever pequenos diálogos que, por serem residuais, não prejudicaram a posterior análise), pois a narrativa é o tipo textual em que tipicamente se constroem cadeias de referência que permitem designar as mesmas entidades ao longo do texto, permitido assim gerar uma certa continuidade informativa (criando, por seu turno, coerência). Os excertos com recurso ao diálogo foram, então, excluídos porque a construção de um texto dialogal potenciará o aparecimento recorrente de signos deícticos, o que não constituía objeto de análise deste estudo.

Os títulos não foram também considerados como objeto de análise por duas razões: em primeiro lugar, um título constitui um elemento paratextual e, nessa qualidade, não integra o texto propriamente dito nem as suas cadeias referenciais; em segundo lugar, podemos argumentar que um título não apresenta um significado extensional, mas intensional, ou seja, não refere um objeto do real, mas sim um conjunto de traços semânticos que configuram um determinado significado, uma definição, não tendo, portanto, uma interpretação referencial específica.

Não se impôs número máximo ou mínimo de palavras nem houve limite de tempo para cumprir a tarefa. Os voluntários produziram textos manuscritos, imediatamente a seguir ao momento em que receberam o suporte pictórico.

O anonimato dos informantes foi preservado, já que na organização dos dados se trocaram seus nomes por códigos que identificam a LM e o género do escrevente, bem como o número do texto por ele produzido. Assim, PL1M01 é o código usado para indicar um informador com Português Língua materna, do género Masculino e autor do texto 01. Já em PBLF03, o código

significa: Português e Bantu Língua materna, voluntário Feminino, texto 03. Para os informantes portugueses o código é Português Europeu (PE) seguido do número do texto, por exemplo: PE04

2.2. Corpus

2.2.1. Tratamento dos dados

Nos textos obtidos pelos procedimentos anteriormente descritos, foram analisadas as anáforas zero ou elipse e as anáforas resumativas (adverbialização e pronominalização).

Em um primeiro momento, destacamos, em negrito, os antecedentes que deram origem a pelo menos um dos tipos de cadeias referenciais supracitadas (envolvendo anáfora zero e anáforas resumativas). Os antecedentes das anáforas resumativas estarão destacados por colchetes em negrito¹⁷ [...] e as elipses foram representadas pelo símbolo “∅”.

A segunda etapa consistiu em destacar as cadeias referenciais, que foram numeradas sequencialmente (**1 2 3 4 5 (...)**). Esta numeração foi aplicada individualmente, em cada texto, com o propósito de facilitar a identificação das cadeias referenciais. O número “1” é atribuído ao primeiro SN a surgir no texto que será retomado anafóricamente mais adiante, gerando uma cadeia referencial. Esse número será igualmente atribuído a todas expressões anafóricas que compõem essa mesma cadeia. A segunda cadeia recebe o número “2” e assim sucessivamente.

As expressões anafóricas seguidas do sinal“?” constituem casos de ambiguidade referencial, isto é, casos em que uma expressão anafórica pode retomar o valor semântico-referencial de mais do que um antecedente que, recorrendo ao nosso conhecimento de mundo, possa solucionar a ambiguidade em questão. Apenas os casos de ambiguidade que não apresentam solução por inferência serão contabilizados neste trabalho.

¹⁷ Como os antecedentes das anáforas resumativas são proposições, optamos por os sinalizar desta forma a fim de melhor destacar o início e o fim do antecedente.

O símbolo “*” sinaliza a ausência de elemento anafórico (que deveria existir de acordo com a norma do PE), constituindo um desvio do qual pode ou não resultar ambiguidade. Como podemos observar em um dos exemplos extraídos do *corpus*: “Ela tentando recusar foi-lhe apontada uma arma e Ø* arranco-lhe a bolsa...”. Neste excerto, temos um desvio, pois a frase exige a presença de um elemento anafórico que não seja uma elipse, com o propósito de clarificar uma ambiguidade. Como se torna evidente, este comentário só é válido para explicar a primeira elipse, pois a seguinte é interpretável por inferência.

Também identificamos palavras rasuradas ilegíveis (palavras descartadas pelos voluntários) com parênteses “()”, palavras rasuradas legíveis (palavra descartadas pelos voluntários) com “(*)” e palavras não compreensíveis pelos sinais “<>”.

Cada texto foi analisado identificando:

- A) quantidade de palavras produzidas;
- B) número de elipses produzidas;
- C) número de anáforas resumativas produzidas (contagem global e por categoria);
- D) número de casos de desvio;
- E) número de elipses com antecedentes dispersos.

2.2.2. Critérios de inclusão/exclusão dos dados

Os dados foram analisados de acordo com os critérios explicitados a seguir:

- A) Anáfora zero ou elipse

Como vimos em 1.1.1.2.1.1, a elipse é o fenômeno linguístico que ocorre quando o termo anafórico não tem realização lexical (Lopes e Carapinha 2013: 58). Existem, como referimos anteriormente, vários tipos de elipse. Neste trabalho analisamos, apenas, a elipse de sujeito.

Tendo em conta esta definição e os dados empíricos obtidos, há que fazer as seguintes clarificações:

- A identificação dos referentes é feita a partir do nosso acesso a antecedentes textualmente referidos, uma vez que estamos a trabalhar no domínio da coesão endofórica. Por isso, as ocorrências de pronomes deíticos não foram consideradas, pois mesmo existindo cadeia de referência, não há retomas anafóricas, como podemos exemplificar em “falo isso porque acompanhei...”¹⁸.
- As construções passivas, como a que ocorre no trecho “**A Natacha** foi esquecida e Ø posta de lado”¹⁹ apresenta um antecedente e uma elipse que retoma esse antecedente. Casos de elipse como este não foram, no entanto, considerados, pois esta elipse está precedida de um sujeito explícito e temos dois verbos no particípio passado associados ao mesmo auxiliar.
- Nas orações gerundivas em que o sujeito é o mesmo da oração principal, aquele constituinte, como previsto pela norma do português europeu, não se explicita, pelo que não se consideram esses casos de elipse. Vejam-se situações como a que encontramos em “**um homem armado** que tentou assalta-la levando sua carteira e a ameaçando”²⁰. Assim, apenas foram contabilizados casos de orações gerundivas em que os sujeitos são distintos e em que, havendo elipse, haverá também ambiguidade.
- Algumas anáforas apresentam antecedentes dispersos. Quando ocorreram casos desse tipo, cada antecedente foi tratado como um princípio de cadeia referencial diferente, pois os antecedentes são referenciados de maneira independente (em cadeias diferentes). Veja-se o exemplo: “Quando o bandido¹ olhou para a cara do agente², Ø¹ reconheceu-o e ele também reconheceu o bandido. Ø^{1,2} (amalgamado) Eram velhos amigos.”²¹
- Durante a análise dos dados, encontramos duas situações: aquelas em que a ambiguidade se mantém, sem solução, ou seja, que não nos permitem identificar o antecedente que a expressão anaforizante pretende retomar; e aquelas em que a leitura subsequente e/ou o nosso conhecimento do mundo acabam por permitir a construção de um processo inferencial que faz desaparecer essa ambiguidade. Os casos em que esta última situação ocorreu não foram contabilizados como

¹⁸ Texto PL1M05, no anexo deste trabalho.

¹⁹ Texto PL1M04, no anexo deste trabalho.

²⁰ Texto PL1m02, no anexo deste trabalho.

²¹ Texto BL1M10, no anexo deste trabalho

desvio, por terem sua condição de ambiguidade desfeita, foram apenas contabilizados no total geral de elipses.

B) Anáfora resumativa

- Quanto às anáforas resumativas, foram usados os mesmos critérios de exclusão que nas anáforas zero, quando aplicáveis.

IV Análise dos dados

Nesta etapa, pretende-se investigar, através dos dados que serão apresentados, as razões por trás de cada caso de desvio, de forma a encontrar um padrão. As questões levantadas nesta etapa são:

- Serão estas ocorrências desviantes explicadas pela aprendizagem do português como L2 por parte de falantes com LB1?
- Serão estes casos relativamente comuns, já consolidados na variedade PM e, portanto, configurando já um padrão (de uso) do português local?

Dadas as limitações deste trabalho, não poderemos aprofundar o estudo acerca das eventuais influências das línguas bantu sobre os casos de desvio. Tampouco poderemos apontar se o nível de coesão / coerência dos textos é uma consequência dos eventuais desvios. Isto explica-se pelo facto de o grau de coesão apresentado por um texto não depender apenas da existência de cadeias referenciais (com ou sem desvios), mas também da presença de – e da harmoniosa articulação entre – outros mecanismos de coesão textual, como os conectores e os mecanismos de coesão de ordem temporo-aspetual.

1. Análise quantitativa e qualitativa

1.1. Produção de anáforas: dados por grupos de informantes

Entre os 80 textos produzidos pelos voluntários, obtivemos um total de 13.687 palavras, distribuídas do modo ilustrado pelo gráfico apresentado a seguir:

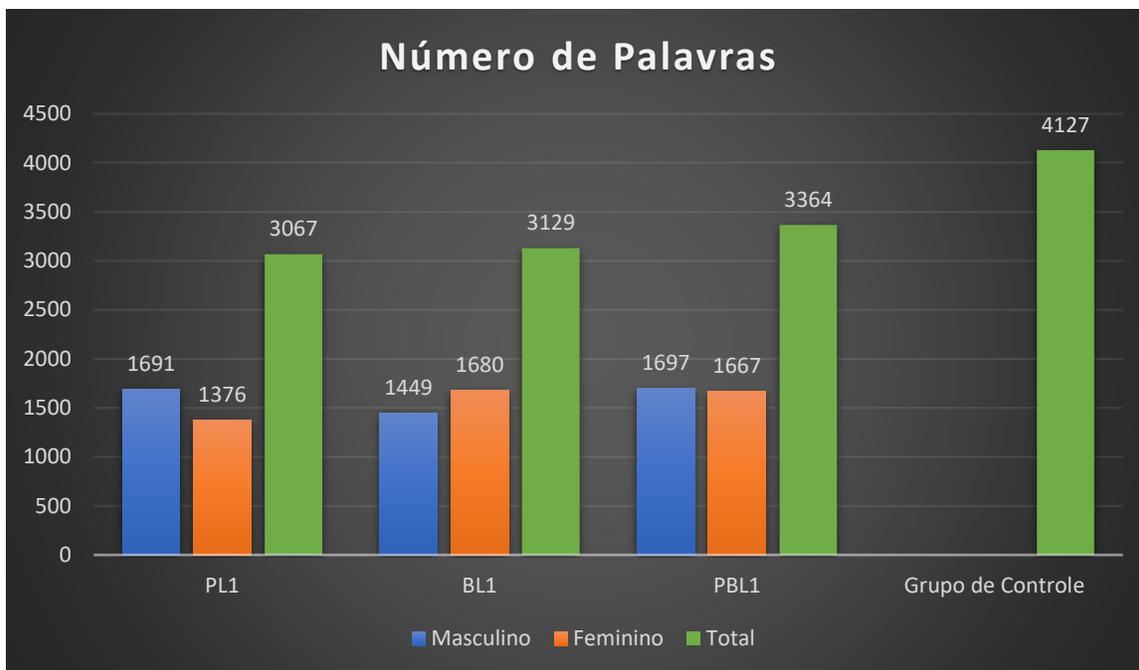


Gráfico 1: Número de palavras por grupo e gênero.

O grupo de controle foi o que produziu mais palavras (30% do total), com 763 (6% do total) palavras a mais que o grupo PBL1 (o grupo de falantes moçambicanos que mais produziu palavras). Este dado talvez se deva ao fato de que os voluntários do grupo de controle estão mais à vontade na produção do texto escrito e/ou têm mais familiaridade com as tarefas de produção escrita em português. Entre os restantes grupos, a diferença não é expressiva. Quanto a diferença de produção por gênero, obtivemos uma diferença de 325 palavras a favor do gênero masculino no grupo PL1 (11% do total de palavras do grupo PL1) e de 231 palavras a favor do gênero feminino no grupo BL1 (7% do total de palavras do grupo BL1). O grupo PBL1 não apresentou uma diferença significativa (menos de 1%).

A partir do montante total de palavras foram identificadas 284 cadeias anafóricas que contêm elipses ou anáforas resumativas. Observemos o gráfico a seguir:

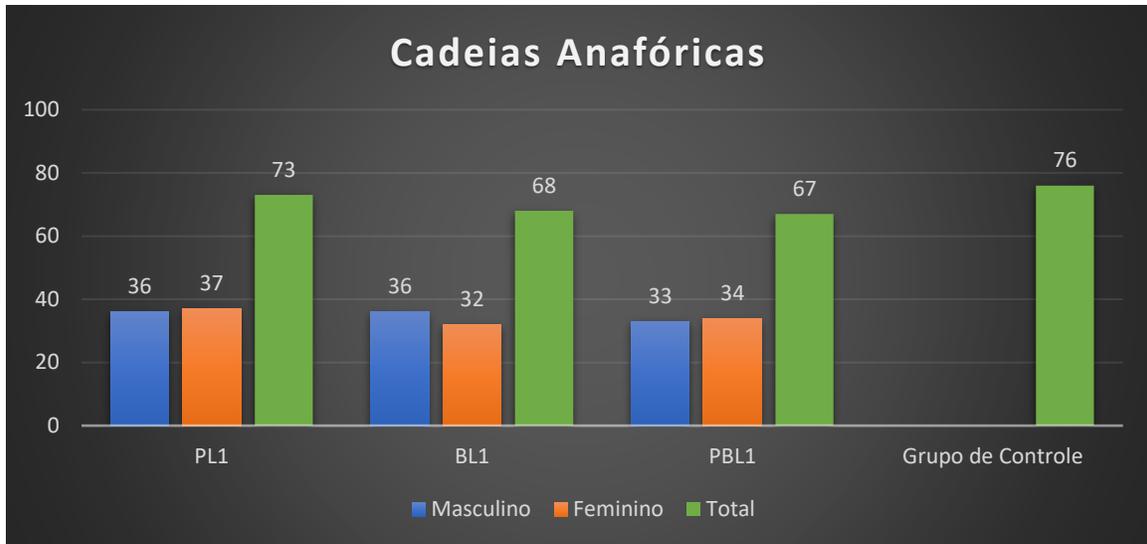


Gráfico 2: Cadeias anafóricas por grupo e género.

A diferença entre os grupos de falantes moçambicanos não é significativa e a diferença entre géneros é muito pouco expressiva.

Quando confrontamos os gráficos 1 e 2, podemos notar que o número de cadeias anafóricas produzido por cada grupo equivale a cerca de 2% de seu total de palavras, individualmente. Isto aponta que a quantidade de cadeias anafóricas, estudadas neste trabalho, não apresenta diferença percentual significativa frente a quantidade de palavras produzidas por cada grupo. Desta forma, o número de anáforas produzido por cada grupo poderá ser tratado de maneira igual. O gráfico 3, a seguir, nos mostra o cálculo percentual.

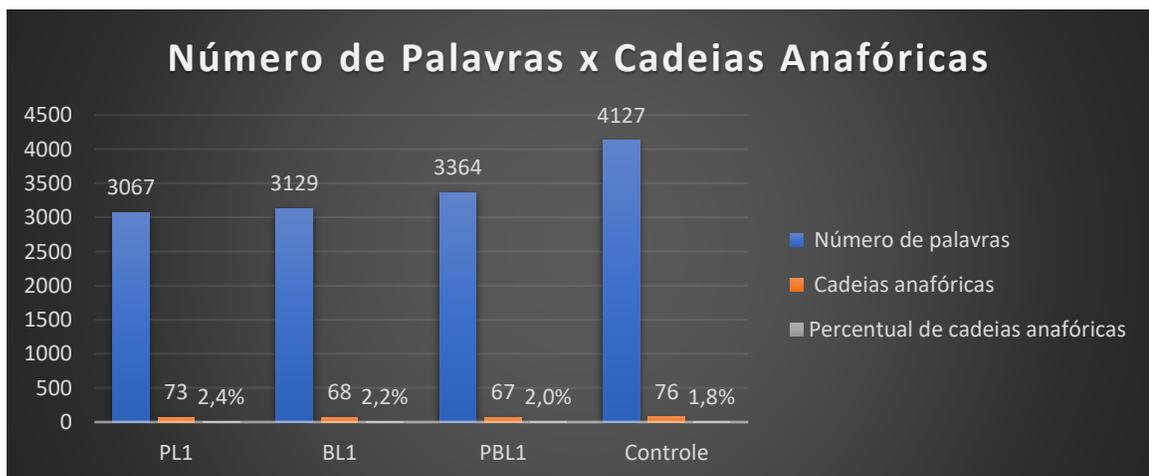


Gráfico 3: Percentual de cadeias anafóricas por palavras produzidas.

O número de expressões anaforizantes (elipses e anáforas resumativas), quando comparado ao número de palavras produzidas por cada grupo, não apresentou diferença significativa. O grupo PL1 apresentou 124 expressões anaforizantes, 4,04% de casos frente a sua quantidade de palavras (3067) e os grupos BL1 (102 expressões anaforizantes) e PBL1 (133 expressões anaforizantes) apresentaram respectivamente 3,25% e 3,95% frente as suas quantidades de palavras produzidas. O grupo de controle apresentou um percentual de 3,17% frente a sua produção de palavras. Podemos observar estes dados no gráfico a seguir:

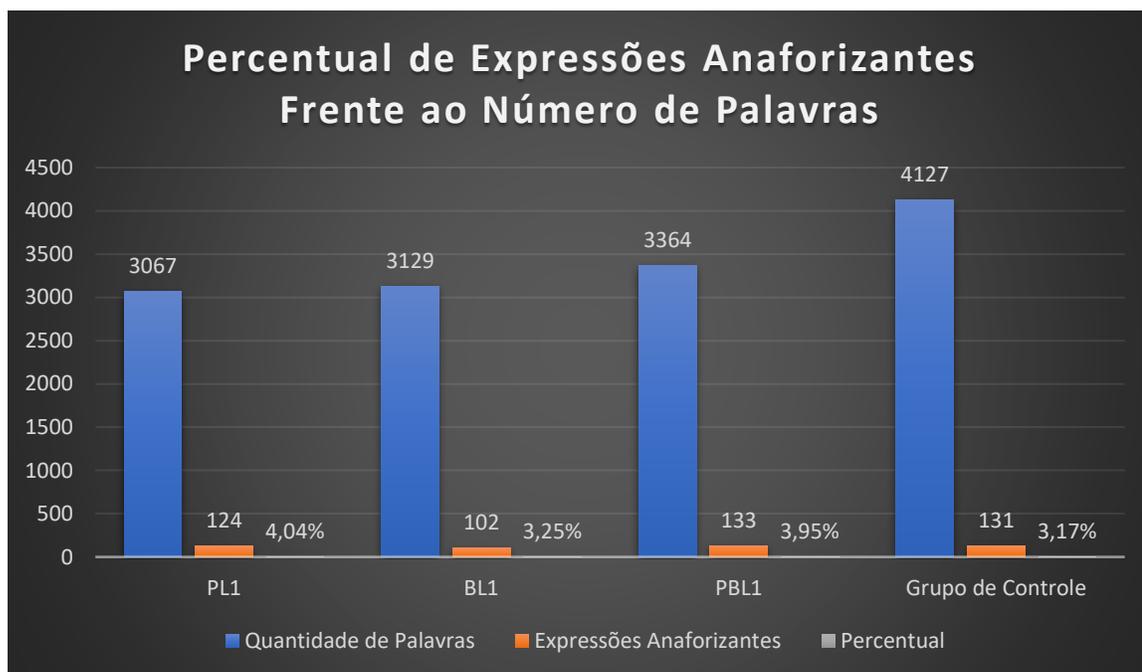


Gráfico 4: Percentual de expressões anaforizantes frente ao número de palavras.

Obtivemos, entre elipses e anáforas resumativas, um total de 491 ocorrências. As elipses representam, aproximadamente, 94% do total, com 462 casos.

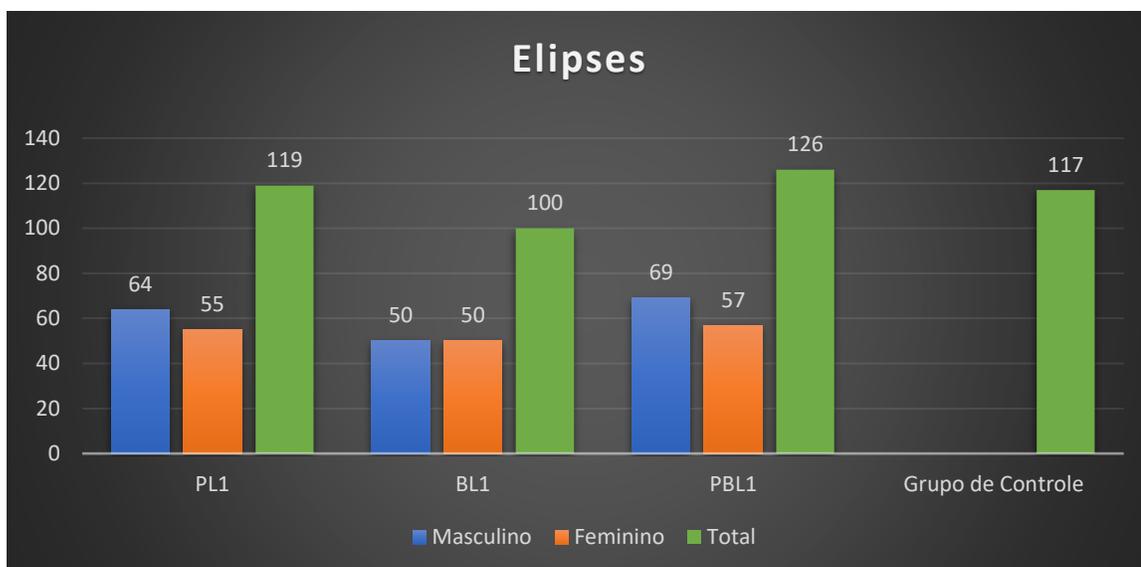


Gráfico 5: Elipses por grupo e gênero.

Segundo o gráfico acima, novamente podemos observar que a diferença entre os falantes de PM e o grupo de controle é pequena. O grupo PBL1 foi o que mais apresentou elipses, com 27% do total de ocorrências. O grupo PL1 produziu 26% seguido pelo grupo de controle e BL1 com 25% e 22%, respectivamente. O grupo que menos utilizou elipses como estratégia anaforizante foi o BL1 (O grupo de controle apresentou 7% a mais de casos que este último). Acreditamos que isto poderá dever-se ao fato de que as línguas bantu utilizam, extensivamente, de prefixos para determinar conjugações, gênero e número. A presença de um pronome, quando este poderia ser omitido, pode refletir uma insegurança na marcação dos valores gramaticais nas palavras de língua portuguesa. A dúvida leva os voluntários a sempre utilizar uma palavra que determine a identificação mais precisa do elemento referido.

A seguir, vejamos o número de ocorrências de casos de elipses com antecedentes dispersos:

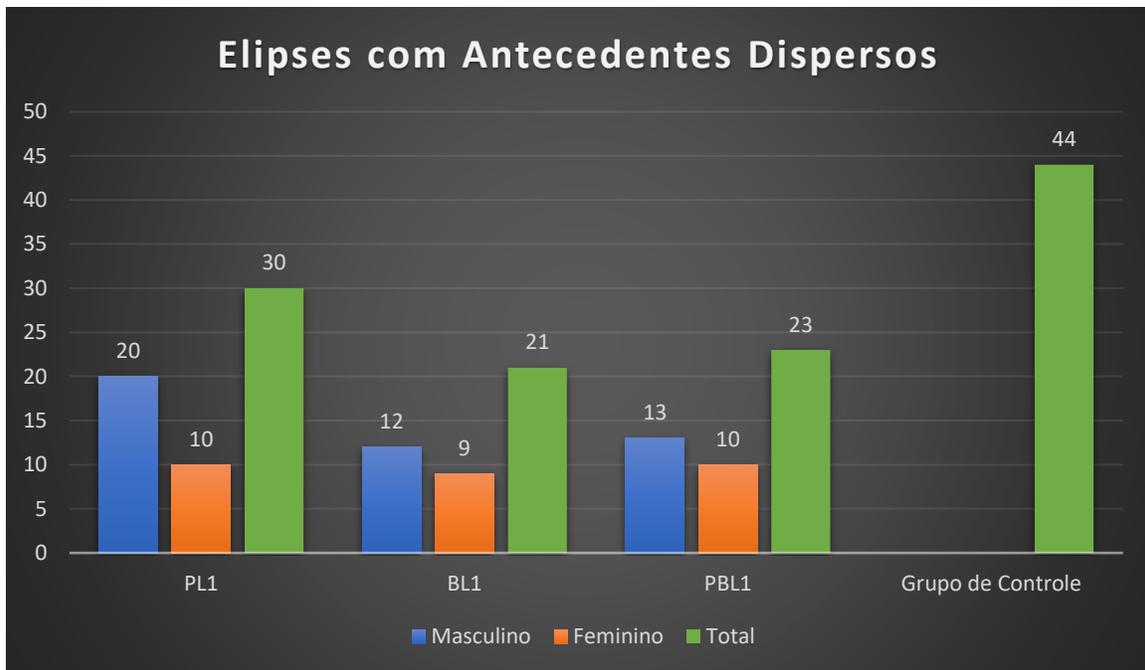


Gráfico 6: Elipses com antecedentes dispersos por grupo e gênero.

Estes dados, quando confrontados com a quantidade total de elipses produzidas por grupo apresentam o seguinte resultado:

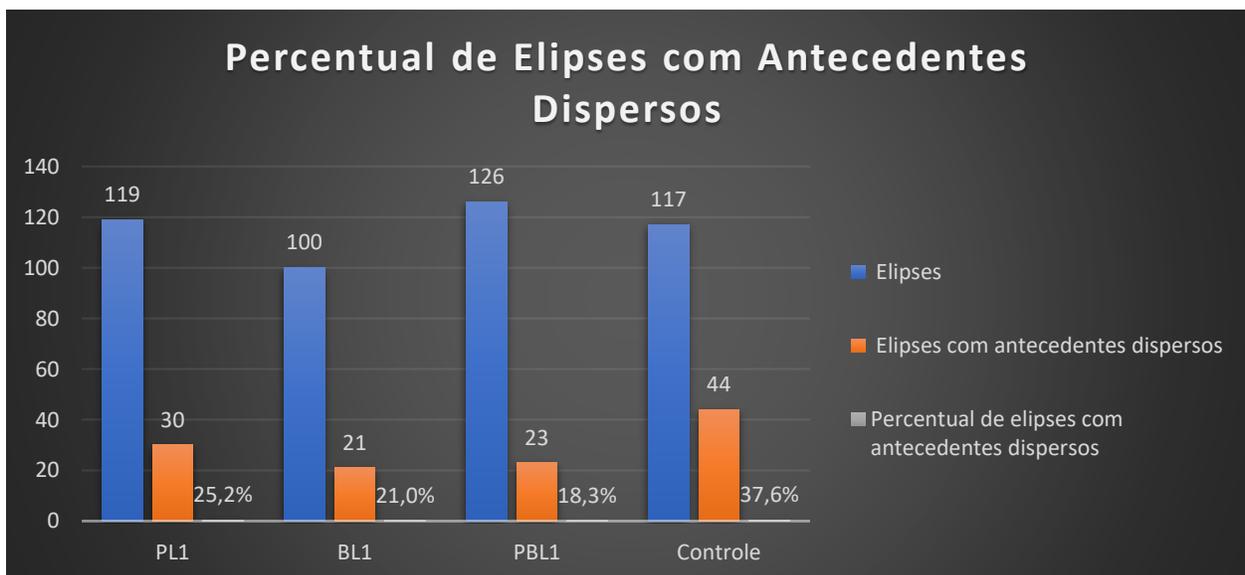


Gráfico 7: Percentual de elipses com antecedentes dispersos.

Relativamente ao total de elipses, o grupo de controle apresentou 37,6% de casos de elipses com antecedentes dispersos. O grupo PL1 apresentou 25,2%, seguido do grupo BL1 com 21% e PBL1 com 18,3%. Podemos concluir, então, que os falantes nativos de português europeu têm maior tendência a utilizar este tipo de elipse, apresentando mais que o dobro de casos relativamente ao grupo BL1. Quanto a diferença por géneros, os voluntários masculinos produziram o dobro no grupo PL1 e cerca de um terço a mais nos grupos restantes.

Obtivemos um total de 29 casos de anáforas resumativas, um número bastante reduzido frente à quantidade de elipses. Somente o grupo de controle produziu anáforas resumativas adverbiais, com um total de 4 casos. As ocorrências de anáforas resumativas pronominais estão distribuídas como se observa no gráfico a seguir:

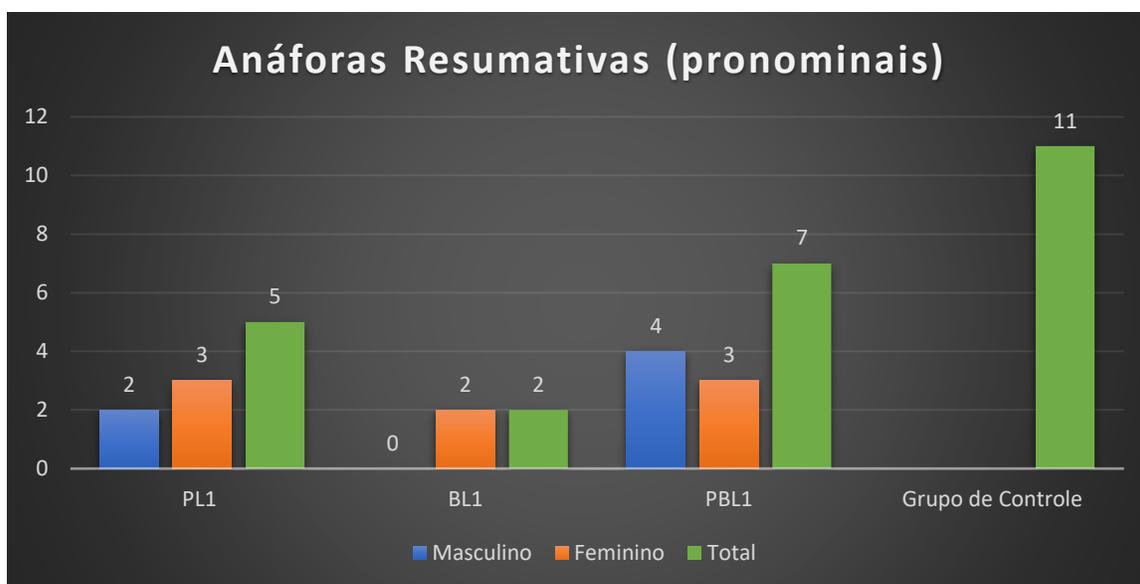


Gráfico 8: Anáforas resumativas pronominais por grupo e género.

O número de anáforas resumativas pronominais, quando confrontado com o total de anáforas produzidas (495), apresentou a seguinte configuração:

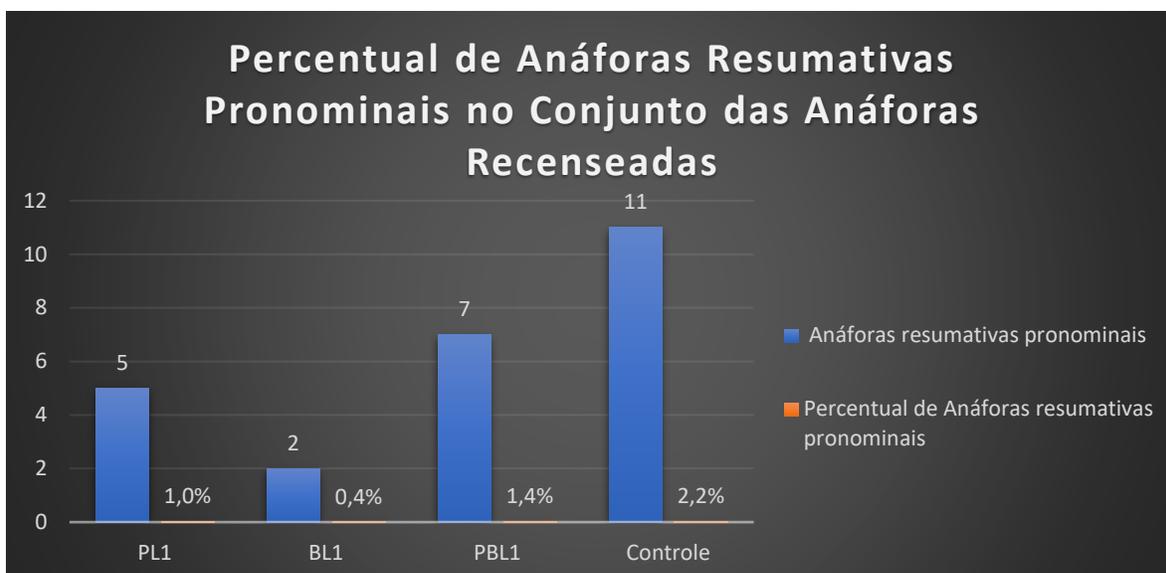


Gráfico 9: Percentual de anáforas resumativas pronominais relativamente ao total das anáforas recenseadas.

O grupo de controle regista 2,2% das ocorrências, com 11 casos. A diferença mais acentuada encontra-se entre os falantes de BL1 e PEL1 (grupo de controle), com os falantes de PEL1 utilizando, aproximadamente, cinco vezes mais anáforas resumativas pronominais. Apenas os voluntários masculinos do grupo BL1 não apresentaram nenhum uso de anáfora resumativa pronominal.

1.2. Anáforas resumativas: análise qualitativa

As anáforas resumativas apresentaram, de maneira detalhada, as seguintes ocorrências:

Lista de ocorrência de pronomes e advérbios anafóricos			
	Masculino	Feminino	Total
PL1	Isso x 2 (PL1M08 x2)	Isso x3 (PL1F01, PL1F08, PL1F09)	Isso x5
BL1		Isso x2 (BL1F01, BL1F02)	Isso x2
PBL1	Aquilo x1 PBL1M04 x1 Isso x3 (PBL1M07x2, PBL1M10)	Isto x1 (PBL1F02) Isso x2 (PBL1F06, PBL1F07)	Aquilo x1 Isto x1 Isso x5
Grupo de controle			Assim x4

			(PE02, PE16 x2, PE20) Isto x9 (PE02, PE03, PE05 x2, PE15 x3, PE17, PE19) Tal x1 (PE17) Isso x1 (PE14)
--	--	--	---

Tabela 2: Lista de ocorrências pronomes e advérbios em anáforas resumativas.

Segundo a tabela acima, podemos observar a preferência pelo uso dos pronomes “isso” e “isto”, com apenas uma ocorrência deste último dentro do grupo dos falantes moçambicanos. O pronome “tal” apenas foi utilizado pelo grupo de controle. Observamos também, através deste quadro, a ausência de uso de formas adverbiais pelos falantes moçambicanos. O grupo de controle foi o único a utilizar formas adverbiais e, mesmo assim, sem variabilidade, registrando apenas casos de uso de “assim”.

2. Os casos de desvio

Os casos de desvio no uso das elipses foram divididos entre aqueles que não geram ambiguidade, ou seja, de natureza não semântica e aqueles que resultaram em consequências de natureza semântica (ambiguidade).

2.1. Casos de desvio que não envolvem ambiguidade

Em nenhuma das anáforas resumativas, pronominais ou adverbiais, se registaram desvios face à norma do PE. Quanto aos casos de desvio no uso de elipse, frente à norma do PE, obtivemos 4 casos dentro do total de falantes de PM (os gráficos 10 e 11 não contabilizam os desvios de natureza semântica, que geram ambiguidade. Estes serão tratados à parte no subcapítulo 2.2.).

Os falantes de PE e do grupo BL1 não cometeram nenhum desvio de natureza não-semântica, como podemos observar no gráfico a seguir:

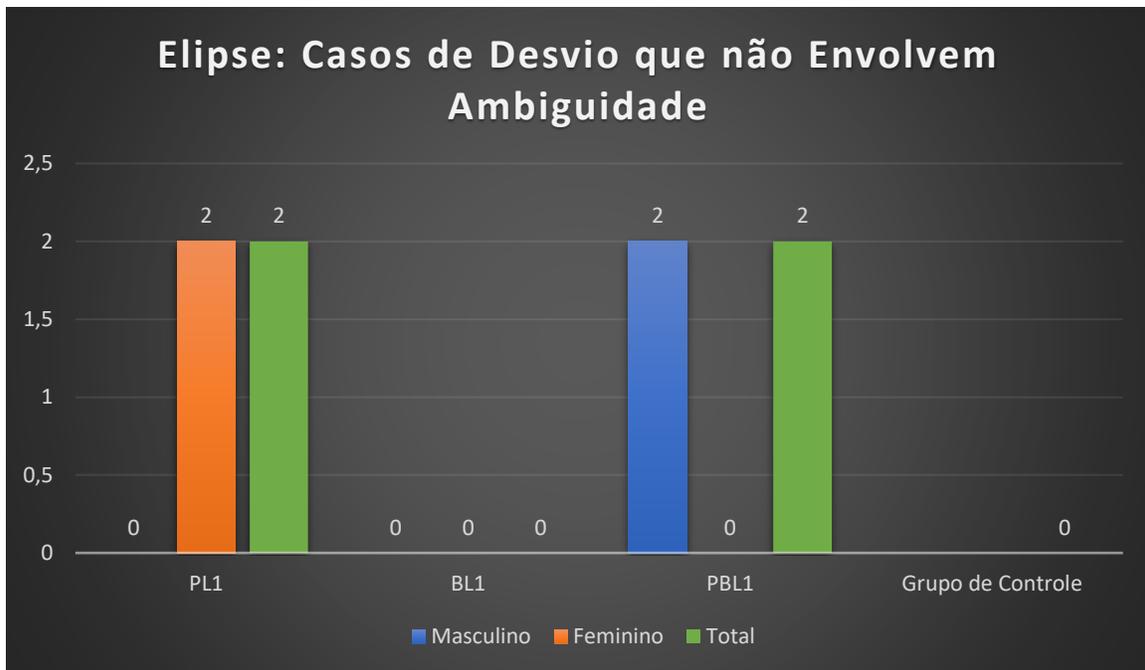


Gráfico 10: Casos de desvio que não envolvem ambiguidade em elipses por grupo e gênero.

Frente à quantidade de elipses produzida pelos voluntários (462), o valor percentual dos desvios é muito reduzido. Os grupos PL1 e PBL1 cometeram 1,7% e 1,6%, respectivamente, frente ao total geral. O grupo BL1 e o grupo de controle 0%. Estes dados podem ser observados no gráfico a seguir:

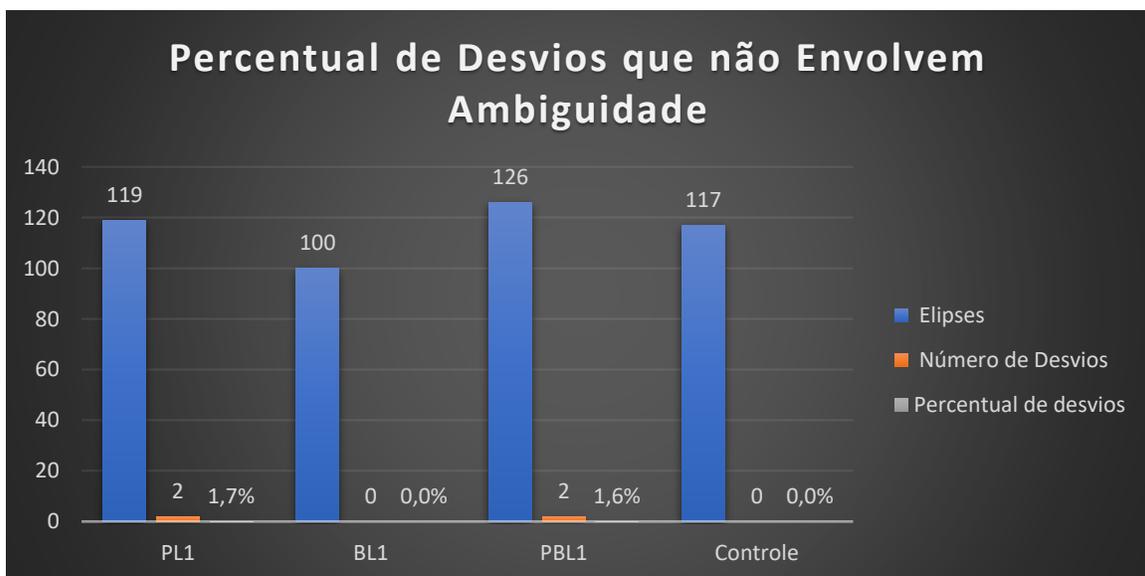


Gráfico 11: Percentual de desvios que não envolvem ambiguidade nos casos de elipse.

2.1.1. Desvios no uso de elipse: análise dos casos que não geram ambiguidade

A seguir, apresentamos os excertos textuais que apresentaram desvios relativamente à norma do PE.

Texto PL1F02:

- “...ela sentiu-se injustiçada mediante o ocorrido, pensando que aquele – “policial”, que a livraria da situação, assim levando o ladrão a cadeia, mas \emptyset^* ficara impune.”

Aqui há um notório desvio, pois não podia haver elipse, uma vez que há mudança de tópico e, portanto, o sujeito se altera. Em PE, a opção pela omissão do pronome (como aqui acontece) indicia a correferência entre sujeitos e, segundo Brito (1991), tem sido explicada como ‘Princípio Evitar Pronome’. Ora, perspetivando o segmento intercalado (pensando que aquele – “policial”, que a livraria da situação, assim levando o ladrão a cadeia) como um inciso, somos levados a concluir que o sujeito nulo da última oração é correferente relativamente ao sujeito da oração inicial (ela), o que não é manifestamente o caso. Portanto, esse Princípio foi aqui erroneamente aplicado. Não se gera aqui ambiguidade pelo facto de um raciocínio inferencial nos permitir facilmente concluir que só pode ficar impune quem merece punição, ou seja, o ladrão.

Texto PL1F06:

- “Num certo dia uma senhora caminhava lentamente com uma pasta na mão, derepente apareceu um homem armado que lhe apontou a arma para que \emptyset^* lhe passasse a pasta.”

Este sujeito devia ser explicitado, pois, novamente, há mudança de tópico e o sujeito se altera. Em outras palavras, o sujeito da oração final finita (*para que*) normalmente não será o sujeito da oração superior. Para além disso, temos a ocorrência, muito próxima, da mesma forma de pronome pessoal com função dativa (lhe), com antecedentes distintos.” Também neste caso se infere que só o homem armado poderia exigir a pasta da senhora, e não o contrário, pelo que não se gera ambiguidade.

Texto PBL1M02:

- “∅* Não escondeu a sua felicidade...”

A frase extraída do texto é o início de um novo parágrafo, e o desvio prende-se, precisamente com a necessidade de explicitação do antecedente; de facto, ao iniciarmos um novo parágrafo, iniciamos um novo tema/tópico e daí a necessidade de explicitar novos (ou desativados) referentes. Ora, ao observarmos a estrutura hierárquica deste texto (cf. anexos) e as unidades de que ele se compõe, verificamos que o último parágrafo (que inicia com este segmento) não deveria existir como parágrafo independente, uma vez que parece manter o mesmo tópico e o mesmo sujeito do anterior. O problema coloca-se, portanto, também, no plano da estruturação textual. Apesar da ocorrência do parágrafo, imediatamente se constata que não há mudança de sujeito relativamente ao final do parágrafo anterior.

Texto PBL1M10:

- “Ela tentando recusar foi-lhe apontada uma arma e ∅* arranco-lhe a bolsa...”

Uma vez mais, o sujeito nulo que antecede a forma do verbo ‘arrancar’ indicia que esse sujeito é o mesmo da oração anterior. No entanto, numa análise mais aprofundada e considerando o estímulo apresentado à/ao informante, essa interpretação não é possível, pois geraria um texto incoerente. Assim, a mudança de sujeito – que ocorre na última oração – exige a presença de um elemento não anafórico. Um raciocínio inferencial facilmente desfaz a eventual ambiguidade.

Obtivemos, então, apenas um tipo de desvio, mas com diferentes formas de concretização:

- Aplicação indevida de elipse:
 - 1.a) Em contextos em que seria obrigatório explicitar o novo sujeito (2 ocorrências);
 - 1.b) Desvio por omissão, onde a construção frasal exigia a sua presença (1 ocorrência);
- 2) Omissão do antecedente no início de um novo parágrafo (1 ocorrência).

2.2. Consequências semânticas dos desvios: os casos de ambiguidade

Obtivemos 31 ocorrências de ambiguidade (desvios semânticos) no uso de elipses. Este é um dado que mostra uma quantidade bastante reduzida de casos de ambiguidade (ao redor de 7%) frente aos 462 usos. Estes dados nos mostram que não existe uma diferença significativa entre os falantes moçambicanos de português e os falantes de PE quanto a manutenção da semântica textual quando utilizam elipses. Os casos de ambiguidade foram distribuídos da seguinte maneira:

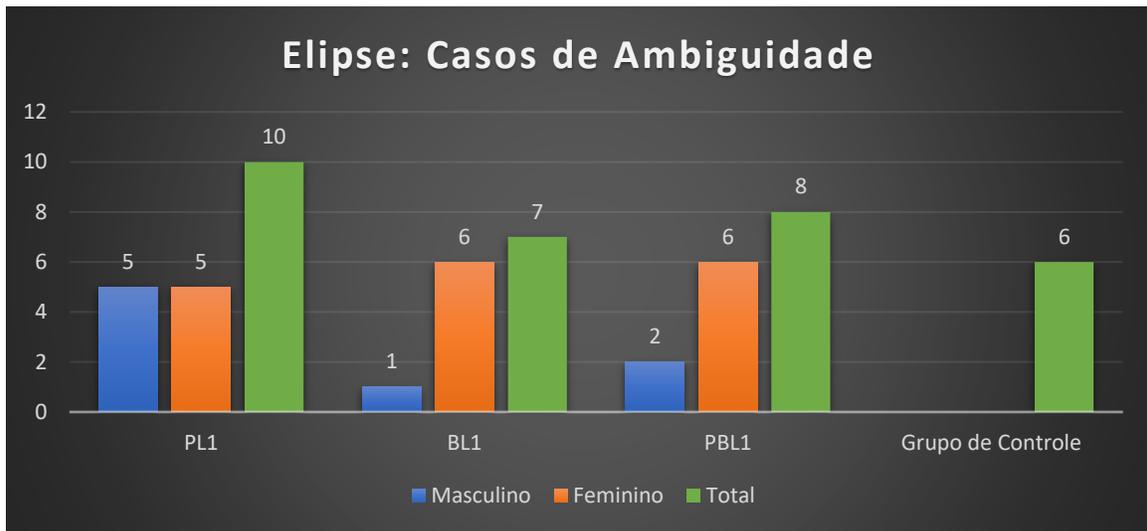


Gráfico 12: Casos de ambiguidade em elipses por grupo e gênero

O grupo PL1 apresentou o maior número de casos de ambiguidade (10,1% frente ao total geral de elipses). Mesmo assim, a quantidade percentual de todos os grupos é muito reduzida (todos com cerca de 10% ou menos). Vejamos estes dados a seguir:

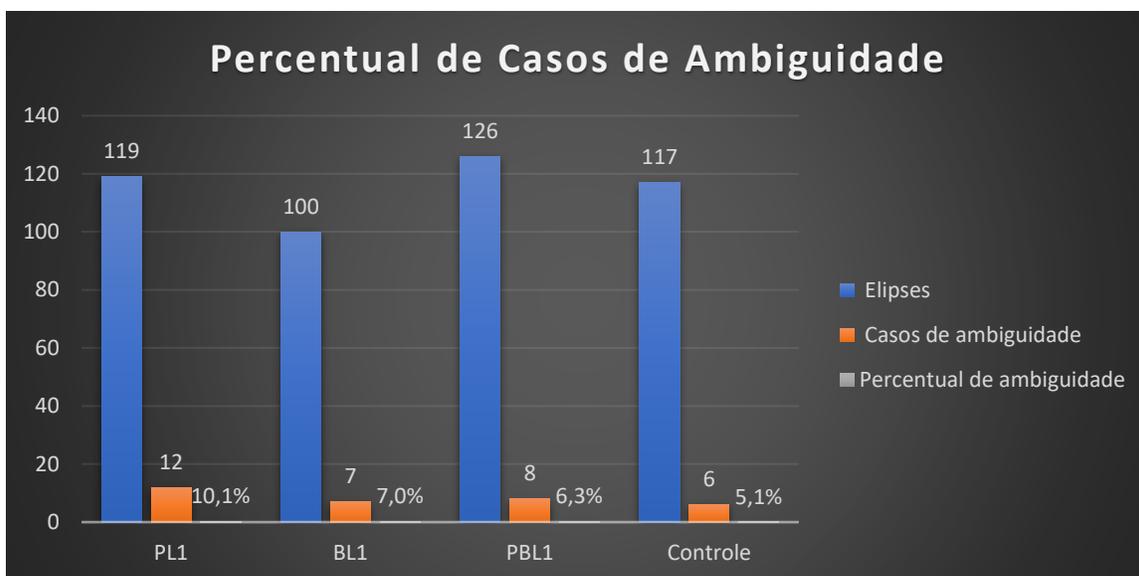


Gráfico 13: percentual de casos de ambiguidade.

Os casos de ambiguidade presentes nas produções escritas dos voluntários podem ser divididos em duas categorias:

1) Impossibilidade de identificar qual dos antecedentes anafóricos está sendo referido.

Texto PL1F03:

- “...ela assustada gritou a passar a bolsa ao bandido mas dentro de poucos segundos apareceu um agente da PRM que rendeu o bandido e $\emptyset^?$ devolveu a bolsa...”

Texto BL1F03:

- “De seguida aparece um policia que vem a defender a senhora que estava a ser assaltada. Aquele ladrão levanta as mãos para cima e a senhora foi devolvida todos os seus pertences e $\emptyset^?$ vira para o policia $\emptyset^?$ vem que é alguém que o conhece ...”

2) Impossibilidade de identificar se um ou todos os antecedentes anafóricos estão sendo referidos.

Texto PL1M06:

- “A senhora quando se apercebi da afinidade do bandido e o policial ela foi a esquadra meter queixa e quando la ela chegou foi encontrar aquele agente que tinha afinidade com o bandido ela denunciou o policial e quando $\emptyset^?$ foram ao tribunal estava la o bandido e o agente põe-se em pé e $\emptyset^?$ comprimentam o juiz de forma amigavel.”

V Conclusão

Segundo os dados apresentados no capítulo anterior, podemos chegar à conclusão de que não existe uma grande diferença no uso das anáforas zero pelos falantes de PM frente ao falantes de PE. Uma vez que as línguas bantu também são línguas *pro-drop* (Ngunga 2014: 172-173), seus falantes já estão familiarizados com seu uso; esse conhecimento não parece assim afetar sua aplicação na língua portuguesa. Mesmo apresentando mais casos de desvio / ambiguidade quando comparado aos falantes de PE, os dados analisados permitem-nos observar que a quantidade de desvios foi muito reduzida frente ao total de elipses produzidas e, por outro lado, não nos permitem concluir que esses desvios / ambiguidades se devem à influência das línguas bantu.

A diferença mais visível entre os diversos grupos de informantes foi a tendência evidenciada pelos falantes de PE, que produziram mais anáforas resumativas (pronominais e adverbiais). Mesmo tendo havido produção de mais texto em alguns grupos, a quantidade percentual de cadeias anafóricas de cada grupo, quando confrontada com a quantidade de palavras, foi igual. Os falantes de PE, além de apresentarem maior quantidade de retomas anafóricas, utilizaram uma maior variedade de estruturas de retoma.

Quanto aos desvios (que somente ocorreram nos usos de elipse), os falantes de PM apresentaram uma tendência a “sobreutilizar” a elipse, omitindo o sujeito quando este faz-se necessário segundo a norma do PE. No entanto, os casos foram pouco frequentes e não acreditamos que haja influência das línguas bantu nestes desvios, uma vez que os falantes de PL1 e PBL1 cometeram mais desvios que os falantes de BL1 (os grupos PL1 e PBL1 cometeram 2 desvios cada, enquanto o grupo BL1 nenhum).

Embora não tivesse havido diferença significativa na produção de cadeias anafóricas, os dados obtidos acerca das diferenças de gênero mostram que os voluntários de gênero masculino tendem a produzir mais elipses, com ou sem antecedentes dispersos. Ambos os gêneros produziram quase a mesma quantidade de anáforas resumativas pronominais e nenhum caso de anáfora resumativa adverbial. Quanto aos desvios, o resultado foi similar. Obtivemos 3 ocorrências produzidas pelos voluntários de gênero feminino e duas pelo gênero masculino (33% a menos).

Segundo Peres e Mória (1995: 16), como vimos no capítulo II; subcapítulo 4, o conceito de área crítica concerne estruturas / construções que resistem à convergência com determinada estrutura / construção alvo. De acordo com os dados apresentados no capítulo anterior, podemos concluir que o uso das elipses e anáforas resumativas por falantes moçambicanos falantes de PL1 ou PL2 não constitui uma área crítica do português, uma vez que os falantes moçambicanos de português, seja como L1 ou L2, não apresentaram uma quantidade significativa de desvios. Por outro lado, só residualmente se aplica, às ocorrências registadas, o conceito de erro na perspectiva descritiva atrás referida, já que são poucos os casos de ambiguidade resultantes do uso das estruturas em análise. O que podemos afirmar é que existe uma tendência entre os falantes moçambicanos de português, frente os falantes de PE, a utilizar elipses com antecedentes dispersos com menos frequência, menos anáforas resumativas pronominais e a não aplicação de anáforas resumativas adverbiais.

Referências bibliográficas

Bavo, Názia. Concordância Verbal. Cátedra de português da Universidade Eduardo Mondlane, 2015.

Baxter, A. (1992). Portuguese as a pluricentric language. In Clyne, M. (ed.), *Pluricentric languages: differing norms in different nations*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, p. 11-43.

Bechara, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2009.

Bravin, Ângela Maria dos Santos. O Português Moçambicano entre o Português Brasileiro e o Europeu. *Filologia linguística Portuguesa*, nº 12(1), págs. 27-39. 2010.

Brito, A. M. (1991). Ligação, correferência e o princípio de evitar o pronome. In Atas do Encontro de Homenagem a Óscar Lopes, pp. 101-121. Maia: Gráfica Miradouro, APL.

Carvalho, Maria José. Aspectos sintático-semânticos dos verbos locativos do português oral de maputo. Lisboa, I.C.A.L.P.A/Angolê- Artes e Letras. 1991.

Chimbutane, Feliciano. As estratégias resumptiva e cortadora na formação de orações relativas do português de Moçambique. In: Gonçalves, Perpétua (org.) *Mudanças no português em Moçambique: aquisição e formato de estruturas de subordinação*. Maputo, Moçambique: Livraria universitária, 111-168, 1998.

Cumbane, Rui Marcelino Matsimbe. O Português Língua não Materna como Produto das Estruturas das L1 (Bantu). *Revista Proformar*, edição 22, Lisboa, 2007.

Estatística da Educação, Levantamento escolar. República de Moçambique, 2014.

Firmino, Gregório. Diversidade linguística e desenvolvimento nacional: questões sobre a política linguística em Moçambique. *Revista científica da Universidade Eduardo Mondlane, série: Letras e Ciências Sociais*, 2015.

Firmino, Gregório. A Problemática da Nacionalização de Línguas Ex-coloniais: o caso do português em Moçambique. *Revista Movimento Literário Kuphaluxa*, Maputo, 2012.

Firmino, Gregório. A situação do Português no Contexto Multilingue de Moçambique. Simelp, Évora, 2009.

Fonseca, Leonardo. *Linguística e Texto/Discurso: Teoria, Descrição, Aplicação*. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, divisão de publicação, Lisboa, 1992.

Gass, Susan M. e Selinker, Larry. *Second Language Acquisition: An introductory Course*. Routledge, Nova Iorque, 2008.

Gomes, A. e Cavacas, F. Dicionário de Autores de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Caminho, Lisboa, 1997.

Gonçalves, Perpétua. A Génese do Português de Moçambique. INCM Lisboa, 2010.

Gonçalves, Perpétua. O Português em África. In Raposo, Eduardo (ed.) et alii. Gramática do Português Vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

Gonçalves, Perpétua. Bilinguismo em Moçambique: desafios para a investigação. Jornadas Nampula, 2015.

Halliday, M. A. K. e Hasan, Ruqaiya. *Cohesion in English*. Longman, Londres, 1976.

Himmelmann, Nikolaus P. Documentary and Descriptive Linguistics. *Linguistics* nº 36, pág. 161-195. Walter de Gruyter, 1998.

Júnior, Valdson José de Santana; Pinto, Marie Jolly Nascimento e Santana, Robson Ferreira de. ERRO (S): Entre o Desvio e a Norma. V Colóquio Internacional: Educação e Contemporaneidade. São Cristóvão, 2011.

Lundquist, Lita, Minel, Jean-Luc e Couto, Javier. *La navigation discursive. L'anaphore résomptive et mouvement discursif*. In : Pugnière-Saavedra F., Sitri F., Venard M. *L'analyse du discours dans la société*. Honoré Champion, pág. 365-389, 2012.

Lopes, Macário e Carapinha, Conceição. Texto, Coesão e Coerência. Edições Almedina, Coimbra, 2013.

Lucchesi, Dante, e Baxter, Alan. A transmissão linguística irregular. In: Lucchesi, Dante, Baxter, Alan, e Ribeiro, Ilza (orgs). O português afro-brasileiro. EDUFBA, Salvador, 2009, pág. 101-124.

Maillard M. *Essai de typologie des substituts diaphoriques*, *Langue française* 21, pág. 55-71, 1974.

Marques, Isilda Gaspar. Anáfora Associativa – propostas de abordagem em contexto escolar. Dissertação de mestrado, FLUC, Coimbra, 2009.

Mateus, Maria Helena Mira. Gramática da Língua Portuguesa. Editora Caminho, Lisboa, 2013.

Mateus, Maria Helena Mira e Carneira, Esperança. Norma e Variação. Editorial Caminho, 2007.

Matos, Gabriela. Elipse. In Raposo, Eduardo (ed.) et alii. Gramática do Português Vol. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

- Mavangu, Cristiano Adalberto Paipo. Anáfora Direta em Textos de Alunos Universitários Moçambicanos. Dissertação de mestrado, Universidade Eduardo Mondlane. Agosto, 2013.
- Mendes, Amália. Organização Textual e Articulação de Orações. *In* Raposo, Eduardo (ed.) et alii. Gramática do Português Vol. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.
- Menezes, Leonarda. Descosturando a língua: caso da mudança e das interferências linguísticas no português de Moçambique. *Revista Odisseia*, jan-jun 2010.
- Ngunga, Armindo e Simbine, Madalena Citia. Gramática Descritiva da Língua Changana. Editora Autores, Maputo, 2012.
- Ngunga, Armindo. Introdução à Linguística Bantu. Imprensa Universitária. Maputo, 2014.
- Peres, João Andrade e Mória, Telmo. Áreas Críticas da Língua Portuguesa. Editora Caminho. 1995.
- Possenti, Sírio. Porque (não) ensinar gramática na escola. Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil. Campinas, 1996.
- Raposo, Eduardo (ed.) et alii. Gramática do Português Vol. I & II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.
- Silva, Rosa Virgínia Mattos. O Português do Brasil. *in* Raposo, Eduardo (ed.) et alii. Gramática do Português Vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.
- Saguete, Artinésio Widnesse. Variação lexical e sintática na produção escrita formal, em português, dos estudantes da Universidade Eduardo Mondlane – Moçambique. *UNESP, Estudos Linguísticos*, maio-ago 2012.
- Segura, Luisa. Variedades dialetais do português europeu. *In* Raposo, Eduardo (ed.) et alii. Gramática do Português Vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.
- Silva, Gabriela. Educação e Género em Moçambique. Edições Eletrónicas CEAUP, 2007.
- Sitoe, Bento e Ngunga Armingo. Relatório do II seminário sobre a padronização da ortografia de línguas Moçambicanas. Maputo, 2000.
- Timbane, António Alexandre. Que português se fala em Moçambique? Uma análise sociolinguística da variedade em uso. *Vocábulo: Revista de Letras e Linguagens Midiáticas*, Volume VII, 2º semestre 2014.

Webgrafia

www.ethnologue.com

<http://www.ine.gov.mz/>

Anexos

0.1. Textos produzidos pelos voluntários

Português Língua 1

PL1M01:

Não a Amizade no periodo do trabalho.

Era uma vez,

Uma senhora¹ andava pela rua e derepente apareceu **um homem armado**² apontando a arma para ela e pedindo a sua carteira. Logo a seguir, chegou **um policia**³ exigindo que $\emptyset^{2,3?}$ devolvesse a carteira quando o homem virou \emptyset^2 reconheceu o policia e felizes $\emptyset^{2,3}$ abraçaram-se. A senhora saiu apressada directamente a esquadra onde \emptyset^1 reportou o sucedido. Em resposta foi invocado um imediato julgamento onde o juiz reconheceu os dois e alegrava-se vendo eles.

PL1M02:

O assalto amigavel

Dona Maria¹ andava pelo corredor quando \emptyset^1 foi abordada por **um homem armado**² que tentou assalta-la levando sua carteira e a ameaçando, de repente chegou **o policia**³ que por sua vez ao apontar a arma para o homem armado \emptyset^3 reparou que \emptyset^2 era seu amigo querido que \emptyset^3 não via já há muito tempo. eles abraçaram-se e $\emptyset^{2,3}$ celebraram o reencontro, por a essa situação Dona Maria ficou ainda mais apavorada pois ela buscava segurança, zangada ela saiu de la para a esquadra mais proxima e \emptyset^1 queixou sobre o que lhe havia acontecido. os dois homens, o policia e o ladrão foram chamados ao tribunal, para sua surpresa, quando **o juiz**⁴ entrou na sala para dirigir, \emptyset^4 deparou-se com os homens que por sua vez tambem eram seus amigos que não \emptyset^4 via há anos.

Dona Maria ficou desapontada mais uma vez.

PL1M03:

Oh, que coincidência

A dona Maria¹ voltava do serviço, quando o assaltante de nome Edilson², apontou com uma arma pretendendo fazer um assalto, ele assaltou a sua bolsa com os respectivos documentos, com sorte um policia³ viu e \emptyset^3 se aproximou para deter o assaltante, quando o senhor policia viu a cara de Edilson \emptyset^3 se apercebeu que $\emptyset^{2,3}$ eram conhecidos e que no ultimo fim de semana $\emptyset^{2,3}$ estavam a beber no mesmo bar, então o policia não prendeu o Edilson, pois o Edilson prometeu pagar umas cervejas no proximo fim de semana, a dona Maria ficou aborrecida e \emptyset^1 foi para esquadra mais proxima, para reportar a situação, outros policia⁴ foram e \emptyset^4 prenderam os dois, o Edilson e o Policia corrupto. Algum tempo depois foi marcado a data do julgamento dos dois, e quando chegou o dia eles estavam a espera do juiz, quando ele chegou $\emptyset^{2,3}$ se aperceberam que o juiz era Eugénio, o amigo de Edilson e o Policia corrupto que também estava a beber no mesmo bar, que grande coincidência.

PL1M04:

Uma vez amigos, Sempre amigos

A Natacha¹ é uma trabalhadora da função pública e certo dia, ela regressou à casa um pouco mais cedo e \emptyset^1 se deparou com o José² no interior da sua residência. O José estava a furtar certos bens preciosos da Natacha e quando o José viu que a Natacha estava a chegar, ele se escondeu por detrás da porta do quarto de uma das filhas da Natacha. Quando a Natacha entrou no quarto da filha, o José apontou a arma para a Natacha e a Natacha imediatamente e bem assusta gritou.

Na [est] estava a passar um policia³ que escutou o grito e imediatamente e bem cuidadoso \emptyset^3 entrou na casa da Natacha para neutralizar o malogrado que se encontrava no interior da casa da Natacha a perturbar a ordem e tranquilidade pública.

Quando o policia entrou, e \emptyset^3 neutralizou o suspeito, o José logo reconheceu o policial que $\emptyset^{2,3}$ eram grandes amigos, e $\emptyset^{2,3}$ se abraçaram e $\emptyset^{2,3}$ ficaram a por a conversa em dia. A Natacha foi “esquecida” e posta de lado. Ela saiu e \emptyset^1 foi meter queixa na esquadra mais próxima e foi aberto um processo e o caso foi ao tribunal.

No julgamento do José e do policial. o juiz⁴ que foi indicado para julgar o caso era amigo dos dois e os três alegraram-se quando $\emptyset^{2,3,4}$ se reencontraram.

PL1M05:

O Drama da Dona Tânia

O sistema jurídico é tão corrompido que a imparcialidade nas decisões é longe de estar em conformidade com a lei, falo isso porque acompanhei à dias uma injustiça vivida pela **Dona Tânia**¹.

Diz ela que um dia quando \emptyset^1 ía ao trabalho \emptyset^1 foi assaltada, e na tentativa de pedir socorro a um **agente da policia**² que por ventura encontrava-se nas proximidades do local que é esta foi assaltada, $\emptyset^{1,2?}$ surpreendeu-se ao descobrir que este era seu familiar e de forma deliberada, $\emptyset^{1,2?}$ tapou o sol pela pineira o delito. Esta revoltada acorreu-se à policia (esquadra) e \emptyset^1 deu seguimento ao processo na tentativa de satisfazer a sua sede de justiça. Porém, mais uma vez o tiro saiu-lhe pela culatra pois a decisão do juiz foi à quem da sua expectativa pois este considerou sem justificativa aplausível os dois réus como inocentes para revolta dos demais que presenciaram aquela injustiça em pleno tribunal.

PL1M06:

A afinidade entre o bandido e o agente da justiça

Havia **uma senhora**¹ que ia ao serviço que no meio da caminhada ela tinha consigo a sua carteira, ela foi interpelada por **bandido**² que arancou a carteira o bandido sem conseguir fugir aparece **um agente policial**³ atrás do bandido. \emptyset^3 Dissendo parado ai, ele deixou a carteira da senhora e a senhora leva consigo a sua carteira o bandido levanta as mãos e quando o bandido vira para ver o agente ele se apercebi que era seu conhecido. A senhora quando se apercebi da afinidade do bandido e o policial ela foi a esquadra meter queixa e quando la ela chegou \emptyset^1 foi encontrar aquele agente que tinha afinidade com o bandido ela denunciou o policial e quando $\emptyset^{1,2,3?}$ foram ao tribunal estava la o bandido e o agente põe-se em pé e $\emptyset^{1,2,3?}$ comprimentam o juiz de forma amigavel.

PL1M07:

Os Conhecidos

Certo dia **uma senhora bem arrumada**¹ se deslocava até um certo local, quando no meio do seu trajecto \emptyset^1 foi abordada por **um assaltante**², que se encontrava armado. Ele rende a senhora e \emptyset^2 toma a sua carteira. Só que para a sorte da senhora aparece **um oficial da lei**³ por trás do assaltante. Só que no momento em que o oficial tenta render o assaltante, o assaltante vira-se e ambos o (pol) oficial e o assaltantes comprimentam-se como se $\emptyset^{2,3}$ fossem antigos conhecidos que já não se viam a muito tempo. o oficial nada fez a não ser

abraçar e dar rizadas com o assaltante. A senhora ficou indignada e \emptyset^1 recorreu ao posto da polícia mais próximo para prestar queixa. Os dois foram detidos e em seguida submetidos ao julgamento.

No tribunal o oficial e o assaltante se encontravam tristes e a senhora com uma cara de satisfação de que a justiça iria se fazer valer, quando de repente **o juiz**⁴ entra e o oficial e o assaltante se levantam alegremente ao ver o juiz assim como o juiz se alegrou ao vê-los, como se $\emptyset^{2,3,4}$ já conhecessem a muito tempo.

PL1M08:

O poder da justiça

Uma senhora¹ caminhava para o serviço, quando \emptyset^1 foi interpelada por **um delinquente armada**² que a arrancou a bolsa, ela ficou com medo, foi quando apareceu **o polícia**³ e \emptyset^3 interropeu o assalto, [mas o polícia conhecia o delinquente de tempos passados e $\emptyset^{2,3}$ até abraçaram-se]⁴, visto **isso**⁴ a Sr^a ficou nervosa e \emptyset^1 dirigiu-se ao posto policial mais próximo para fazer a denúncia, o caso foi levado a justiça, chegando lá verificou-se que [o juiz e os réus conheciam-se]⁵, por **isso**⁵ o julgamento foi imparcial

PL1M09:

“A Influência”

Numa bela tarde de quarta-feira, mesmo ao por-do-sol, **dona Bernice**¹ caminhava para casa, num bairro periférico da cidade de Maputo. Quando por coincidência infeliz \emptyset^1 se depara com [**um assaltante armado**² que lhe rouba a carteira]⁴ com todos os seus pertences.

Mas para sua sorte, **um Policial**³ aparece logo no momento e \emptyset^3 salva ela do infrator, permitindo que ela recuperasse o que é seu de direito. Mas, de repente o policial e o assaltante aperceberam-se que $\emptyset^{2,3}$ eram conhecidos, tanto que o policial deixou que o infrator passasse impune.

Indignada, dona Bernice dirigiu-se ao posto policial mais próximo e \emptyset^1 prestou queixa contra ambos.

Após um período, o assaltante e o policial foram levados à responder pelos seus actos em tribunal.

Chegados lá o assaltante e o policial que já eram conhecidos, se aperceberam que o juiz também era seu conhecido, deixando todos surpresos com o acontecimento, abrindo assim uma possibilidade deles escaparem sem nenhuma penalização.

Moral da história: Quem tem “way”, tem uma vantagem significativa perante os demais.

PL1M10:

O Criminoso é Amigo da Lei

Numa tarde de fim de semana, , **uma senhora**¹ passeava pela rua, e derrepente \emptyset^1 é abordada com **um jovem**² que se escondia em um murro de uma residência na via onde a senhora desfrutava o seu passeio.

- “Isto é um assalto! Passe a carteira sem fazer barrulho!”- Disse o jovem apontando-lhe um revolver. A senhora assustada e com as mãos para o alto, baixou uma de suas mãos e lentamente entregou a sua bolsa. Quando derrepente surge **um agente da polícia**³ e diz: “Alto ai! Não se mexa! Você está detido. Pouse a sua arma lentamente e vire-se.” - Disse o polícia.

O jovem obedeceu as ordens do polícia e lentamente \emptyset^2 virou, ao olhar para a cara do polícia estes deram um grito de satisfação como se $\emptyset^{2,3}$ estivessem festejando algo e $\emptyset^{2,3}$ abraçaram-se.

- Há quanto tempo meu “brada”! Disse o jovem ignorando a presença da senhora eles continuaram conversando como velhos amigos que não se viam há muito tempo. A senhora percebendo que não estava sendo vigiada recolheu sua bolsa que havia sido jogada para o chão e \emptyset^1 saiu lentamente em direção á esquadra fazer uma queixa da injustiça pela qual \emptyset^1 havia passado.

- Chegando à esquadra ela disse: - Boa tarde senhor **oficial**⁴! Venho meter uma queixa contra um colega vosso que abordou um individuo que estava assaltando-me a poucos metros daqui e \emptyset^2 nada fez \emptyset^2 apenas limitou-se a cumprimenta-lo e abraçar como se $\emptyset^{2,3}$ fossem parceiros e $\emptyset^{2,3}$ ignoraram-me...

- O oficial-dia registou a queixa e \emptyset^4 mandou chamar todos os policiais afectos a esquadra e \emptyset^4 verificou a veracidade do depoimento da senhora e \emptyset^4 prendeu o jovem que imediatamente foi instruído o processo crime.

No dia do julgamento esperando o juiz chegar o jovem assaltante estava sentado triste no banco dos reus, mas para o espanto de todos os assistentes incluindo a senhora abordada no assalto, o juiz⁵ quando entrou na sala de julgamento e \emptyset^5 deu de cara com o arguido, e o policia \emptyset^5 abriu as mão dizendo. Há quanto tempo não vos vejo por cá meus compatriotas e amigos de longa data! – E eles em resposta disseram em coro: Meritismo e idolatrado amigo juiz viemos cá respeitosamente para lhe saudar... Sendo que no final tanto o policia e o jovem assaltantes foram restituídos a liberdade e absolvidos do caso por falta de provas segundo o juiz!

PL1F01:

As Relações de parentesco falám mais alto

Era uma vez, **uma moça**¹ que caminhava em direção à casa, \emptyset^1 foi interpelada por um assaltante. Quando o assaltante à roubava, **um policia**² apareceu para prender o assaltante, mas o policia percebeu que o assaltante era um conhencido, e () além de o prendeu, \emptyset^2 o abraçou e \emptyset^2 fingiu que nada aconteceu. A moça que foi assaltada percebeu e \emptyset^1 ficou furiosa, \emptyset^1 foi a delegacia meter queixa do que havia lhe acontecido e da reação do policia ao ver que o ladrão era conhencido, o caso chegou ao tribunal. Mas, já no tribunal, [o juíz que estava encarregado do caso () conhencia tanto o assaltante como o policia]³ e posto **isso**³, o ladrão e o policia saíram impunes por serem conhencidos ou familiares do juíz.

PL1F02:

A injustiça e a coincidência feliz.

Era uma vez **a Senhora Laura**¹ andava pela Avenida Marginal e coincidentemente **o malandro João**² estava num beco e armado, então \emptyset^2 abordou a Senhora Laura com objectivo de assaltá-la, a senhora assustada entregou a bolsa ao malandro João e \emptyset^2 amedrontou-a como forma de sair ileso da situação, mas felizmente populares assionaram a policia e **um policial**³ chegara, de modo a apurar os factos, então a Senhora Laura levava a sua bolsa então furtada. Mas inesperadamente o ladrão e o policial eram conhecidos e muito bem conhecidos, ambos eram primos, surgiu um momento de êxtase entre os dois que a Senhora já não percebia o que estava a acontecer, os primos abraçaram-se porque há muito tempo $\emptyset^{2,3}$ não se avistavam, indignada a senhora retirou-se do local, ela sentiu-se injustiçada mediante o

ocorrido, pensando que aquele – “policial”, que a livreria da situação, assim levando o ladrão a cadeia, mas \emptyset^2 ficara impune.

A senhora Laura nervosa caminhou até ao posto policial Nr.3 do Bairro da Malhangalene e \emptyset^1 notificou o caso nos policiais que se encontravam no posto, então \emptyset^1 expos o caso e \emptyset^1 quis que a justiça fosse feita.

Duas semanas depois o caso foi ao tribunal, de modo a ser julgado. Na sala do tribunal, encontravam-se os policiais; e no banco dos réus o policial Marcos e o seu primo João; os advogados, o advogado das acusados e o advogado da Senhora Laura, e a juíza entrou a sala e a secção começou, apurados os factos, sem mais atrasos o caso não continuou porque os dois primos e a juíza eram parentes e o júbilo tomou conta da sala.

PL1F03:

O Crime em Maputo

um certo dia a **Senhor Deyse pondja**¹ voltava do seu posto de trabalho por volta das 20h ao descer no sua paragem \emptyset^1 foi interpelada por **um homem armado**² exigindo que \emptyset^1 lhe passasse a bolsa, ela assustada gritou a passar a bolsa ao bandido mas dentro de poucos segundos apareceu **um agente da PRM**³ que rendeu o bandido e $\emptyset^{2,3?}$ devolveu a bolsa, mas o que mais impressionou a Senhora Deyse é que parecia que o bandido tinha uma relação de amizade com o agente da PRM $\emptyset^{2,3}$ se abraçaram e a mulher indignada foi meter queixa e levou-se o caso até ao tribunal. Lá o juiz absorveu o bandido. Deixando a Sr. Deyse indignada com a tamanha injustiça.

PL1F04:

O Asalto

Era uma vez **uma senhora**¹ caminhava num estrada sozinha, no meio do caminho \emptyset^1 e interpelada por **um assaltante**² que quiz roubar a sua bolsa, no momento de muito terror, apareceu **um policia**³ apontou a arma para o suspeito, so que eles já se conheciam o assaltante largou a bolsa da senhora e [\emptyset^2 abraçou o policia.]³ a senhora sem pensar duas vezes pegou a sua bolsa e \emptyset^1 foi participar o caso numa esquadra mais perto, dai $\emptyset^{2,3}$ foram levados a esquadra foi aberta contra eles um processo e no dia do julgamento eles

compareceram o mais incrível foi que até o juiz⁴ eles conheciam, o juiz reconheceu os reus
Ø⁴ saiu e Ø⁴ foi abraça-los.

PL1F05:

Injustiça

Era uma vez **uma senhora**¹ que caminhava para casa, ao longo do caminho Ø¹ deparou-se com **um assaltante**², que lhe arrancou a bolsa apontando-a com uma pistola. Naquele mesmo instante apareceu **um polícia**³ que abordou o ladrão e a senhora recuperou a sua bolsa e para o azar da senhora, o assaltante era amigo do polícia, e a senhora indignada com a situação do polícia não ter feito nada fora de ficar feliz por ter encontrado o amigo, foi meter o caso **nas autoridades competentes**⁴ contando o que havia acontecido. O caso foi investigado Ø⁴ pegaram os dois amigos, o polícia e ladrão e mais tarde os dois foram julgados. No julgamento para a surpresa da senhora **o juiz**⁵ era o (__) amigo dos dois e que há muito tempo Ø^{2,3,5} não se viam. O julgamento terminou os dois ficaram (__) impunes.

PL1F06:

O círculo da vida

Num certo dia **uma senhora**¹ caminhava lentamente com uma pasta na mão, de repente apareceu **um homem armado**² que lhe apontou a arma para que Ø^{1*} lhe passasse a pasta. Pouco tempo depois apareceu **um polícia**³ que apontou a arma na nuca do assaltante que deixou cair a pasta da senhora de imediato. De seguida a senhora apanhou a sua pasta, enquanto isso o polícia apontava a arma ao assaltante que colocava as suas mãos no ar, isto é, as mãos e as armas para cima. O assaltante vira e Ø² olha para o polícia e os dois reconhecem-se, de tanta felicidade os dois esquecem-se da situação e Ø^{2,3} abraçam-se muito felizes. A senhora fica indignada com a situação que observa e Ø¹ sai rapidamente muito irritada.

Um tempo depois a senhora vai a esquadra para explicar a situação que Ø¹ viveu.

Tempo depois é marcado o julgamento da situação ou do ocorrido. O polícia, o assaltante (amigo do polícia), a senhora que sofreu o assalto e outras pessoas ficam na sala do julgamento a espera **do juiz**⁴. Um tempo depois o juiz entre e Ø⁴ vê que reconhece os dois

elementos (o polícia e o assaltante), onde os dois levantam e de tanta emoção os três (o polícia, o assaltante e o juiz) olham-se com as mãos levantadas como sinal de tanta surpresa.

A senhora e os outros participantes ficam olhando de tristeza e indignação.

PL1F07:

Coitada da Maria

Num belo dia, a **Maria**¹ voltava da escola quando foi \emptyset ¹ assaltada **pelo João**². Quando ele consegue tomar a bolsa dela, aparece **um polícia**³ que lhe obriga a devolvê-la à rapariga. Após a devolução, o João e o polícia apercebem-se de que \emptyset ^{2,3} se conhecem e \emptyset ^{2,3} abraçam-se. Com toda a razão, a Maria fica indignada e \emptyset ¹ vai até a esquadra mais próxima e \emptyset ¹ denuncia os dois. Assim sendo, o João e o polícia são chamados ao julgamento, sentam-se todos, incluindo a Maria e os que iam assistir ao (juulgamento) mesmo e é quando **o juiz**⁴ entra, \emptyset ⁴ olha para os acusados e \emptyset ⁴ descobre que \emptyset ⁴ os conhece. Foi quando os 3 se abraçaram. (todos) Final da história, todos eles são familiares.

PL1F08:

Caso de Polícia

Um dia desses **uma senhora**¹ caminhava pela rua, alguns passos à sua frente **um bandido armado**² a esperava para assaltá-la. Derepente o tipo tira a arma e \emptyset ² aponta para a senhora e \emptyset ² manda \emptyset ¹ entregar-lhe a bolsa. (No) Sem o bandido aperceber-se chega **um Polícia**³ e \emptyset ³ lhe aponta a arma, “mão ao alto”, a senhora leva de volta a sua bolsa, o bandido vira-se para o polícia e os dois apercebem-se que \emptyset ^{2,3} são conhecidos na verdade. A senhora fica indignada com a situação e \emptyset ¹ leva o caso para a justiça, o caso é levado ao tribunal.

Quando se chega ao tribunal, naquele momento que o juiz entra no tribunal, na sala neste caso, todo mundo ansioso e denovo, [o bandido, o polícia e o juiz são conhecidos.]⁴ Imagina a indignação dos presentes na sala e da mulher assaltada principalmente. Já logo se via qual resultado sairia **disso**⁴.

PL1F09:

Injustiça Vs Nepotismo (*)

Um dia desses **um senhora**¹ foi interceptada por **um individuo**² que a apontou uma arma (pistola) ela assustada entregou tudo que \emptyset ¹ tinha (material), (*) de repente felizmente chegou **o agente da polícia**³ vulgo “cinzentinho” quando este deu-se conta de que o bandido era seu conhecido e \emptyset ^{2,3?*} abraçou fortemente como se \emptyset ³ não o visse há séculos.

Deste modo \emptyset ³ não penalizou o larápio o que é triste, apesar de a senhora ter continuado com a sua bolsa e continuado com o seu destino.

No entanto a senhora não se deixou convencer e \emptyset ¹ meteu o caso na (*) esquadra o caso foi encaminhado ao tribunal (quando) chagado lá quando **a juíza**⁴ entra pela ironia do destino [\emptyset ⁴ depara-se com o seu conhecido]⁵ que estava na posição de réu e para o nosso espanto \emptyset ⁴ mostrou **isso**⁵ claramente para que quisesse e pudesse ver.

Até onde vamos??!!

PL1F10:

A injustiça

Numa bela manha **uma senhorita**¹ passeava pela cidade, quando derepente ela se envolvida em um assalto. Assustada e após o assaltante ter anunciado o assalto, ela levantou os braços e \emptyset ¹ deixou cair todas seus pertences. Quando o pesadelo parecia acabar, uma luz apareceu sobre os olhas da senhorita , a policia. Mas para a infelicidade da senhorita, o policial, que se pressupõe salvar as vitimas do crime, se (*) familiarizou com o assaltante (*) (*) e o abraço bem forte marcou o encontro dos dois. Decepcionada com a situação a senhorita se dirigiu para o posto policial (esquadra), para denunciar o caso. já no tribunal na tentativa de fazer valer a justiça, **o juiz**² olhou para os acusados, e com um ar de felicidade \emptyset ² abracou os suspeitos, era um encontro de familiares que não se avistava a muito tempo. Mais uma vez a senhorita que procurava protecção, sentiu-se ignorada pela justiça. Esta situação caracteriza a grande injustiça que os cidadaas enfrentam no dia-a-dia.

Bantu Língua 1

BL1M01:

Os três amigos

Saído da escola logo de manhã avistei-me com uma situação muito triste, uma senhora indo para o trabalho com a sua bolsa na costa, virado a esquina da minha casa, **um ladrão armado**¹ com uma arma de fogo tento, asaltar este senhora, mais apareceu **um policial**² que era amigo deste ladrão pensado eu, que o ladrão seria preso. Não foi isso o que aconteceu pelo ao contrario o ladrão e o policial se abraçaram como velhos amigos, foi pouco estranho para mim e para a senhora que foi logo corrido em direção ao posto policial

Passado algum tempo foi o dia de julgamento eu era um dos testemunhos no caso para contar o que (__) preseceiei (*vam) levatamos todos a espera **do juiz**³ que logo que chego \emptyset ³ feis questão de ir comprimentar os velhos amigo neste caso o policia e o ladrão.

Foi um pouco estranho para mim e para os (__) os que (*ali) ali estavam mais no fim intendemos que o juiz, policia e o ladrão (__) eles estudara juntos na mesma escola por duas vize primeiro no ensino primario e segundo no ensino segudario e \emptyset ^{1,2,3} eram grandes amigos desde a infancia.

BL1M02:

O Assaltante

Era uma vez, **um assaltante**¹ surpreende **uma senhorita**² e \emptyset ¹ leva-lhe a bolsa. Surpreendentemente passava **um policial**³ devidamente fardado que interveio na situação e \emptyset ³ devolveu a bolsa roubada.

O policial descobre que se tratava do seu colega a paisana, logo ele despensa a senhorita. A Senhorita não se contentou com aquela situação e \emptyset ² recorreu a ou à outras instâncias.

O caso foi parar no tribunal e mediante o julgamento, os funcionários saíram ilesos porque a juíza também participava do esquema.

BL1M03:

Titulo: O mundo da cooropução

Era uma vez **uma senhora**¹ caminhava na rua e derenpete aparece **um ladrão**² apontado uma arma, e a pobre senhora entrega a sua bolsa. O mais incrível que aconteceu é que ela começou a sorrir. porque ela percebeu que atrás do ladrão estava la **um policial**³ que apontou uma arma para o ladrão. O mais triste é que o ladrão e o policial são amigos, depois \emptyset ^{2,3} se abraçaram, e a

senhora foi furiosa correu em direção a esquadra dar a informação a cerca do roubo, e ela conseguiu levou o caso ão tribunal para julgar os dois ladrões, que estavam tão triste, triste mesmo, enquanto a senhora estava muito feliz. Porque \emptyset^1 achava ter conseguido denter eles. e no momento entra o juri, e reconheçe aqueles individuos que estavam para ser julgados, **o juiz**⁴ esteve muito feliz quando \emptyset^4 viu seus amigos. enquanto a pobre senhora não. ela pensava que tudo ia dar certo.

BL1M04:

Afinal de contas que é polícia quem é ladrão?

É bastante corriqueiro assistir assaltos hoje em dia, principalmente à mão armada e o que o povo espera o ver assalto é uma < > ajuda pelas entidades competentes. **uma senhora**¹ de idade sofreu um assalto e **o bandido**² trazia uma arma em punho para quem falava de sorte, apareceu **um policial**³; o facto que impressionou a todo o mundo foi que o polícia e o ladrão eram amigos, (*) $\emptyset^{2,3}$ reconheceram-se e $\emptyset^{2,3}$ abraçaram-se a senhora, chateada, saíu para meter queixa no tribunal, chegada no tribunal recebida por duas policiais \emptyset^1 apresentou o caso, diligencias foram feitas no sentido de averiguar-se o caso, tudo conduziu ao julgamento, no julgamento encontrava-se o ladrão e o polícia ora indiciados, e todo o mundo estava a espera da efetivização da justiça. Chegou o momento da entrada **da juiza**⁴ em sala de julgamento, quando a juiza entrou, \emptyset^4 viu que os malogrados eram (*) conhecidos dela, os dois malogrados ficaram eufóricos juntamente com ela e o povo mostrou cara de insatisfação. daí pergunto afinal de contas quem é o polícia quem é ladrão?

BL1M05:

A Criminalidade no País

A criminalidade é uma situação real que assola os cidadãos no geral.

Uma vez vez **uma senhora**¹ estava caminhando em direcção ao seu serviço, de repente encontra **um bandido**² virado as costas e \emptyset^2 trazia uma arma que servia de proteção para ele. Aí, ele começa a ameaçá-la (pedilhe) pedindo-lhe que \emptyset^1 lhe desse a bolça que ela trazia, conto medo que ela tinha, \emptyset^1 acabou cedendo às ordens do bandido. minutos depois, **um polícia**³ de proteção apareceu e \emptyset^3 socorreu a senhora, pedindo também que o bandido levantasse os braços para \emptyset^3 ver se trazia mais algo ou não. Levou-se o caso à esquadra ou posto policial e o

mesmo levou-se avante para que houvesse justiça. contudo, o caso foi resolvido e o bandido criminoso foi condenado pelos seus actos diante de muitas pessoas que lá estiveram.

BL1M06:

O assalto a mão armada

Um belo dia a senhora Teresinha caminhava pelo rua quando derepente a pareceu **um homem armado**¹ e \emptyset ¹ apontou-lhe com uma arma pedido a sua carteira, a senhora Teresinha entregou a sua carteira ao homem toda assustada e derepente a pareceu **um xerife**² e \emptyset ² apontou o ladrão com uma arma e o ladrão rendeu-se levantando as mãos para o ar; o ladrão era um conhecido do xerife que abraçaram-se e \emptyset ^{1,2} começaram a rir.

A senhora Terezinha foi se embora toda aborrecida sem entender o que estava a passar-se e ela toda nervosa dirigiu-se a esquadra mais proxima para meter uma queixa contra o ladrão e o xerife.

No dia do julgamento os dois homens envolvidos no caso e a senhora Teresinha estavam na sala do julgamento; quando o juiz entrou na sala todos levantaram se mais para o seu espanto os dois homens eram amigos do juiz o que deixou a senhora Teresinha de boca fechada e toda admirada.

BL1M07:

O malandro é apanhado

Uma vez, **uma senhora**¹ que ia ao serviço, enquanto \emptyset ¹ caminhava em direcção ao seu local de trabalho \emptyset ¹ encontrou-se com **um bandido**² que tentou lhe arrancar a sua bolsa, mas como naquela zona havia muitos policias que faziam patrulha, um dos policias chegou a tempo de evitar o assalto.

O assaltante foi preso e julgado, mas como \emptyset ² tinha um bom advogado \emptyset ² não foi condenado. caso para dizer que os ricos não ficam na cadeia.

BL1M08:

Assalto abortado

Uma senhora¹ vai ao serviço, ao entrar na secretária \emptyset^1 é mantida refém por **um homem armado**² e de repente chega **um policia**³ que o impede de ameaçar a senhora e uma ocasião a senhora apanha a sua pasta que tinha caído.

E depois o bândido e o policia fazem as pazes e $\emptyset^{2,3}$ abraçam-se e a senhora sai a correr do local deixando-os. Em seguida ela vai participar o caso numa esquadra mais próxima. E o homem é levado à barra da justiça

BL1M09:

O ladrão sortudo

Uma senhora¹ caminhava pela rua normalmente mas (eis) (que) derepente \emptyset^1 foi abordada por **um assaltante**² que se encontrava em tocaia na esquina. Ele apontou-a com uma arma de fogo, exigindo que \emptyset^1 lhe entregasse a carteira que \emptyset^1 trazia consigo, ela entrou em choque e o assaltante arrancou a bolsa da senhora à força. No entanto apareceu **um policial**³ que veio acudir a senhora e \emptyset^3 apontou o bandindo por traz com uma arma fazendo com que ele se rendesse e a senhora suspirou de alívio, eis que no momento em que ele se vira e \emptyset^2 encarase com o policial os dois aparentemente conheciam-se e $\emptyset^{2,3}$ abraçaram-se carinhosamente em frente à senhora que era vítima do assaltante neste caso.

A senhora ficou discontente por ver os dois a abraçarem-se e $\emptyset^{2,3}$ rirrem juntos, \emptyset^1 ficou mais discontente aindo por ver que o assaltante sairia em pune da tentativa de assalto. \emptyset^1 anbandonou o local bastante insatisfeita com o que \emptyset^1 viu entre o policial e o assaltante.

No mesmo momento em que \emptyset^1 abandonou o local \emptyset^1 resolveu prestar queixa do facto que acontecera mais cedo no proximo policial mais proximo.

Os dois foram notificados a comparesserem num tribunal para $\emptyset^{2,3}$ serem julgados.

No proprio dia do julgamento do assaltante e o policial acontece o mesmo facto. O juiz ao entrar na sala reconhece o assaltante e o policial os três sorriram e todos se espantaram pelo o facto e a senhora queixosa ficou mais surpresa ainda pelo que aconteceu na sala do tribunal.

BL1M10:

Justiça VS afinidade

Era uma vez, **uma menina**¹, que ia andando na rua, encontrou **um senhor armado**² que a apontou com uma arma e \emptyset ² mandou-a entregar tudo que \emptyset ¹ tinha na pasta.

A senhora era (___) muito esperta. \emptyset ¹ Defendeu-se, gritando, e apareceu **um agente da polícia**³.

Quando o bandido olhou para a cara do agente, \emptyset ² reconheceu-o e ele também reconheceu o bandido. \emptyset ^{2,3} Eram velhos amigos. A vítima (foi) ficou frustrada e \emptyset ¹ foi ao tribunal, meter queixa. marcou-se, então, o dia do julgamento. Deviam ser julgados, o bandido e o agente da polícia que deixou de prender um bandido por ser seu amigo.

\emptyset ^{1,2,3} Ficaram na sala do julgamento esperando pelo juiz. Os réus estavam cheios de medo e a vítima, muito esperançosa e feliz.

Quando **o juiz**⁴ entrou, \emptyset ⁴ deu de cara com os bandidos e \emptyset ⁴ viu que um era o seu sobrinho, com quem \emptyset ⁴ não se via havia muito tempo e o agente da polícia era o grande amigo do seu sobrinho, com quem este costumava ir à casa do juiz.

\emptyset ^{2,3,4?} Cuprimentaram-se e o juiz declarou os réus inocentes.

BL1F01:

O Assalto

Era uma vez, **uma jovem**¹ chamada Ana, numa bela manhã de segunda-feira, tava ela a caminho do seu local de trabalho, bem apressada como de habitual. Durante a caminhada ela é interpelada por **um senhor**², que apareceu do nada, apontando uma arma para sua cabeça, obrigando ela a entregar a bolsa e tudo quanto possuía.

Ela obedeceu ao assaltante e tudo passou, no momento em que este se apodera de todos os pertences da jovem mulher, aparece por detrás deste **um agente da polícia**³ e \emptyset ^{2,3?} aponta a arma para o mesmo. Mais, para o azar da Ana o assaltante e o agente eram velhos amigos e \emptyset ^{2,3} reconheceram-se e \emptyset ^{2,3} puseram-se em risadas e abraços, e foi neste exato momento de grande distração dos dois, que a Ana pôde recuperar os seus pertences e \emptyset ¹ retira-se toda furiosa.

Durante o percurso a Ana decide levar o caso a Polícia, chegando lá \emptyset ¹ encontra dois agentes que prontificaram-se a ajudar. Então [a ana deu todo depoimento, contando tudo que havia-lhe acontecido]⁴.

Posto **isso**⁴, o caso foi levado ao tribunal, Ana queria que a justiça fosse feita a todo custo, ao começar o julgamento, o juiz pôs-se na sala e para o azar da Ana o assaltante e seu velho amigo, agente da Polícia, eram também grandes amigos do juiz. Assim sendo o caso foi deixado

a meio, o assaltante e o agente nem foram julgados e a Ana saiu do tribunal enfurecida por não ter visto o seu caso sendo resolvido.

BL1F02:

Assalto na rua frança

A Dona Teresa¹ caminhava para o seu escritório laboral, quando de repente \emptyset ¹ é apotado com uma arma tipo pistola e é exigida que entregue a bolsa/pasta. Ela deixa a pasta no chão e **o assaltante**² aproxima e \emptyset ² pega na pasta da senhora com a intenção de se apoderar dela, neste momento chega, no local da acção **[um polícia**³ e \emptyset ³ encosta (encosta) a pistola nas costa do ladrão ordenando que \emptyset ² levante as mãos]⁴. Enquanto **isso**⁴ a () senhora pega de volta a sua bolsa. (Para o espanto da senhora) A senhora se surpreende em ver o ladrão e o polícia abraçados com um ar de velhos amigos. de imediato a Sra se dirige à um posto policial e \emptyset ¹ mete queixa. Abriu-se um processo que no julgamento ao entrar **o juiz**⁵ (um espanto no público)... O juiz entra e \emptyset ⁵ grita de braços aberto em direção ao malgrado () abraçando () o ladrão e o polícia que iam ser julgados.

Afinal todos eram colaboradores, conhecidos, amigos ou familiares...

BL1F03:

A justiça

Uma vez **uma senhora**¹ caminhava pela rua e \emptyset ¹ foi abordada **pele ladrão**². E aí o ladrão anuncia um assalto à senhora querendo tomar dela os pertences, e ela foi arrancada a carteira pois o ladrão apontava para ela uma arma.

De seguida aparece **um policia**³ que vem a defender a senhora que estava a ser assaltada. Aquele ladrão levanta as mãos para cima e a senhora foi devolvida todos os seus pertences e \emptyset ^{1,2?} vira para o policia \emptyset ^{1,2,3?} vem que é alguém que o conhece \emptyset ^{1,2,3?} abraçam-se e a senhora corre para ir fazer uma queixa na esquadra mais perto e foi marcado o julgamento.

Chegou o dia do julgamento ainda a espera **do juiz**⁴ e o ladrão foi absouvido porque \emptyset ^{2,4} eram conhecidos \emptyset ² foi perdoado e livrado da causa a senhora fica triste e espantada.

BL1F04:

Assalto às ruas da cidade

Num certo dia, **uma senhora**¹ estava caminhando pela cidade e, \emptyset ¹ depara-se com **um malfeitor**² que a quis arrancar os seus pertences. A coitada senhora ficou apavorada que gritou e felizmente apareceu **um agente da polícia**³ que apontou com a arma no ladrão, como ele havia apontando na coitada da senhora.

Minutos depois, o polícia mandou ao assaltante para colocar as mãos no ar, o mesmo, obedientemente, colocou-os. O agente da polícia prendeu o assaltante e \emptyset ³ ordenou que ele devolvesse os pertences à proprietária. O assaltante devolveu os pertences à proprietária e (levou) o polícia levou-o à esquadra e \emptyset ² foi preso.

Dias depois, realizou-se o julgamento do assaltante. O assaltante teve direito à advogado como se tem feito para todos os indiciados de algum crime. Na sala de julgamento estava, o réu, o juiz, o guarda penitenciário, a senhora assaltada, que também se encontrava acompanhada pelo seu advogado e mais algumas pessoas que iam assistir ao julgamento do assaltante.

No fim do julgamento, o réu foi absolvido e terminou tudo bem.

BL1F05:

A Dona Joana e o Ladrão

Era uma vez **a dona Joana**¹ voltava do serviço pelo caminho \emptyset ¹ encontra-se com **um ladrão**² (um bandido) e ela trazia com sigilo uma bolsa como tem feito todas as mulheres; andar com bolsa para poder guardar melhor os documentos. Quando o ladrão viu a dona Joana a; se a aproximar da esquina onde ele estava direpente \emptyset ² sai e a dona joana ficou em funico porque o ladrão queria a bolsa como todos sabemos um ladrao sempre o que quer é sempre vida facil; seria dinheiro.

Mas a dona Joana teve a sorte havia **um policia**³ que fazia patrulha viu o bandido que agredia a dona Joana \emptyset ³ aproximou-se e \emptyset ³ acudiu; \emptyset ³ levou o ladrão para a esquadra. mas antes de leva-lo para esquadra \emptyset ³ viu que o ladrão que (esta) robava a senhora era seu amigo. mas mesmo assim \emptyset ³ teve que leva-lo para cadeia para que \emptyset ² fosse julgado. e chega o dia do julgamento. antes de começar o juiz viu o reu que tambem era um seu conhecido daí que a lesada ficou farva e deu para entender que nesta vida - se não tens o ninguem para te ajudar ficas na sobra da bananeira mesmo com a sua razão.

Tambem deu para perceber que o policia alem de contar o sucedido \emptyset ³ apoia o ladrão e deu para ver que na vida cada politico em um politico

Deu para perceber que sendo autoridade devo zelar pela vida das pessoas, a minha missão é de proteger a nação por mais que eu conheça o bandido não tenho esse direito de (passar) passar a mão na cabeça dele porque (__) (__) irá fazer coisas mais piores e por fim - se estiver cansado ele é capaz de acabar com a minha própria vida.

BL1F06:

O assaltante

A **senhora Seudes Simbine¹**, encontrou na rua um assaltante a mão armada que lhe tirou a pasta que \emptyset^1 trazia consigo. Minutos depois a pareceu um policial a ajudar a senhora. Ao recuperar a pasta \emptyset^1 deslocou se (ao) a esquadra para comunicar o sucedido, espantada \emptyset^1 ficou porque o policial era conhecido do ladrão.

O caso foi levado ao tribunal, houve julgamento. O juiz leu a sentença a favor do assaltante. Tendo ela ficado indignada com o comportamento do tribunal.

BL1F07:

A vacabundagem

Era uma vez, **uma senhora¹** caminhando, viu de costas **um amigo de infância²** e \emptyset^1 cumprimentou-lhe; O amigo ao virar para responder, ao em vez de reagir aos cumprimentos, como \emptyset^1 trazia uma maleta, \emptyset^2 mandou-na entregar a maleta e \emptyset^2 apontou-lhe a arma anunciando o assalto.

Em pânico a senhora que já era juíza, trazia na sua maleta processo crime que \emptyset^1 levava ao tribunal acompanhada de um polícia segurança que a protegia. O segurança de costas ao suspeito crime, encostou-lhe a arma, a juíza recuperou a sua maleta, e o criminoso levado a bara de justiça onde foi condenado pelo seu crime.

BL1F08:

Insegurança e a falta da justiça

Certo dia, **uma senhora¹** à volta de seu ponto de trabalho, foi assaltada por um assaltante armado, e por sorte logo em seguida apareceu **um agente da polícia²**, a senhora de tão traumatizada que estava deu suspiro de alívio, quando \emptyset^1 viu um agente da polícia, só que o estranho que pareceu quando o polícia reconheceu o criminoso foram abraços, saudações atrás

de saudações, a senhora ficou sem perceber o que estava acontecendo, pois seria normal que o polícia almasse e \emptyset^2 levasse o criminoso à esquadra. Ela saiu correndo directo à esquadra mais próxima e \emptyset^1 contou o que aconteceu, po sinal, o agente da polícia e o criminoso foram detidos e julgados, porem, mais um facto inusitado acontece durante o julgamento, o **juíz**³ também reconhece o agente e o criminoso, \emptyset^3 interrompeu o julgamento e tambem em pleno público, \emptyset^3 começou a abrasá-los, e a vítima e os participantes ficaram sem perceber o que estava acontecendo não houve mais julgamento e o criminoso como o agente da polícia ficaram impunes.

BL1F09:

A injustiça

Numa manhã, **eu**¹ caminhava pela rua de regresso à casa quando \emptyset^1 me deparei com **um indivíduo de conduta duvidosa**² que intersetou-me com uma arma tipo pistola na mão. \emptyset^1 Me assustei bastante pois, \emptyset^1 percebi que se tratava de um assaltante... \emptyset^2 Arrancou-me a bolsa que eu trazia. \emptyset^1 Gritei pedindo ajuda: socorrooooo ...

Apareceu no local **um policial**³ também armado; eu suspirava de alívio pois, os polícias são cidadãos formados para defender a população. Mas, \emptyset^1 me surpreendi os dois eram amigos e $\emptyset^{2,3}$ se abraçaram.

\emptyset^1 Me espantei como um policial pode ser amigo de um assaltante!?!?!

\emptyset^1 Fui a correr para o posto policial mais perto, denunciar o assalto e o que acontecerá com o policial na rua.

O caso deu andamento até ao tribunal; chagados lá, deu-se o arranque ao julgamento... Quando o **juíz**⁴ viu o senhor que terá me assaltado \emptyset^4 também o abraço como bom e velho amigo.

Eu e **as testemunhas presentes**⁵ ficamos indignados e espantados. A justiça não seria feita!

$\emptyset^{1,5}$ Lamentamos.

O indivíduo saiu (em pune) inpune.

BL1F10:

Numa bela manhã

Numa bela manhã de domingo, havia **uma mulher de nome Epifania**¹ que ia a igreja, foi interpelada por **um senhor aparentemente dos seus 42 anos de idade**², “o suposto ladrão”, ele a interceptou com uma arma na mão e \emptyset^2 tirando-a sua carteira. Mas, como a área em que ocorria o assalto encontrava-se em vilagem dos policiais pois é uma área que costuma ser local de muitos assaltos a mão armada.

Um policial chegou a tempo que impedir que algo muito grave acontecesse a senhora de nome “Epifania”, e era antes de o assaltante apoderar-se dos bens materiais da senhora assaltada.

Mas quando tudo parecia estar resolvido para a senhora Epifania, algo grave aconteceu: “O ladrão era amigo do policial, e nesse momento de muito pânico a senhora ficou muito assustada e \emptyset^1 pôs-se a correr ao \emptyset^1 dar-se conta do acontecido. O processo decorreu, vários estiveram envolvidos. O tribunal abriu uma sessão para o caso, vários advogados reunidos, juiz, réu e a senhora Epifania. Mas aconteceu algo inacreditável: O juiz, o réu e o suposto policial eram conhecidos.

E a senhora assaltada ficou sem caso resolvido.

Português e Bantu Língua 1

PBL1M01:

Sexta-feira treze

Estava eu a caminhar, de repente **um bandido**¹ me interpela, \emptyset^1 me aponta uma arma e \emptyset^1 me arranca a bolsa. Começo a gritar, mas bem alto que **um polícia**² vem em nossa direção, fiquei aliviada quando o policial aponta o bandido com uma pistola dizendo para ele devolver a bolsa e com mão (para) para cima ele virar-se bem divagar.

Fiquei indignada quando percebi que o policial e o bandido eram conhecidos e por sinal bem amigos, $\emptyset^{1,2}$ abraçaram-se e envéz (de) de \emptyset^2 prende-lo, $\emptyset^{1,2}$ ficaram ali a contarem-se novidades.

Nervosa, sai em direção à delegacia para processar os dois. **O meu caso**³ foi bem célere, pois \emptyset^3 envolvia um policial corrupto.

Os dois réus compareceram no tribunal, estavam ambos com um semblante triste. Para o meu desgosto **o juiz**⁴ era também alguém conhecido pelos dois réus.

$\emptyset^{1,2,4}$ Abraçaram-se e $\emptyset^{1,2,4}$ puseram-se a contar novidades. Fiquei sem saber a quem confiar.

PBL1M02:

Quem é polícia que e ladrão?

Uma senhora¹, saía do seu posto de trabalho em direcção à sua casa. Ø¹ é surpreendida por um assaltante².

Ele apontou-a com uma arma, e Ø² exigiu que Ø¹ lhe entregasse os bens que Ø¹ trazia. Por sorte dela, aparece um polícia³ para a socorrer. E o ladrão devolve os bens, e quando o polícia reconhece o ladrão, Ø³ viu que era uma pessoa muito íntima e que Ø³ não via há muito tempo. O polícia e o ladrão abraçaram-se felizes (comemerando) comemorando o reencontro.

A senhora achou as atitude do polícia um absurdo, Ø¹ dirigiu-se à um posto policial pra denunciar o caso. Após a denúncia, dois outros policiaés⁴ intervieram no caso e Ø⁴ prenderam o polícia e o suposto ladrão. O dois criminosos (polícia e a ladrão) foram submetidos ao julgamento. E quando a juís⁵ entra, Ø⁵ descobre que Ø^{2,3} são pessoas muito próximas.

Ø^{5*} Não escondeu a sua felicidade em revê-los, e Ø⁵ deu-lhes boas-vindas. E todos eram pessoas muito próximos. O bandido, o polícia e o juiz são todos bandidos.

PBL1M03:

Aquele assalto...

Certa vez, uma senhora íntegra, respeitosa e trabalhadora¹ ia caminhando por uma rua tranquila da cidade, regressando de mais um dia laboral, quando derepente, ao virar a esquina, Ø¹ deparra-se com um assaltante armado². O assaltante tinha estatura média, cabelo curto e um semblante ameaçador. Este, tirou a arma e Ø² apontou para a senhora, perguntando, de seguida, qual o nome desta, tendo ela respondido se chamar Joana. Após isso, [o assaltante exigiu que a Joana (*) o passasse os pertences que Ø¹ carregava na sua bolsa]³ e, esta, (*) assustada, o fez.

Minutos após o sucedido, ainda na presença do assaltante e da Joana, aparece um agente da polícia, dando um resquício de esperança a Joana que esperava reaver seus pertences. Qual não foi o espanto da Joana ao ver o agente da polícia a confraternizar abraços com o assaltante. Assustada com o que vira, dona Joana decide prestar uma queixa na delegacia de Polícia, tendo sido averiguado o caso e levados os arguidos ao tribunal para julgamento

É chegado o dia do julgamento. Os arguidos, (*) a arguinte, o juri e a plateia já se encontram na sala de julgamentos do tribunal, aguardando a chegada do juiz para dar início às actividades.

Chega o juiz, todos colocam-se de pé para recebê-lo e, num àpice, [o juiz demonstra ter afinidades, tanto para com o assaltante como para com o agente]³ que estavam em julgamento, facto que poderá influenciar na imparcialidade do juiz e \emptyset^3 poderá afectar a plena realização do seu dever profissional.

PBL1M04:

Os laços familiares que transcendem o desejo de justiça

(Era) Era uma vez, **uma senhora**¹ caminhava pela rua quando \emptyset^1 foi interpelada por um assaltante, este ia roubá-la a bolsa. Para sorte dela, [apareceu um agente da polícia, pronto a deter o assaltante]², já este se havia rendido, quando o polícia o interpelou, para o azar da senhora, os dois deram-se um abraço refletindo uma intimidade que havia entre os dois, e de detenção, **aquilo**² passou para um óptimo e agradável reencontro.

A senhora não gostando do sucedido, foi dar queixa na delegacia, abrindo um processo judicial <> contra os dois.

Para a sorte da senhora, o processo foi aberto e chegara o dia do julgamento. Para aumentar o azar da senhora, quando o juiz entrou, os réus alegraram-se com o juiz, pois os três conheciam-se até o ponto de entrapolar o julgamento para ou dois dos óptimos reencontros de velhos amigos.

PBL1M05:

Não existe justiça

Certo dia **uma mulher**¹ anda numa rua deserta, quando de repente apareceu **um jovem com uma arma em punho**², \emptyset^2 pretendia roubar a mulher que estava sozinha. Quando o ladrão apareceu a mulher ficou assustada e \emptyset^1 fez tudo que o ladrão exigiu, \emptyset^1 entregou-lhe a bolsa, logo em seguida, apareceu **um polícia**³ de trás do ladrão que logo encostou a arma nas costas do ladrão e \emptyset^3 deu sinal para \emptyset^2 levantar as mãos, sinal de (rendença) rendição, o ladrão levantou as mãos e \emptyset^2 virou-se para o polícia, depois de \emptyset^2 ter entregue a bolsa, e quando \emptyset^2 olha para o polícia, o ladrão abraçou-o e os dois ficaram a conversar como se $\emptyset^{2,3}$ se conhecessem. A senhora

saiu a correr e \emptyset^1 foi denunciar o caso a polícia que por sua vez levou o caso ao tribunal, que terá marcado um dia para o julgamento do polícia e do ladrão.

No dia do julgamento, a senhora esta anciosa e na expectativa de ver o ladrão e o polícia serem condenados, mas quando o juiz⁴ chegou, (*) \emptyset^4 olhou para os reus, \emptyset^4 viu que $\emptyset^{2,3}$ eram seus conhecidos e logo $\emptyset^{2,3,4}$ ficaram felizes, a senhora que sofreu a tentativa de roubo cueitada dela. mais uma vez \emptyset^1 ficou enjustiçada.

PBL1M06:

Quem é policia quem é ladrão

A criminalidade tem tendência aumentar nos nossos dias, nen as idosas são poupadas deste facto, ao percorrer da cidade nos deparamos com uma situação constrangedora que envolvia **uma idosa**¹ sendo assaltada, a policia feiz-se ao local mais algo intrigante ocorreu naqueli dia, a senhora conta conta que ficou espantada pos o policia parecia ser um fora de que somenti limitava-se a rir com o assaltante e a senhora não gostou e \emptyset^1 foi logo ao posto fazer uma denuncia contra o agenti.

Já no tribunal a senhora esperando que o policia e o ladrão focem julgados o juiz tambem fez-se no local como o próprio policia no acontecimento anterior logo ouve uma grande chatice no local assim conta a senhora.

PBL1M07:

O Ladrão Safado

Era uma vez a **dona Joana**¹ voltava do mercado, e de repente \emptyset^1 encontra **um ladrão safado**² “José”. Ele trazia consigo uma arma de fogo, e \emptyset^2 queria assaltar a dona Joana, o ladrão safado apontou a arma para ela. já com medo a dona Joana entregou a bolsa gritando não demorou a **policia**³ apareceu no lugar e \emptyset^3 não levou o safado José para cadeia. para surpresa da dona Joana, [o policial em serviço conhecia-o]⁴, por **isso**⁴ \emptyset^3 abraçou-o. mas [a dona Joana não ficou feliz com a situação]⁵ por **isso**⁵ \emptyset^1 foi até a delegacia para meter/fazer uma queixa. não demorou o policial em servico naquele acto e o ladrão foram presos e submetidos a um julgamento. eles não foram julgados e nem condenados. para outra surpresa da dona Joana. ela ficou muito triste e desapontada.

PBL1M08:

Um assalto, um julgamento!

Num dado dia, **uma senhor**¹ estava a passear pela cidade, no meio da rua \emptyset^1 foi interceptado por **um indivíduo**² que, com recurso a uma arma, arrancou-a a sua bolsa.

Sucedeu que enquanto o assaltante apontava a sua arma à senhera, apareceu **um policial**³ que apontou o assaltante nas costas com uma arma e este, o assaltante, rendeu-se e \emptyset^2 devolveu à senhora a sua bolsa. para a surpresa do policial, o assaltante era um amigo seu, facto que deixou a senhora indignada. Os dois, o policial e o assaltante, após descobriram que $\emptyset^{2,3}$ eram amigos, $\emptyset^{2,3}$ abraçaram-se e a senhora, indignada por observar aquele fenómeno dirigiu-se ao posto policial da cidade, para dar uma queixa contra os dois comparsas, o policial e o assaltante. Sucedeu que os dois comparsas foram recolhidos para o tribunal.

No tribunal, a entidade que ia proceder o julgamento dos dois comparsas era, para a surpresa de todos, amigo deles.

PBL1M09:

A Historia da senhora, assaltante e policial.

Certo dia **uma senhora**¹ estava a ir para casa dela durante a rua \emptyset^1 se deparou com **um assaltante**² que estava a espera dela passar pela estrada, dai \emptyset^2 começou a saltar a senhora e \emptyset^2 a meaçou com pisto tentando arrancar a pasta da senhora. Por sua vez a senhora tentou resistir e \emptyset^1 acabou entregando a pasta (a sen) ao assaltante, quando o assaltante estava para ir embora com a pasta, derepente aparece **um policial**³ que intersseta o assaltante, e \emptyset^3 manda o assaltante levantar as mãos com a pisto do policial nas costas de seguida a senhora leva a sua pasta no chão, mas quando o assaltante vira para ver o rosto do policial $\emptyset^{2,3?}$ se depara que os dois se conhece, ai vem o riso ou $\emptyset^{2,3}$ alegram-se porque faz muito tempo que não $\emptyset^{2,3}$ se avistaram, ai vem abraços entre o assaltante e policial, (as) a senhora fica espantada e \emptyset^1 sai nas pressas até a esquadra mais próxima fazer a queixa. Chegado lá \emptyset^1 encontra dois policiais e \emptyset^1 indica o policial quando (este) estava a fazer o trabalho. Sendo assim o caso chegou no tribunal Já no tribunal esta a senhora, o assaltante e o policial... O juiz com algumas pessoas que vão assistir o caso.

O juiz esta a condenar o assaltante e policial.

O policial e assaltante reclama pela decisão do juiz. E o juiz procura (al) a calmar o pessoal no tribunal.

PBL1M10:

Criminalidade em Nampula

Era uma vez, na cidade de Nampula existia **um bandido assaltante muito perigoso**¹. Ele dedicava-se mais no roubo de carteiras das senhoritas. Ele perpetuava as suas acções usando uma arma do tipo pistola.

Numa dessas noites de lua cheia estava **uma senhorita**² \emptyset^2 chamava-se Joaquina. Nesse seu passeio pela urbe, Joaquina é interpelada pelo sebastião, o perigoso assaltante. Este mandou para ela que \emptyset^2 lhe entregasse tudo o (*) que \emptyset^2 tinha.

- Ei senhora, páre aí! – disse o assaltante

Ela assustada pelo tom de voz, parou-se imediatamente.

- Dê-me tudo que \emptyset^2 tem! continuou

Ela tentando recusar foi-lhe apontada uma arma e \emptyset^{1*} arranco-lhe a bolsa. Mas para a sua sorte apareceu logo **o guarda da cidade**³ e [\emptyset^3 apontou uma arma para o perigoso]⁴.

Apercebendo-se **disso**⁴ o miliante atirou logo a bolsa ao chão.

Mas de repente o guarda e o miliante estavam num papo, abraços para aqui e para acolá. A senhora impaciente foi à esquadra da polícia mais próxima e \emptyset^2 meteu a queixa para os dois, o miliante o guarda. Estes foram submetidos a um julgamento.

Outra surpresa, logo que **o juiz**⁵ entrou na sala \emptyset^5 lançou grandes sorrisos e eles não foram julgados.

PBL1F01:

O Suposto gatuno com sorte

Era uma vez **uma senhora**¹ que ia dar um passeio e ao longo de sua caminhada \emptyset^1 deparou-se com **um sujeito**² que apontou com uma arma de fogo ele travou a senhora ameaçando para que ela entrega-se a sua bolça então ela toda espantada com o assalto acabou entregando a bolça, e de seguida apareceu **um policia**³ conhecido ele por que em frente o jovem estava assaltando uma senhora ele acabou tirando a sua arma e \emptyset^3 colocou nas costas do bandido e ele todo assustado deixou cair a bolça da senhora e de seguida \emptyset^2 levantou as suas mãos e quando (*) ele virou para tras (*) \emptyset^2 percebeu que era alguém conhecido os dois soriram e de seguida $\emptyset^{2,3}$ deram um abraço de emoção e a senhora acabou (*) levando a sua bolsa e \emptyset^1 saiu nas correrias, ela foi direto para uma esquadra meter uma queixa chegado la ela falou de tudo que havia lhe acontecido o policial levou o jovem para as celas onde ele teve que ser julgado e ele se saiu com

muita sorte ele não foi condenado e a senhora ficou muito abalada com o que aconteceu ela queria que a policia fisesse-se justiça mas foi tudo contrário.

PBL1F02:

Vantagens e desvantagens da amizade

Era uma vez, **uma senhorita**¹, muito bem apumada andava na rua a caminho do serviço, mas o que ela não espera era ser barrada por **um ladrão**², que imediatamente aponto uma arma para ela ordenando que \emptyset ¹ o entregasse a sua carteira. Posto isso, apavoradissima a senhora entregou a sua carteira ao gatuno, mas não é que a sorte a sorriu? aparece de trás do ladrão **um agente da policia**³ neutralizando a acção, o ladrão depois de abordado larga a bolsa da senhora e \emptyset ² vira para olhar o policia, só que naquela acção de olhar o policia acontece o inesperado, o ladrão é amigo do policia! Ops o azar voltou para a senhora. Vendo aquela cena apavoradora a senhora apanha a sua bolsa e [\emptyset ¹ corre para a esquadra mais próxima para denunciar o acontecido]⁴, pois o policia que lá esteve, em vez de capturar o ladrão \emptyset ³ ficou nos abraços... Posto **isto**⁴, a denuncia já feita, convocou-se um julgamento, onde lá estavam o ladrão, o policia e a senhora lesada. Dentro do tribunal lá estavam reunidos todos elementos, esperando o juiz! Chegada a hora, o juz lá está, mas para a felicidade do policia e do ladrão e em simultaneo (com) **do juiz**⁵, sendo grandes amigos, \emptyset ^{2,3,5} abraçaram-se matando a saudade, e para a infelicidade da senhora, que coitada deparou-se com a mesma situação já presenciada com o policia e o ladrão... Feliz ou infelizmente as amizades trazem vantagens e desvantagens, e nesse caso os beneficiados da amizade foram o policia e o ladrão.

PBL1F03:

O Assalto

Era uma vez, **uma mulher**¹ voltando do seu posto de trabalho, caminhando lentamente ela foi surpreendida com **um homem armado**². Indefesa o homem apontou-lhe uma arma e \emptyset ² pediu os bens que ela lá trazia, mais, ele acabou sendo surpreendido por um agente policial que estava fazendo sonda naquele lugar. E o inesperável aconteceu o assaltante era amigo do policial e a mulher ficou chocada e \emptyset ¹ foi se embora.

Certo dia a mulher decide denunciar o ocorrido, é marcado o julgamento para o assaltante; já estando lá todos no tribunal é chegada a hora da sua condenação.

Sucedeu-se novamente o inesperado. ao entrar o **juíz**³ na sala do julgamento. Ele, também descobre que $\emptyset^{2,3}$ são grandes amigos e no meio da sala eles trocam abraços mostrando o jesto de felecidade. Mais uma vez a mulher fica furiosa, indefesa ela abandona a sala do julgamento e \emptyset^1 vai embora sem olhar para trás.

PBL1F04:

Não existe justiça entre amigos

Era uma vez **uma senhora**¹ caminhava numa rua sem ninguém e derrepente \emptyset^1 foi surpreendida com **um ladrão**² que quis se apossar dos bens delas, ela assustada entregou tudo que \emptyset^1 tinha pois era ameaçada com uma arma, mas logo de seguida o mesmo ladrão foi apontado com uma arma nas costas, e ele assustado devolveu a bolsa a pobre senhora. A senhora toda feliz pegou na sua bolsa feliz pois \emptyset^1 tinha sido salva por **um policial**³, mas quando o ladrão virou \emptyset^2 percebeu que o policial era o amigo dele, os dois felizes se abraçaram e a senhora toda frustrada foi embora e no dia seguinte \emptyset^1 foi denunciar os dois amigos.

No tribunal, quando os dois tavam lá sentados e a senhora achando que haverá justiça. **O juiz**⁴ saiu e os dois amigos perceberam que o juiz era mais um dos amigos deles, felizes, nenhum dos dois foi condenado pois eles eram muito amigos e ai a pobre senhora ficou muito frustrada e \emptyset^1 percebeu que não há justiça nesse pais, so pelo simples facto de $\emptyset^{2,3,4}$ serem conhecidos foi motivo para não ficarem presos.

PBL1F05:

“O Ladrão que e amigo da autoridade”

Era uma vez uma senhora foi encontrada pelo ladrão. Na tentativa de fugir **o ladrão**¹ tirou pistola e \emptyset^1 atirou para ela.

Depois apareceu **a policia**², \emptyset^2 tentou prender o ladrao e \emptyset^2 levou-lhe a esquadra chegada la, o ladrão era amigo do policia que estava trabalhou, entretanto \emptyset^1 foi trânsferido para o o tribunal mais, como tambem no la \emptyset^1 tinha um outro amigo \emptyset^1 foi absorvido, tendo a senhora lesada ficado sem razão.

PBL1F06:

Injustiça

Era uma vez, num certo dia **uma senhora**¹ chamada Maimuna. Bonita e assanhada. \emptyset ¹ Passava de uma rua que aparentemente estava esolada “sem ninguém na mesma”. Mas ela avançando tinha **um assaltante**² escondido numa das ruas que cruzava: Aí então quando a dona Maimuna se aproximou o assaltante a mão armada apareceu e \emptyset ² lhe apontou a arma, ela toda assustada gritou:

Socorro, socorro, socorroooo...

E enquanto \emptyset ¹ gritava o assaltante lhe arrancou a bolsa que \emptyset ¹ trazia nas mãos ela tremendo e implorando a devolução; mas ele não o devolveu.

Por trás do assaltante vinha um polícia. este apontou a arma ao assaltante e o assaltante devolveu a bolsa, ai a senhora Maimuna ficou feliz. De repente o assaltante virou e \emptyset ² percebeu que o polícia que o convencera era seu familiar: e [este não o levou as mãos da justiça]³.

Isso³ fez com que a dona Maimuna, triste e raivosa fosse individualmente a justiça para retratar o acto acontecido.

Dai o caso chegou ao tribunal onde com muita cautela \emptyset ³ foi discutido, (mutas); mas pelo facto do assaltante ter já um familiar na justiça, mesmo sem razão e tendo cometido um crime “considerado na justiça”. Infelizmente a dona Maimuna não ganhou o caso mas sim o assaltante. (ela ficou)

Enquanto os familiares do assaltante e os seu advogado axaltavam-se de alegria, a dona Maimuna estava triste e pedindo justiça.

PBL1F07:

A injustiça e a corrupção!

Foi um belo dia em que a Elizabeth voltava da escola, e ao longo do caminho para a casa ela depara-se com **um bandido**¹ que estava armado e tentou assalta-la a carteira (bolsa), e no meio dessa confusão por trás do bandido apareceu **um polícia**² que queria ajudar a Elizabeth e logo que o bandido vira para o polícia \emptyset ^{1,2?} vê que \emptyset ^{1,2?} é uma pessoa conhecida e amiga e os dois se abraçaram. Elizabeth aborrecida com a situação foi directamente à uma esquadra mais próxima para meter a queixa, onde ela contou o que lhe tinha sucedido, logo [marcou-se o julgamento]³. No dia do julgamento todos estavam na sala à espera **do juiz**³ que para a surpresa de todos o juiz também era um conhecido do bandido e do polícia, logo que ele entrou na sala

do julgamento \emptyset^3 viu os dois \emptyset^3 ficou feliz e $\emptyset^{1,2,3}$ abraçaram-se [não podendo deste modo resolver a situação da Elizabeth]⁴ que ficou muito mais indignado com **isso**⁴.

PBL1F08:

O ladrão e a coincidência

Num belo dia, **uma senhora**¹ caminha calmamente pela calçada e \emptyset^1 cruzou com **um ladrão**² que tinha a intenção de lhe assaltar. No acto o ladrão leva a bolsa da senhora e \emptyset^2 aponta-a com uma arma. Com a sua sorte minutos depois aparece **um agente da polícia**³ e \emptyset^3 anuncia que o ladrão está preso. Após o ladrão virar \emptyset^2 reconhece o agente da polícia e \emptyset^3 não o prende. Porém a senhora ficou indignada com o acto e \emptyset^1 foi para a esquadra próxima para dar queixa do acontecido acto. Após \emptyset^1 dar parte na polícia, marcou-se uma audiência do caso acto com **o juiz**⁴ para se tomar uma decisão sobre o acto criminoso dos dois. No momento da audiência no tribunal, o juiz entrando no tribunal o agente acusado e o suposto ladrão por coincidência reconhecem o juiz, se calhar \emptyset^4 é um familiar ou existe algum grau de familiaridade. A mulher assaltada ficou indignada com a injustiça perante o caso do crime.

PBL1F09:

Assalto à mão armada

Certo dia, **uma idosa**¹ dirigia-se ao seu ponto de trabalho como \emptyset^1 tem feito habitualmente, mas pra sua má sorte \emptyset^1 foi abordada por um meliante (que) cujo o intuito era de assalta-la. Entretanto ela pôs-se a gritar pedindo por socorro, pois o ladrão já tinha roubado a sua carteira, mas pra má sorte do ladrão apareceu **um polícia**², que ouvia os gritos angustiantes da idosa. Embora o polícia ao ver a situação não tenha prendido o ladrão, para o espanto da idosa, o polícia pôs-se a rir e \emptyset^2 abraçou o ladrão.

A idosa não tendo entendido a situação dirigiu-se para o posto policial, onde \emptyset^1 foi abalizar os polícias sobre o acontecido. **Facto**³ este que deixo-os intrigados e \emptyset^3 culminou em um julgamento, e para agravar a situação o juiz ao ver os (*) acusados, o juiz (*) ficou feliz e a idosa ficou mais uma vez espantada.

Por fim, conclui-se que \emptyset^3 tratava-se de uma brincadeira, para entreter a idosa.

PBL1F10:

As boas más amizades

Era uma vez **uma senhora**¹ ia caminhando por uma avenida, quando derepente um assaltante interpelou-a! (*) Ela assustada com o abordo entregou seus pertences, mas ainda assustada e com ar de alívio, \emptyset ¹ avistou **um policial**², daí o policial aproximou e \emptyset ² apontou a arma para o assaltante e quando este vira a senhora aproveita para recuperar seus pertences, mas para o inesperado o assaltante fica feliz em ver o policial e ele também manifesta a mesma emoção, a senhora entristece-se com o aquele encontro entre os dois mas \emptyset ¹ aproveita para fugir até a delegacia para meter queixa do ocorrido, até que foi marcado o julgamento, chegado o dia da sentença, mais um inesperado e triste reencontro para os olhos da vítima o juiz e os assaltantes eram conhecidos, e dos bons! Velhos amigos!

Português Europeu L1 (grupo de controle)

PE01:

O mundo é uma ervilha

Um dia, **uma senhora**¹ ia a passar na rua quando, na esquina, **um homem**² se preparava para um assalto à mão armada. A senhora é surpreendida pelo assaltante e \emptyset ¹ tenta, em vão, proteger a sua bolsa, que lhe é arrancada das mãos pelo homem. Entretanto, aparece **um polícia**³ que apanha o ladrão em flagrante delito para gaúdio e alívio da senhora, mas qual não é o seu espanto quando, ao virar-se o assaltante, se apercebe que ambos se conhecem. Eles fazem uma grande festa e \emptyset ^{2,3} dão \emptyset ^{*} um caloroso abraço, o que deixa a senhora visivelmente indignada. Ela dirige-se à esquadra de polícia mais próxima e \emptyset ¹ queixa-se do sucedido. O polícia e o ladrão são levados a tribunal, porém, quando o juiz entra na sala, dá-se mais um reencontro. O juiz também é conhecido do ladrão e do polícia, que festejam a sua chegada. A senhora fica incrédula. Qual será, então, o veredicto?

PE02:

As facilidades da justiça

Era uma vez, **uma senhora**¹ de quarenta e cinco anos que era juíza no concelho onde morava. Certo dia, \emptyset ¹ ia a caminhar na rua e ao virar da esquina estava **um ladrão**².

A senhora apavorada começou a gritar e \emptyset ¹ tentou segurar os seus pertences até que o ladrão conseguiu pegar-lhe na pasta. De seguida, apareceu **um polícia**³ que apontou uma arma

ao sujeito ou seja o ladrão (*) até que ambos se apercebem que $\emptyset^{2,3}$ eram amigos de longa data. Sucedeu-se que acabou por não acontecer nada ao ladrão, pois \emptyset^3 era amigo do polícia que o viera deter.

A mulher ao ver que nada foi feito por causa da cumplicidade dos dois resolveu ir diretamente à esquadra. Na esquadra, tomaram conta da ocorrência e levaram os dois indivíduos a tribunal. Se por um lado, apenas um era o ladrão, o outro era polícia e $[\emptyset^3$ deixou passar em pune o caso por $\emptyset^{2,3}$ serem amigos]⁴ e \emptyset^4 não deve ser **assim**⁴.

Já no tribunal, os dois indivíduos estavam com caras abaladas e tristes até que finalmente entra o juiz na sala!

Para espanto da senhora, [o juiz também era amigo tanto do polícia como do ladrão e como vimos o que se sucedeu anteriormente, não vai ser feita justiça]⁵! E agora nós perguntamos onde andam os valores de justiça e será que **isto**⁵ acontece na realidade.

PE03:

Amigos improváveis

(era uma vez) Numa certa tarde ia **uma senhora**¹ a passar na rua perdida nos seus pensamentos quando de repente de uma esquina aparece **um assaltante armado**² que ameaça a senhora com a sua arma em troca de obter a sua mala, entretanto aparece **um senhor polícia**³ que pelas costas surpreende o assaltante que atrapalhado deixa cair a carteira da senhora e esta a apanha e \emptyset^1 fica ultrajada ao perceber que o assaltante e o polícia eram conhecidos de longa data e $\emptyset^{2,3}$ acabaram por esquecer a senhora e a sua carteira. Não conformada com a situação a senhora dirigiu-se a um posto da polícia e $[\emptyset^1$ apresentou queixa pela tentativa de assalto e por o polícia ter aparecido e ter tratado da situação com um abraço]⁴.

Posto **isto**⁴ a situação vai a tribunal, e o assaltante e o polícia vão ser julgados pelos males cometidos, qual não é o espanto da senhora, dos oficiais e restantes funcionários públicos, ao perceber que os acusados conhecem também **o juiz**⁵ e reagem os três como o assaltante e o polícia, $\emptyset^{2,3,5}$ esquecem tudo o resto e $\emptyset^{2,3,5}$ cumprimentam-se como se nada fosse;

PE04:

Amizades Poderosas

(*) Na seguinte história é retratada **uma senhora**¹ que é abordada por **um assaltante**², onde este apontando (*) uma arma à senhora, exige que \emptyset^1 lhe de a carteira que possui. No entanto aparece **um polícia**³ onde tenta impedir o assaltante, porém, quando o assaltante (*)

vira-se para o guarda este reconhece-o e \emptyset^3 dá um abraço. A mulher indignada pela (*) negligência do ato para deter o assaltante fez queixa na policia.

(*) Tanto o policia quanto o assaltante em questão são levados a (*) tribunal, porém assim que o juiz⁴ chega, reconheceu o “amigo” e $\emptyset^{2,3,?,4}$ cumprimentam-se (*) em pleno tribunal. Esta história pressupõe que por “amizades poderosas” os criminosos sejam impunes.

PE05:

“Uma história insólita”

Num certo dia, ia **uma senhora**¹ a passar na rua, esta é surpreendida por **um ladrão**² que lhe (*) exige que \emptyset^1 lhe dê a carteira; [esta atira a carteira para o chão]³. **Nisto**³ **um polícia**⁴, apercebendo-se da situação, tenta deter o assaltante, mas estes conhecem-se e [$\emptyset^{2,4}$ dão \emptyset^* um grande abraço]⁵. A senhora ao assistir a **isto**⁵ ficou incrédula e \emptyset^1 nada mais vez, do que ir à esquadra apresentar queixa do (*) acontecimento.

Tanto o polícia como o assaltante foram a tribunal (*) (*) (*) para serem julgados. (*) Enquanto $\emptyset^{2,4}$ estiveram à espera do juiz, ambos estavam bastante apreensivos.

Finalmente chega o juiz, e qual não é o espanto para quem se encontrava no tribunal ao ver que o juiz também conhecia o assaltante e o policia, ficado a senhora perplexa com o que vê.

PE06:

“Amigos, amigos, negócios não à parte”

Era terça de manhã, ia **eu**¹ na rua com a minha carteira nova, quando ao virar da esquina, aparece **um ladrão**² a (pedi) exigir que \emptyset^1 lhe desse a carteira.

Assustada, \emptyset^1 tentei esconder a carteira atrás das costas, mas foi em vão, ele tirou-me das mãos enquanto \emptyset^2 me apontava a arma. Felizmente, apareceu **um policia**³, \emptyset^3 apontou a arma ao ladrão, este assustado deixa cair a carteira e eu apanho-a.

Eles olham um para o outro e para meu espanto, o policia e o ladrão são (*) amigos e $\emptyset^{2,3}$ abraçam-se. Indignada com esta situação, \emptyset^1 fui à esquadra da polícia contar o que se tinha passado e fazer queixa do policia em questão.

Ambos foram detidos e na semana a seguir, $\emptyset^{2,3}$ foram a julgamento. \emptyset^1 Estava ansiosa e ao mesmo tempo feliz para saber qual o final destes dois bandidos.

$\emptyset^{2,3}$ Estavam (*) assustados porque $\emptyset^{2,3}$ não sabiam o seu futuro, e eu só queria que $\emptyset^{2,3}$ fossem castigados.

$\emptyset^{1,2,3}$ Ouvimos o juiz a entrar na sala, pois piorou a situação, o ladrão e o policia são amigos do juiz!

Ø¹ Fico desolada por ver a situação. O ladrão e o polícia a ficarem felizes e a levantar os braços, já que o seu amigo os “vai julgar”.

O juiz fica também feliz ao ver os amigos. Ø^{2,3} Não foram condenados, Ø^{2,3} não foram castigados. Ficou tudo na mesma!

Caso mesmo para dizer “amigos, amigos negócios não à parte”!

PE07:

Amigos para sempre

(Esta) Era uma vez, **uma senhora**¹ que estava a passear e que (derrepente) do nada aparece **um homem armado**² pronto (*) para assaltar a senhora. A pobre senhora ao ver aquela situação entra em pânico Ø¹ fica cheia de medo do assaltante, Ø¹ deixa cair a carteira, e o assaltante aproveita para ficar com ela, entretanto aparece **um polícia**³ que estava a fazer ronda e a senhora fica mais tranquila, quando Ø¹ vê o senhor agente com uma arma na mão apontada ao ladrão, o assaltante ao deparar-se com o policia atrás dele deixa cair a carteira da senhora ela apanha a do chão. (*) Mas a senhora olha para o assaltante e para o policia com cara de admiração porque eles estavam a (*) comprimentar-se muito felizes, com abraços, a senhora fica (muito) muito indignada e Ø¹ vai à esquadra mais próxima fazer queixa do que tinha acontecido. O caso vai para tribunal, o polícia e o ladrão estavam tristes e quando **o juiz**⁴ entra na sala de audiências, Ø^{2,3,4} comprimentam se todos novamente, eram todos conhecidos, a pobre senhora ficou muito admirada com aquela situação toda.

PE08:

Grandes Amigos

Uma senhora¹ passeava desavisadamente pela rua quando, ao virar da esquina, Ø¹ encontra **um ladrão**². O assaltante de arma em punho ordena que a senhora lhe (*) dê a sua carteira.

Entretanto, **um polícia**³ que estava por perto, aponta a sua arma às costas do lado. Quando este se apercebe, Ø² deixa de imediato cair a carteira, levando a sua dona a sorrir. Depois de apanhar os seus pertences, a senhora percebe que o polícia e o ladrão são amigos, pois quando Ø^{2,3} se virão, de imediato Ø^{2,3} se reconheceram, dando de seguida um grande abraço, fazendo com que a senhora ficasse muito indignada.

De seguida, a senhora apressou-se para chegar à esquadra e apresentar queixa de ambos, visto que o polícia não deteve o ladrão.

(Chegado ao tribunal) Já no tribunal a senhora está presente para a audição dos dois réus, porém, para seu espanto, quando o **juíz**⁴ entra na sala \emptyset ⁴ reconhece os seus dois amigos, cumprimentando-os efusivamente.

PE09:

(*) A corrupção

Uma senhora ia na sua vida quando lhe apareceu **um ladrão**¹, \emptyset ¹ tentou assaltá-la mas nesse preciso momento chegou **um polícia**², que travou o ladrão mas quando \emptyset ² se apercebeu que \emptyset ² conhecia o ladrão abraçou-o. A senhora indignada foi à esquadra acusar o polícia por não ter preso o ladrão e entretanto foram todos para o tribunal.

Chegou o dia do tribunal e estavam todos presentes e aguardando a chegada do juíz, quando entra o juíz que também (*) era um conhecido do polícia e do ladrão e (*) ambos ficam felizes por ver o juiz.

PE10:

Cúmplices

Uma senhora¹ passeia tranquilamente (pelas) pela rua e quando está a passar numa esquina \emptyset ¹ é abordada por **um sujeito armado**² que lhe tira a carteira apontando à arma a senhora.

Nesse instante em que o sujeito armado aponta a arma à senhora \emptyset ² é surpreendido por um polícia pelas costas. Quando o suposto ladrão vira-se \emptyset ² reconhece o polícia e os dois cumprimentam-se como quem já se conheciam.

A senhora de boca aberta perante o sucedido caminha para a esquadra mais perto e denúncia o caso.

No tribunal, quando está tudo preparado para o julgamento, faltando só **a juíza**³, quando a juíza chega e \emptyset ³ repara quem são os indivíduos que vão ser julgados, \emptyset ³ levanta os braços, como quem já os conhecia e os dois arguidos fazem o mesmo com um sorriso de orelha a orelha.

PE11:

A corrupção facilitada nos dias de hoje

No decorrer de um assalto, (um polícia) em que a vítima é do sexo feminino e (*) existe apenas **um assaltante do género masculino**¹, **um polícia**² aparece com o intuito de parar o assalto e prender o ladrão.

Quando o assaltante se rende e \emptyset^1 olha para o polícia estes reconhecem-se e $\emptyset^{1,2}$ cumprimentam-se, esquecendo o crime cometido. Enfurecida, a vítima (*) do assalto dirige-se a uma esquadra apresentando queixa, tanto do polícia como do assaltante.

Mais tarde ocorre um julgamento. O julgamento do polícia e do assaltante. (*) Encontrando-se o juiz a entrar no tribunal, tanto o polícia como o (assaltante) ladrão temem pela sua sentença, mas, (no fina a final de contas) afinal, também o juiz é conhecido de ambos os acusados, terminando então a história com o juiz, o polícia e o assaltante a cumprimentarem-se alegremente, as testemunhas em choque com a situação e a vítima do assalto também em choque e (*) furiosa.

PE12:

Fui triplamente Roubada.

Estava a passear e, de repente, **um homem**¹ aparece e \emptyset^1 tenta assaltar-me.

Educadamente dei-lhe a minha carteira enquanto ele me apontava uma arma e no momento que o sujeito a agarou apareceu um sr. Agente da autoridade (o que foi um alívio).

Peguei no meu pertence e pasmada fiquei quando me apercebo que o sujeito assaltante (*) e o sr. Agente da autoridade são, no final de contas, amigos de longa data e, portanto, o sujeito assaltante não iria ter qualquer consequência do ato que praticou.

Indignada dirigi-me à esquadra policial mais próxima onde apresentei queixa de ambos os indivíduos.

O caso foi para tribunal e no dia do julgamento eu sentia-me feliz pois finalmente o sujeito assaltante iria ter o que merecia, assim como o agente da autoridade.

No entanto, esse sentimento foi apenas momentâneo, pois quando **o (*) juiz**² chegou \emptyset^2 viu que eram os seus amigos nos bancos dos réus e portanto saíram ambos impunes.

PE13:

Os amigos estão em todo o lado

Num dia normal, **uma senhora**¹ bem arranjada, provavelmente de classe média, com cerca de 40 anos, estava a andar na rua quando, de repente, \emptyset^1 foi surpreendida por **um assaltante**². Com uma pistola na mão, o bandido ameaça-a e \emptyset^2 ordena-lhe que \emptyset^1 lhe entregue a mala. Temendo pela sua vida, a senhora dá-lhe a mala, sendo que, poucos segundos depois de o ter feito, aparece **um polícia**³ que pretende ajudar a senhora.

Obviamente, o polícia aponta a sua arma ao bandido, o que permitiu à senhora recuperar a sua mala. Porém, algo de inédito ocorre neste momento: o bandido e o polícia reconhecem-se mutuamente, apercebendo-se de que são amigos, pelo que $\emptyset^{2,3}$ se abraçam. Naturalmente, a senhora ficou extremamente irritada com a situação, (*) uma vez que o polícia não foi imparcial no cumprimento do seu dever.

Consequentemente, a senhora dirige-se à esquadra mais próxima, apresentando queixa do assaltante e do polícia. Os oficiais de serviço prestam as diligências necessárias, conduzindo este caso para o tribunal.

No dia do julgamento, os (dois) culpados e a vítima, bem como outros indivíduos, encontram-se sentados no tribunal à espera de que o juiz chegasse. Os dois culpados mostravam-se visivelmente preocupados e desesperados com a situação, mas, quando $\emptyset^{2,3}$ viram o juiz entrar, a sua expressão alterou-se completamente!

Ora, acontece que o juiz era amigo dos culpados, o que nos leva a concluir que os amigos estão em todo o lado e que nem todos conhecem a célebre expressão “Amigos, amigos, negócios à parte!”.

PE14:

Os novos “Irmãos Metralha”

la **eu**¹ muito calmamente a caminhar na rua calcetada e, sem \emptyset^1 me aperceber, **uma pessoa armada**², do (*) género masculino, me aborda de forma agressiva ao empunhar uma arma na mão. \emptyset^1 Encolhi-me e \emptyset^1 saltei de medo como se fosse um rato. Rapidamente \emptyset^1 larguei a bolsa que eu trazia comigo e \emptyset^1 levantei as mãos ao ar, demonstrando deste modo que \emptyset^1 não queria de algum modo atritos com o bandido.

(*) De súbito, sorte do destino ou não, aproxima-se **um agente da autoridade**³. Esboçando um tímido sorriso de alívio, \emptyset^1 vi o polícia surpreender o ladrão ao encostar-lhe uma arma às costas. O bandido é obrigado a largar os meus pertences, [eu recolho-os rapidamente]⁴ e enquanto **isso**⁴ (*) o (*) assaltante vira-se de modo a encarar o polícia. A minha alma ficou abismada ao constatar que ladrão e agente da autoridade se conheciam. Pior! Sem pudor nem reservas, $\emptyset^{2,3}$ abraçaram-se mesmo na minha presença.

Indignada, \emptyset^1 dirigi-me à esquadra da polícia onde \emptyset^1 denunciei o sucedido, bem como a escandalosa relação entre o agente de autoridade e o bandido.

Mais tarde, satisfez-me o facto de polícia e ladrão sentarem-se no banco dos réus, lado a lado (*). Ambos exibiam expressões tristes e preocupadas. Eis senão quando chega **o senhor Magistrado**⁵, de capa negra sobre os ombros e falsos caracóis brancos a emoldurarem-lhe o rosto, e ambos os culpados se levantam do banco, não numa atitude de respeito, mas antes numa atitude de saudação de camaradagem.

\emptyset^1 Saltei do banco e, uma vez mais, (*) mesmo de olhos arregalados, \emptyset^1 quase não acreditava no que \emptyset^1 via.

(*) Podemos dizer, portanto, que Justiça, Autoridade e Bandidagem cresceram na mesma rua e $\emptyset^{2,3,5}$ brincaram enquanto crianças, assumindo-se agora, disfarçadamente, como os novos “Irmãos Metralha”.

PE15:

(*) Quem tem amigo não morre na cadeia

De mala debaixo do braço, uma senhora é surpreendida na rua por **um sujeito (*) de (*) arma na mão**¹. (*) (ameaça a senhora) [O suspeito ameaça a senhora com o intuito de lhe tirar a carteira]² (*) (*) e **disto**², \emptyset ¹ é surpreendido por um polícia. (*) Com cara de quem se pensa já apanhado [o rufia rende-se]³ e **nisto**³, \emptyset ¹ reconhece o homem debaixo da farda de polícia. Indignada, a senhora observa a felicidade mútua daquele reencontro. Entretanto, o que (*) outrora se tinha sucedido, tinha sido esquecido e a senhora, de mala na mão procura justificações num posto da polícia.

[O caso prossegue para o tribunal]⁴, sendo que a senhora apelava à justiça e **nisto**⁴, entra o juiz, que por sinal, também era conhecido dos dois acusados.

O caso (*) terá acabado por ficar sem efeito e os acusados, absolvidos, sendo que o juiz estava também feito com eles

PE16:

Corrupção!

(escondido num canto estava um ladrão)

Uma manhã como toda as outras, a caminho do seu emprego, estava **uma secretária**¹ a passar ao local de sempre, à hora de sempre.

Escondido a um canto, estava **um homem com uma arma**² à espera que passasse alguém

Entretanto, a secretária é abordada por esta pessoa que a assalta, \emptyset ² pomba-lhe a pasta e \emptyset ² aponta-lhe uma arma, com medo a senhora entrega-lhe a pasta.

Até que por sorte, aparece **um agente de autoridade**³ que consegue devolver-lhe a pasta. Mas, este polícia e este ladram conhecem-se e em vez de ser uma situação normal, \emptyset ^{2,3} abraçam-se como se \emptyset ^{2,3} não se vissem há muito tempo parecendo até amigos de longa data

Esta secretária revoltada vai até ao quartel apresentar queixa deste polícia corrupto e deste ladrão.

Passados alguns dias, \emptyset ¹ consegue uma audiência no tribunal, esta senhora sente-se confiante, pois \emptyset ¹ sabe que muito facilmente \emptyset ¹ ganha este caso.

Finalmente, chega **o juiz**⁴, a pessoa com mais autoridade e a mais suprema de justiça, olhando em volta quando \emptyset ⁴ vê os réus, A secretária sente-se desnortada, [o juiz tem a mesma reação do polícia quando este vê o ladrão]⁵! Uma reação de surpresa e alegria por vê-los, \emptyset ^{2,3,4} parecem amigos

Assim⁵ sendo, a secretária apercebe-se que [a justiça foi corrompida]⁶, tendo a primeira pessoa, o policia, como a segunda, o juiz, a mesma reação, quebrando assim⁶, os laços afetivos ao poder e juramento que fizeram!

PE17:

O outro lado da justiça

Era um dia normal para ela¹, mais um dia da sua rotina em que \emptyset ¹ seguia para o seu emprego, exatamente pelo mesmo caminho de sempre. A certa altura, \emptyset ¹ foi surpreendida por um homem² que lhe apontou uma arma com o intuito de assaltar a inocente senhora. Assustada, \emptyset ¹ atirou a carteira para as mãos do ladrão.

Este foi surpreendido por um polícia³ que ali passava mas, para surpresa da pobre senhora, [o ladrão e o polícia, assim que \emptyset ^{2,3} se confrontaram, reconheceram-se e \emptyset ^{2,3} abraçaram-se com tamanha felicidade]⁴. Tal acontecimento causou raiva à senhora assaltada, que se dirigiu à esquadra da polícia fazendo queixa do colega que infringiu as regras de segurança perante a senhora que sofreu tentativa de assalto.

Os colegas do polícia envolvido na história apresentaram queixa, pois tal⁴ não poderia voltar a acontecer O colega deste polícias colocou em causa a segurança da senhora.

Entretanto, foram todos chamados a tribunal para o polícia e o ladrão serem julgados e, esperando ela, serem considerados culpados.

Outra surpresa ocorreu [O juiz era também amigo do polícia e do ladrão]⁵. Não poderia isto⁵ estar a acontecer à pobre senhora O julgamento foi dado por terminado naquele preciso momento pois ela saberia à partida que nada iria acontecer àquelas duas pessoas

A angústia vivida pela senhora em todos aqueles dias foi bastante visível A injustiça criada num local onde tudo deveria ser justo.

Todos os presentes ficaram surpresos e não podia ser de qualquer outra forma

Foi visto aqui que é por ocorrerem situações destas que tantas pessoas bondosas estão presas e tantos criminosos estão a vaguear pelas ruas

PE18:

A essência da ganância e corrupção

Certo dia, uma senhora de óculos arredondados e mala em formato envelope¹ estava a dar um passeio pelas ruas da sua cidade, (*) (*) (*) jamais ela sonhara que na esquina do seu percurso estaria um (*) assaltante² pronto a roubar e atacá-la. Dentro de instantes ele apontou-lhe a arma e ela ficou em choque, \emptyset ¹ viu-se obrigada a (*) entregar-lhe a mala, com medo do que ele lhe pudesse fazer e a por as mão no ar, (*) (*) (*) (*) elevando, em primero lugar, a mão esquerda para fazer a entrega com a direita. (*) Entretanto, o ladrão sente uma pistola (*)

encostada às suas costas e a vítima mostra um sorriso de alívio enquanto \emptyset^1 resolve apanhar a carteira, (*) o assaltante olha para trás e \emptyset^2 depara-se com **um polícia**³... que por acaso, era um grande amigo seu!! A senhora fica paralisada e aterrorizada com o sucedido, e a frustração foi ainda maior quando \emptyset^1 viu os dois abraçados, \emptyset^1 deixou-os e \emptyset^1 resolveu tomar medidas, \emptyset^1 apresentou-se até à esquadra da polícia para apresentar queixa e \emptyset^1 explicou de forma indignada, mas muito clara a situação.

Uns dias depois, estavam todos presentes numa audiência no tribunal, o assaltante e o polícia corrupto estavam já com a ideia de que $\emptyset^{2,3}$ iriam ser presos e a senhora com uma alegria enorme pela justiça que ia ser feita. Mas essa alegria rápido se desvaneceu, quando o juiz entrou na sala de audiências... Pelos vistos, o Sr. Juiz não era nada mais nem nada menos do que também um amigo de longa data dos acusados em questão. Todos os presentes estavam boquiabertos.

Um episódio tão pequeno para demonstrar a gigantesca corrupção existente nos dias de hoje

PE19:

O acaso da amizade

la **uma senhora**¹ a passear tranquilamente como costumava fazer todos os dias desde que \emptyset^1 se mudara para (*) aquela cidade. O que \emptyset^1 não sabia era que (*) numa esquina além proxima o mal andava a rondar. Do nada, a senhora é surpreendida por [**um ladrão**² que lhe aponta uma arma e \emptyset^2 (lhe) a ameaça de morte caso \emptyset^1 não lhe dê a sua carteira]³.

A senhora tenta de tudo para não entregar a carteira e ao mesmo tempo (*) salvar a sua vida, mas \emptyset^1 acaba por fazer o que o ladrão lhe manda por falta de opções melhores.

O que o ladrão não estava à espera era que nesse dia fosse passar por ali **um polícia**⁴ que ao se aperceber da situação entrou em ação apontando uma arma ao ladrão pedindo-lhe que (*) \emptyset^2 largar-se a arma e \emptyset^2 devolvesse a bolsa à senhora. O ladrão (*) fez o que o polícia ordenou \emptyset^2 largou a mala da senhora \emptyset^2 meteu as mãos no ar, \emptyset^2 virou-se para o policia de maneira a este o poder algemar e qual não foi a sua surpresa quando \emptyset^2 o fez, não é que o policia (*) tinha sido seu amigo dos tempos de escola, juntos $\emptyset^{2,4}$ tinham feito tantas (*) brincadeiras e malandrices. [O polícia também o reconheceu e ambos deram um grande abraço]⁵, enquanto isto⁵ a senhora recuperava do susto e \emptyset^1 apanhava a sua mala e visto que os dois homens haviam esquecido o motivo porque $\emptyset^{2,4}$ estavam ali resolveu ela mesma meter ordem na situação. \emptyset^1 Dirigiu-se de imediato para a esquadra da policia local e \emptyset^1 apresentou queixa não só contra o homem que a havia assaltado mas também contra o policia que metera a sua (*) amizade com o bandido acima do seu dever como autoridade.

Passados alguns dias, foi marcada uma audiência no tribunal no dia em (*) que receberiam na cidade a visita de **um juiz**⁶ nascido e criado naquela terra. Estavam todos sentados

nos seus devidos lugares, naquela sala (*) apertada e cheia de sentimentos estranhos, a raiva da senhora que faria de testemunha, os advogados preparados para mais um caso com (*) um <araturioso>, e o policia com o seu grande amigo ladrão ambos abalados por que foi um assalto, ter virado um encontro de grandes amigos e mais tarde um caso de tribunal.

O que ninguém naquela sala sabia é que aquele iria ser um caso bastante complicado, mas que (*) que $\emptyset^{3,5}$ havia de ser lembrado para sempre na vida daqueles individuos pois ao entrar na sala o juiz, (*) ao olhar para os acusados apercebeu-se que $\emptyset^{2,4}$ eram seus amigos do seu tempo de escola e que graças a eles \emptyset^6 tinha-se tornado no homem forte e respeitado que era pois estes tinham feito do rapaz melindroso e gozado pelos outros um rapaz mais corajoso e experiente. (*) Ao averiguar o caso, \emptyset^6 elibou-os das acusações e foram ambos beber um bom vinho lá da terra. Quem diria que um simples assalto iria originar o encontro de três bons amigos.

PE20:

Os olhos da justiça

Uma mulher de meia-idade¹ caminha calmamente pela cidade, sem saber que na próxima esquina **um ladrão**², armado com uma pistola e insidiosamente prostrado, a aguarda pacientemente, planeando assaltá-la. Ela, levando apenas uma bolsa aparentemente comum, de mais ou menos valor, leva um grande susto quando à sua frente o bandido surge, apontando-lhe sua arma e uma mão vazia, simbolizando seu desejo criminoso de tomar-lhe a bolsa. Em pânico, levantando as mãos para cima, a mulher entrega a bolsa ao furioso ladrão, que continua a estender o braço da arma de fogo.

De repente, **um policial**³ surge por trás do ladrão, apontando-lhe um revólver às costas e intimando-o a devolver o objeto roubado à senhora. Esta, sorrindo em alívio, recolhe a sua bolsa, enquanto o criminoso, indefeso e rendido, vira os olhos ao guarda que o rendeu. Subitamente, ladrão e polícia reconhecem-se e, como amigos de longa data, surpresos pela coincidência do ocorrido, $\emptyset^{2,3}$ sorriem com os braços ao ar e $\emptyset^{2,3}$ abraçam-se com bastante alegria e afeto. A mulher, entretanto, sentindo-se injustiçada e ignorada, sai a passos firmes, indignada, e rapidamente \emptyset^1 se desloca a uma delegacia policial, onde \emptyset^1 encontra **dois guardas**⁴ no balcão de entrada. Contando-lhes o ocorrido, enfurecida, \emptyset^1 apela que [\emptyset^4 levem o primeiro policial e o seu amigo criminoso à justiça]⁵. E **assim**⁵ será.

Então neste exato momento todas as pessoas anteriormente descritas, juntas num tribunal, à espera do juiz. O primeiro polícia e o ladrão sentam-se ladeados no lugar destinado aos réus. $\emptyset^{2,3}$ Têm uma expressão de grande melancolia, enquanto $\emptyset^{2,3}$ aguardam. Atrás deles, os dois policiais responsáveis pela sua captura ficam de guarda, de pé. A mulher, dentre outras variadas pessoas, em algum grau testemunhas do estranho crime acontecido, sentam-se na parte de trás da sala. A mulher, vítima que agora há de ser respeitada em seu direito civil, esboça no rosto um sorriso de satisfação. Quando, entretanto, **o juiz**⁶ entra no recinto, com suas roupas

oficiais, subitamente \emptyset^6 vê os réus e \emptyset^6 os reconhece com euforia. Para surpresa de todos, os três sorriem ledos e $\emptyset^{2,3,6}$ erguem aos céus os braços, como velhos amigos que depois de tanto tempo se encontram e $\emptyset^{2,3,6}$ devem, antes de tudo, comemorar. O resto do pessoal fica perplexo com esta demonstração indevida de amizade, que acabará por fazer ignorar quaisquer processos judiciais que pareceram estar em tratamento.